

ÍNDICE

6.4.2.8 -	Uso e Ocupação do Solo	1/93
6.4.2.8.1 -	Uso do Solo na Área de Influência Indireta - All	6/93

ANEXOS

Anexo 6.4.2.8-1	Área e Estabelecimentos Rurais por Utilização das Terras - Lavouras e Pastagens
Anexo 6.4.2.8-2	Número de Estabelecimentos por Atividade Agrícola
Anexo 6.4.2.8-3	Quantidade Colhida e Valor da Produção da Lavoura Temporária - 2011 - Arroz, Feijão, Mandioca e Soja
Anexo 6.4.2.8-4	Quantidade Colhida e Valor da Produção da Lavoura Temporária - 2011 - Abacaxi, Batata-doce, Cana-de-açúcar, Milho e Tomate
Anexo 6.4.2.8-5	Quantidade Produzida na Extração Vegetal - 2011
Anexo 6.4.2.8-6	Efetivo dos Rebanhos por Tipo de Rebanho - 2011
Anexo 6.4.2.8-7	Número de Estabelecimentos Agropecuários por Condição do Produtor (2006)
Anexo 6.4.2.8-8	Distribuição Percentual dos Estabelecimentos Agropecuários com Produtor Proprietário por Forma de Obtenção das Terras
Anexo 6.4.2.8-9	Número de Estabelecimentos por Município (2006)
Anexo 6.4.2.8-10	Número de Estabelecimentos Agropecuários por Faixa de Tamanho (Unidades)
Anexo 6.4.2.8-11	Área Ocupada por Estabelecimentos Agropecuários por Faixa de Tamanho

Legendas

Quadro 6.4.2.8-1 - Relação das mesorregiões e municípios de análise.	1/93
Quadro 6.4.2.8-2 - Áreas de estabelecimentos rurais por utilização das terras - Lavouras e Pastagens.	6/93
Figura 6.4.2.8-1 - Distribuição produtiva das atividades agropecuárias.	7/93
Figura 6.4.2.8-2 - Número de Propriedades por tipo de atividade (Percentual).	8/93
Quadro 6.4.2.8-3 - Quantidade de estabelecimentos por atividade agropecuária (Percentual).	9/93
Quadro 6.4.2.8-4 - Quantidade Colhida e Valor da Produção da Lavoura Temporária (2011) - Arroz, Feijão, Mandioca e Soja.	11/93
Quadro 6.4.2.8-5 - Quantidade Colhida e Valor da Produção da Lavoura Temporária (2011) - Abacaxi, Batata-Doce, Cana-de-açúcar, Melancia, Milho e Tomate.	12/93
Figura 6.4.2.8-3 - Participação da produção das lavouras temporárias das All Mesorregionais na produção do Estado.	14/93
Quadro 6.4.2.8-6 - Quantidade produzida na extração vegetal (2011).	15/93
Quadro 6.4.2.8-7 - Efetivo dos rebanhos por tipo (2011).	17/93
Figura 6.4.2.8-4 - Estabelecimentos agropecuários por condição do produtor - Proprietário (Percentual).	19/93
Figura 6.4.2.8-5 - Estabelecimentos agropecuários por condição do produtor -Produtor sem área (Percental).	20/93
Quadro 6.4.2.8-8 - Distribuição percentual dos estabelecimentos agropecuários com produtor proprietário por forma de obtenção das terras.	21/93
Quadro 6.4.2.8-9 - Projetos de reforma agrária por unidade de referência.	25/93
Quadro 6.4.2.8-10 - Número de estabelecimentos agropecuários por unidade de referência.	29/93

Figura 6.4.2.8-6 - Tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários por estado e Brasil (ha).	30/93
Figura 6.4.2.8-7 - Tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários por All Mesorregional (ha).	31/93
Figura 6.4.2.8-8 - Número de estabelecimentos e área por município – 2006.	32/93
Figura 6.4.2.8-9 - Percentual de estabelecimentos por faixa de tamanho.	33/93
Quadro 6.4.2.8-11 - Conflitos por Trabalho Escravo – All – 2012.....	37/93
Quadro 6.4.2.8-12 - Conflitos por Água – All – 2012.....	39/93
Quadro 6.4.2.8-13 - Conflitos por Terra – All – 2012.	42/93
Quadro 6.4.2.8-14 - Áreas de expansão urbana e rural - All Extremo Oeste Baiano.....	46/93
Figura 6.4.2.8-10 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Santa Rita de Cássia.....	47/93
Figura 6.4.2.8-11 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Riachão das Neves, Angical e Barreiras.....	49/93
Figura 6.4.2.8-12 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Catolândia e Baianópolis.....	51/93
Figura 6.4.2.8-13 - Tendência de Expansão Urbana em Baianópolis.	52/93
Figura 6.4.2.8-14 - Tendência de expansão urbana em Serra Dourada.	54/93
Figura 6.4.2.8-15 - Tendência de expansão urbana em Santana.....	55/93
Figura 6.4.2.8-16 - Setores censitários urbanos e rurais – Tabocas do Brejo Velho, Brejolândia, Serra Dourada e Santana.....	56/93
Quadro 6.4.2.8-15 - Áreas de expansão urbana e rural - All Vale São Franciscano da Bahia.	57/93
Figura 6.4.2.8-17 - Tendência de Expansão Urbana em Bom Jesus da Lapa.....	58/93

Figura 6.4.2.8-18 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Sítio do Mato e Bom Jesus da Lapa.	59/93
Quadro 6.4.2.8-16 - Áreas de expansão urbana e rural - All Bahia - Centro Sul Baiano.	61/93
Figura 6.4.2.8-19 - Tendências de Expansão Urbana em Riacho de Santana.....	63/93
Figura 6.4.2.8-20 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Riacho de Santana, Macaúbas e Igaporã.	65/93
Figura 6.4.2.8-21 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Caetitê, Livramento de Nossa Senhora, Rio de Contas e Jussiape.	68/93
Figura 6.4.2.8-22 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Ibicoara, Iramaia, Marcionílio Souza.....	70/93
Figura 6.4.2.8-23 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Maracás e Planaltino.	72/93
Figura 6.4.2.8-24 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Irajuba, Nova Itarana, Brejões e Milagres.	74/93
Quadro 6.4.2.8-17 - Áreas de expansão urbana e rural - All Centro Norte Baiano.....	75/93
Quadro 6.4.2.8-18 - Áreas de expansão urbana e rural - All Metropolitana de Salvador.....	76/93
Figura 6.4.2.8-25 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Itatim, Santa Teresinha, Castro Alves e Sapeaçu.....	77/93
Quadro 6.4.2.8-19 - Áreas de expansão urbana e rural - All Sul Maranhense.....	78/93
Figura 6.4.2.8-26 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Balsas e Alto Parnaíba.....	79/93
Quadro 6.4.2.8-20 - Áreas de expansão urbana e rural - All Sudoeste Piauiense.	80/93
Figura 6.4.2.8-27 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Santa Filomena.	81/93

Figura 6.4.2.8-28 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Riacho Frio e Corrente.	83/93
Figura 6.4.2.8-29 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Sebastião de Barros e Cristalândia do Piauí.	85/93
Quadro 6.4.2.8-21 - Áreas de expansão urbana e rural - All Ocidental do Tocantins e All Oriental do Tocantins.	86/93
Figura 6.4.2.8-30 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Miracema do Tocantins.....	87/93
Figura 6.4.2.8-31 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Miranorte e Rio dos Bois.....	89/93
Figura 6.4.2.8-32 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Pedro Afonso, Centenário e Lizarda.	91/93

6.4.2.8 - Uso e Ocupação do Solo

O estudo de uso e ocupação do solo na All adotou, em consonância com os demais temas analisados no Meio Socioeconômico, a All Mesorregional como unidade de análise, caracterizada pelo agrupamento de municípios da All pertencentes a uma mesma mesorregião. O **Quadro 6.4.2.8-1** ilustra a distribuição dos municípios em análise nos grupos mesorregionais.

Quadro 6.4.2.8-1 - Relação das mesorregiões e municípios de análise.

All Metropolitana de Salvador - BA (G1)	
Castro Alves	Sapeaçu
All Centro Norte Baiano - BA (G2)	
Santa Teresinha	Itatim
All Centro Sul Baiano - BA (G3)	
Igaporã	Maracás
Riacho de Santana	Marcionílio Souza
Caetité	Milagres
Ibicoara	Nova Itarana
Jussiape	Planaltino
Rio de Contas	Brejões
Livramento de Nossa Senhora	Irajuba
Macaúbas	Iramaia
All Vale São-Franciscano da Bahia - BA (G4)	
Sítio do Mato	Bom Jesus da Lapa
All Extremo Oeste Baiano - BA (G5)	
Catolândia	Santa Rita de Cássia
Riachão das Neves	Angical
Baianópolis	Serra Dourada
Barreiras	Tabocas do Brejo Velho
Santana	Brejolândia
All Sul Maranhense - MA (G6)	
Alto Parnaíba	Balsas
All Sudoeste Piauiense - PI (G7)	
Corrente	Riacho Frio
Cristalândia do Piauí	Santa Filomena
Gilbués	Sebastião Barros
Monte Alegre do Piauí	

All Oriental do Tocantins - TO (G8)	
Centenário	Pedro Afonso
Lizarda	
All Ocidental do Tocantins - TO (G9)	
Miracema do Tocantins	Rio dos Bois
Miranorte	

A caracterização dos usos do solo na All baseou-se na análise de dados secundários, sistematizados a partir de bases públicas oficiais. Para os indicadores de estrutura produtiva, as bases de dados foram o Censo Agropecuário 2006, do IBGE; a Pesquisa Agrícola Municipal (2010), a Pesquisa Pecuária Municipal (2010) e a Pesquisa de Extração Vegetal Municipal (2010), o Cadastro Domiciliar por Setor Censitário (2010), o Cadastro Central de Empresas 2006, do IBGE; e os dados de arrecadação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Serviram também como base para o estudo os bancos de dados do INCRA, para o item que trata do contexto dos Assentamentos Rurais na All, e da Comissão Pastoral da Terra na seção que trata de Conflitos na All.

Foram utilizados sempre os dados mais recentes disponíveis, complementados, quando pertinente, com dados primários levantados durante o trabalho de campo.

Uma revisão bibliográfica referenciou as análises de dados oficiais, buscando dar consistência a essas análises, e incorporar ao estudo a consideração do contexto mais amplo de discussões qualificadas sobre os temas abordados. Especialmente no item que trata de Conflitos na All o levantamento bibliográfico consistiu em elemento fundamental para a contextualização dos dados utilizados a partir da base de dados da Comissão Pastoral da Terra, na publicação "Conflitos no Campo" (CPT, 2012).

Conforme apontado no item que apresenta a metodologia de trabalho para o Meio Socioeconômico deste estudo, a caracterização das formas de uso e ocupação do solo na AID baseou-se no levantamento de campo em que foi percorrida toda a extensão do traçado da LT 500 kV Miracema – Sapeaçú e Subestações Associadas. Considerou-se, de acordo com a definição da Área de Influência Direta do Termo de Referência emitido pelo IBAMA para este estudo (TR), uma faixa de 5 km, sendo 2,5 km para cada lado do eixo da LT.

Nesta área foram mapeados os núcleos de ocupação, caracterizados a partir de entrevistas conduzidas pelos técnicos de campo junto a gestores públicos, moradores e representantes de entidades comunitárias, agentes de saúde e professores. As entrevistas, realizadas nas Propriedades, Povoados, Assentamentos Rurais e Comunidades Quilombolas presentes na faixa de estudo, basearam-se em um roteiro semiestruturado **(Anexo 6.4.2.8-1 - Roteiro básico de Entrevista de Campo – AID)**.

Tais entrevistas tiveram como objetivo reconhecer e fornecer os subsídios para caracterizar as propriedades da AID e seu entorno. Foram consideradas questões relativas ao tipo de propriedade rural, modos de vida, tipos de circulação, práticas culturais, técnicas agropecuárias, formas de associativismo, oferta de serviços públicos, dentre outros.

A análise das formas de povoamento e uso do solo na AID teve ainda como fonte a observação direta das formas de organização social e territorial; o registro fotográfico de propriedades, atividades produtivas, infraestrutura, benfeitorias na faixa de servidão, padrões construtivos e demais aspectos relevantes; e o georreferenciamento de pontos notáveis e localidades.

A elaboração do diagnóstico dos efeitos cumulativos do paralelismo com LTs existentes se dinamizou pela mobilização dos bancos de dados disponíveis nas fontes consagradas para as coletas e pela realização de trabalhos de reconhecimento e mapeamento em campo. Isto para propiciar, no momento da sistematização das informações, um rol de ferramentas – principalmente mapas e tabelas – suficiente para permitir a visualização do contexto de limitação e/ou restrição de faixas de terras habitáveis e produtivas nas áreas sob influência direta da LT 500 kV Miracema-Sapeaçu. Estes procedimentos foram adotados visando subsidiar uma avaliação de impactos completa e abrangente da realidade ambiental local.

Optou-se, na elaboração deste item, por uma macro-abordagem dos núcleos temáticos associados ao setor primário da economia, predominante na AID do empreendimento, favorecendo uma visão sistêmica e comparativa destes aspectos socioeconômicos.

Optou-se por tal metodologia dada a necessidade de manipulação de dados mais expressivos possível da realidade local, em virtude da ausência de um mapeamento consistente de cada uma das propriedades rurais diretamente afetada pela faixa de servidão da LT. Dado que este cadastro fundiário ocorre em paralelo a este licenciamento,

sendo impreterível para a fase de LI deste processo, mobilizou-se neste tópico as informações compiladas pelo IBGE descritivas dos perfis de uso e ocupação do solo em cada município, destacando i) tamanho médio das propriedades, ii) tamanho médio das áreas cultiváveis, iii) tamanho médio das áreas aproveitáveis para pasto, iv) modelo de relação dos usuários com as terras. Estes dados permitem uma avaliação espacial das áreas sob interferência do traçado, em termos do potencial de comprometimento das propriedades rurais localizadas nos trechos.

A análise do contexto de inserção dos aspectos socioeconômicos situados na faixa de servidão do empreendimento foi feita por meio da utilização de dados de fonte primária, obtidos por trabalho em campo ao longo do traçado do empreendimento, por parte da equipe técnica. A opção metodológica por este tipo de levantamento objetivou coletar informações específicas acerca do uso e ocupação do solo, imprescindíveis para a adequada avaliação das interferências diretas do empreendimento sobre essas áreas, principalmente no que diz respeito ao posicionamento – e ao distanciamento – de benfeitorias, moradias, equipamentos de infraestrutura e pontos notáveis socioeconomicamente em relação ao eixo principal da LT objeto deste estudo.

As informações apresentadas no presente capítulo estão divididas em diversos subitens, de acordo com o Termo de Referência emitido pelo IBAMA para o presente estudo. São abordados, ainda, os temas considerados relevantes para uma compreensão abrangente das formas de uso e ocupação do solo na Área de Influência do empreendimento.

Inicialmente, tem-se uma caracterização dos estabelecimentos rurais, com uma análise sobre a distribuição espacial dos tipos de atividade agropecuária em cada All Mesorregional. Este item apresenta uma análise da distribuição dos estabelecimentos agropecuários por atividade produtiva, traçando um contexto regional das formas de produção agrária. Leva em conta, para isso, dados sobre a produção da lavoura temporária, produção pecuária e extração vegetal.

No item que trata de estrutura fundiária são discutidas informações sobre a condição de titulação e formas de obtenção das terras, concentração fundiária e assentamentos rurais.

A seção seguinte trata de Conflitos na All. Partindo de uma análise conjuntural das dinâmicas sociais e econômicas que levam à existência de conflitos, são analisadas informações acerca da identificação de conflitos por trabalho escravo, por água e aqueles

relacionados à questão fundiária, presentes na All do empreendimento. A elaboração deste item levou em conta dados primários e secundários.

A **Subseção 6.4.2.8.1.3 - Tendências de Expansão Territorial na All, Áreas Urbanas e Rurais** identifica as áreas urbanas e rurais da All, analisando os vetores de crescimento e tendências de expansão urbana e periurbana, rural e industrial nas zonas próximas ao empreendimento.

Os planos e programas públicos e privados vigentes na All estão apresentados no **Capítulo 10 (Planos, Programas e Projetos)** deste estudo.

A caracterização de Uso e Ocupação do Solo na AID apresenta, inicialmente, as dinâmicas e classificações locais do território, conceituando os tipos de ocupação identificados na área de estudo. Em seguida, aborda as tipologias de organização das atividades produtivas que configuram as principais formas de uso do solo. Estas subseções estabelecem as bases para a caracterização dos núcleos de ocupação do solo na AID, em que são apresentadas as informações a respeito de todos os povoados, localidades, bairros, sedes urbanas, comunidades quilombolas, fazendas e demais formas de povoamento identificados na Área de Influência Direta do empreendimento.

A seção seguinte trata das interações e restrições ocasionadas pela instalação da LT em relação às atividades econômicas desenvolvidas ao longo da AID. Apresenta, ainda, um levantamento de benfeitorias na faixa de servidão, identificando as restrições de uso impostas pela implantação do empreendimento. Cabe mencionar que estão atendidos neste item os parágrafos 131, 132 e 135 do Termo de Referência.

Por fim, apresenta-se uma análise dos efeitos cumulativos do impacto da LT 500 kV Miracema – Sapeaçu e Subestações Associadas por paralelismo com LTs existentes, considerando-se as restrições de uso do solo impostas.

6.4.2.8.1 - Uso do Solo na Área de Influência Indireta - All

Esta seção apresenta dados referentes aos usos do solo na All, no que diz respeito ao tema agropecuária. Os dados utilizados para esta caracterização se baseiam nas informações do Censo Agropecuário de 2006 e, desta forma, têm como referência as informações declaradas por proprietários e produtores rurais.

O perfil geral da região de análise indica que os municípios que integram a All do empreendimento possuem forte atividade agropecuária, conforme assinalado ao longo do presente capítulo, que apresenta um estudo das características da produção agrícola e pecuária desses municípios. O **Quadro 6.4.2.8-2** ilustra a quantidade de estabelecimentos voltados para lavouras e pastagens nos grupos mesorregionais estudados. As informações para todos os municípios da All encontram-se no **Anexo 6.4.2.8-1**.

Quadro 6.4.2.8-2 - Áreas de estabelecimentos rurais por utilização das terras - Lavouras e Pastagens.

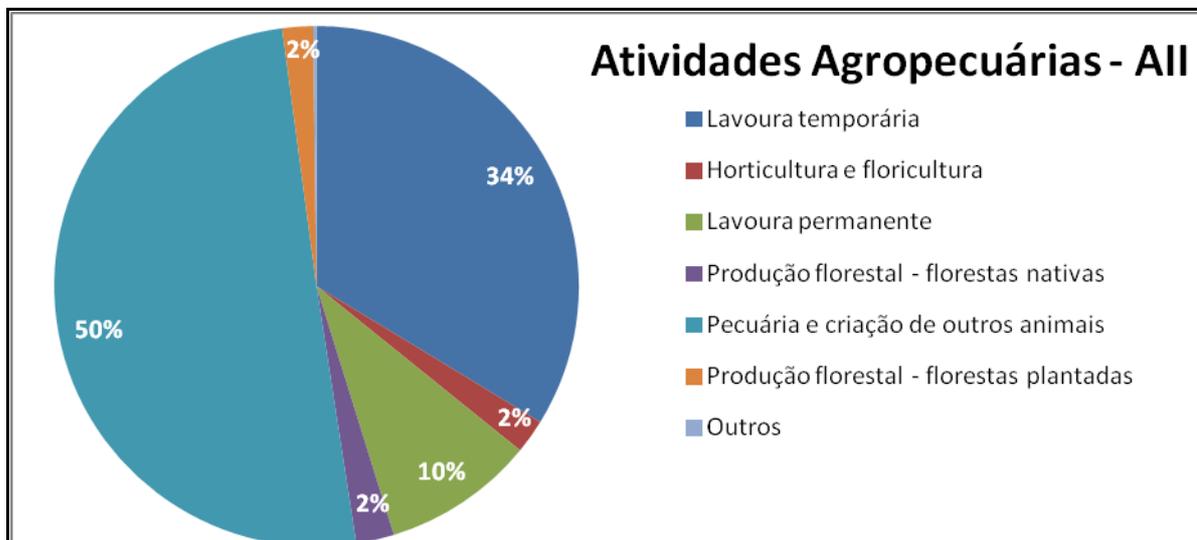
All Mesorregionais e UF	Lavouras – Geral		Pastagem	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
BRASIL	60.592.576	27%	160.042.062	73%
BAHIA	5.185.718	29%	12.863.094	71%
All Metropolitana de Salvador	78.481	64%	44.413	36%
All Centro Norte Baiano	7.170	13%	47.647	87%
All Centro Sul Baiano	121.973	17%	581.741	83%
All Vale São Franciscano da Bahia	19.902	14%	121.045	86%
All Extremo Oeste Baiano	278.127	34%	550.907	66%
MARANHÃO	2.456.568	30%	5.754.670	70%
All Sul Maranhense	268.036	59%	189.017	41%
PIAUI	1.353.129	33%	2.690.559	67%
All Sudoeste Piauiense	61.637	27%	170.313	73%
TOCANTINS	638.809	7%	8.113.119	93%
All Oriental do Tocantins	24.721	17%	121.690	83%
All Ocidental do Tocantins	15.934	11%	125.338	89%
Total da All	875.981	31%	1.952.111	69%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Em relação à área ocupada pelos estabelecimentos dedicados à lavoura e à pecuária, é possível perceber que esses últimos ocupam em geral maiores áreas, considerando que as médias nacionais e estaduais giram em torno de 70% da utilização das terras agrícolas

para este tipo de atividade, enquanto que, na região do empreendimento, a proporção de áreas ocupadas por pastagem é ainda superior na maioria das All Mesorregionais, com percentuais acima de 80%. Com efeito, a destinação de propriedades para pastagens pressupõe a utilização de estabelecimentos com proporções consideravelmente extensas, dada a natureza dessa atividade. Destacam-se no sentido oposto duas regiões, a All Metropolitana de Salvador e All Sul Maranhense, ambas com alta produtividade de alimentos, sendo a primeira relacionada à produção de gêneros agrícolas para abastecimento da Região Metropolitana e a segunda, voltada para produção de grãos para exportação.

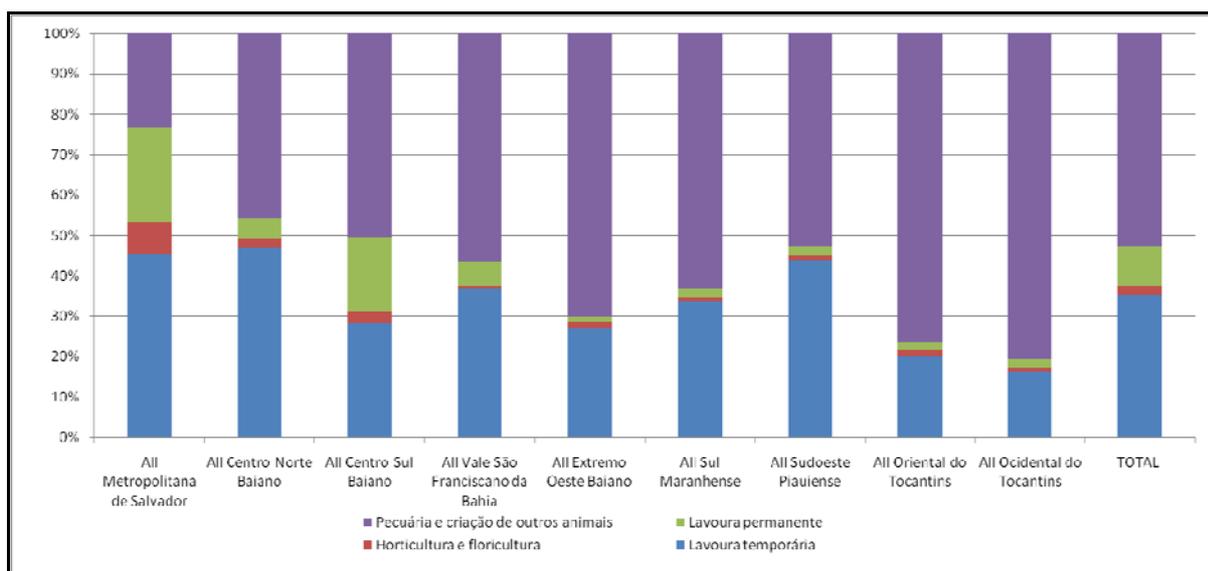
A maior parte dos estabelecimentos agropecuários no Brasil é dedicada à pecuária e criação de animais. Dos mais de 5,1 milhões de propriedades rurais, cerca de 73% são dedicados à atividade, enquanto pouco mais de 27% são dedicadas à agricultura. Na All, a pecuária corresponde a 50% dos estabelecimentos rurais, indicando a relevância da atividade agrícola, em análise comparativa com os percentuais do Brasil. Em seguida, aparecem as lavouras temporárias, que representam 34% das atividades, enquanto as permanentes somam apenas 10%. Os dados podem ser observados na **Figura 6.4.2.8.1-1**.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Figura 6.4.2.8.1-1 - Distribuição produtiva das atividades agropecuárias.

Como se vê na Figura a seguir, esta distribuição entre áreas dedicadas à pecuária e à lavoura temporária ou permanente apresenta variações entre as All Mesorregionais. Muito embora na maioria das All Mesorregionais prevaleça a pecuária, esta atividade tem peso diferente em cada uma das regiões. As All Ocidental do Tocantins e Oriental do Tocantins, por exemplo, possuem a maior concentração de propriedades destinadas à pecuária, com aproximadamente 80%. Em seguida, aparece a All Extremo Oeste Baiano, com 70% de propriedades dedicadas a esta atividade. Por outro lado, as All Metropolitana de Salvador e Centro Norte Baiano são exceções, pois a maioria das atividades é relacionada com lavouras, sejam elas permanentes ou temporárias. Vale notar também o alto percentual de propriedades dedicadas à horticultura e floricultura na All Metropolitana de Salvador, fato que não ocorre nas demais regiões pertencentes à All do empreendimento.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

Figura 6.4.2.8.1-2 - Número de Propriedades por tipo de atividade (Percentual).

Já no **Quadro 6.4.2.8-3** observa-se o percentual de estabelecimentos por atividade e região em relação ao total. Nota-se que as regiões da All Centro Norte Baiano e Centro Sul Baiano são as que possuem maior número de estabelecimentos agrícolas, com 24,6% e 32,2% do total, respectivamente. Verifica-se, entretanto, que nesta última região há uma maior prevalência da pecuária e criação de animais, enquanto na All Centro Norte Baiano, há uma proporção mais equânime entre pecuária e lavoura.

Quadro 6.4.2.8-3 - Quantidade de estabelecimentos por atividade agropecuária (Percentual).

All Mesorregional	Total	Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Sementes, mudas, etc.	Pecuária e criação de animais	Produção florestal - florestas plantadas	Outros
All Metropolitana de Salvador	6,0%	2,6%	0,5%	1,3%	0,1%	1,3%	0,1%	0,1%
All Centro Norte Baiano	24,6%	11,2%	0,5%	1,3%	0,5%	10,8%	0,3%	0,0%
All Centro Sul Baiano	32,2%	8,7%	0,8%	5,7%	0,7%	15,5%	0,8%	0,1%
All Vale São Franciscano da Bahia	10,8%	3,7%	0,1%	0,6%	0,3%	5,7%	0,3%	0,1%
All Extremo Oeste Baiano	7,1%	1,8%	0,1%	0,1%	0,2%	4,7%	0,2%	0,0%
All Sul Maranhense	2,5%	0,8%	0,0%	0,0%	0,1%	1,5%	0,1%	0,0%
All Sudoeste Piauiense	8,1%	3,4%	0,1%	0,2%	0,3%	4,0%	0,1%	0,0%
All Oriental do Tocantins	2,9%	0,6%	0,0%	0,1%	0,1%	2,1%	0,1%	0,0%
All Ocidental do Tocantins	5,9%	0,9%	0,1%	0,1%	0,1%	4,6%	0,1%	0,0%
Total	100,0%	33,7%	2,1%	9,4%	2,3%	50,3%	1,9%	0,4%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Situação semelhante a da All Centro Sul Baiano ocorre com Maranhão e Piauí, em que a lavoura temporária ocupa maior proporção dos estabelecimentos agropecuários (287.039 e 245.378, respectivamente). O **Anexo 6.4.2.8-2** indica a quantidade de estabelecimentos por atividade agrícola para todos os municípios que compõem a All.

No que diz respeito à produção das lavouras temporárias nas All Mesorregionais analisadas, o cultivo da soja é o que apresenta maior quantidade colhida na maioria dos grupos, seguindo uma tendência nacional. O **Quadro 6.4.2.8-4** e **Quadro 6.4.2.8-5** sintetizam a produção das lavouras temporárias nas mesorregiões analisadas.

Quadro 6.4.2.8-4 - Quantidade Colhida e Valor da Produção da Lavoura Temporária (2011) - Arroz, Feijão, Mandioca e Soja.

Mesorregiões e UF	Total		Arroz (em casca)		Feijão (em grão)		Mandioca		Soja (em grão)	
	Quant. colhida (ha)	Valor (Mil Reais)								
BRASIL	55.223.964	136.005.742	2.752.891	5.889.804	3.673.162	5.148.769	1.733.513	7.133.069	23.968.663	50.369.437
BAHIA	2.487.659	5.022.985	17.729	18.621	397.969	327.773	252.770	518.094	1.045.240	2.382.223
All Metropolitana de Salvador	2.901	5.012	0	0	592	1.014	1.733	3.623	0	0
All Centro Norte Baiano	847	1.095	0	0	334	596	181	319	0	0
All Centro Sul Baiano	42.918	129.974	326	879	19173	14.891	10.570	18.352	0	0
All Vale São Franciscano da Bahia	14.288	10.731	0	0	8000	862	1.750	1.569	0	0
All Extremo Oeste Baiano	240.627	560.824	4.108	3.394	14.672	42.298	11.220	25.581	194.127	441.012
MARANHÃO	1.733.985	2.677.335	469.052	442.504	90.718	83.547	207.554	453.617	530.539	1.035.441
All Sul Maranhense	175.623	340.204	6.970	5.822	1.962	1.785	564	927	162.701	315.513
PIAUI	1.181.306	1.605.133	146.297	174.621	236.244	135.056	46.729	66.594	383.618	804.604
All Sudoeste Piauiense	73.382	150.653	11.861	19.495	4.390	4.832	831	1.497	55.924	114.400
TOCANTINS	689.863	1.658.159	132.522	261.356	26.179	64.121	17.632	43.100	396.132	807.179
All Oriental do Tocantins	135.040	57.005	2.400	2.622	3.250	5.232	150	291	15.600	29.840
All Ocidental do Tocantins	24.504	14.214	500	389	90	93	140	403	6200	12152
Total All	710.130	1.269.712	26.165	32.601	52.463	71.603	27.139	52.562	434.552	912.917

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal 2011.

Quadro 6.4.2.8-5 - Quantidade Colhida e Valor da Produção da Lavoura Temporária (2011) - Abacaxi, Batata-Doce, Cana-de-açúcar, Melancia, Milho e Tomate.

Mesorregiões e UF	Abacaxi		Cana-de-açúcar		Melancia		Milho (em grão)		Tomate	
	Quant. colhida (ha)	Valor (Mil Reais)								
BRASIL	62.481	1.474.382	9.601.316	39.224.254	97.718	951.810	13.218.904	22.229.389	71.473	3.230.453
BAHIA	5.841	123.699	116.171	451.838	16.022	101.796	625.363	807.521	8.109	277.848
All Metropolitana de Salvador	0	0	0	0	0	0	542	239	0	0
All Centro Norte Baiano	0	0	0	0	0	0	324	148	0	0
All Centro Sul Baiano	10	153	4035	22984	431	4523	9719	4311	1149	66402
All Vale São Franciscano da Bahia	0	0	1200	4252	100	286	7000	962	0	0
All Extremo Oeste Baiano	15	330	2962	15825	78	345	45484	124872	31	708
MARANHÃO	1.205	10.888	48.565	290.867	4.822	20.080	381.297	333.877	228	6.501
All Sul Maranhense	38	292	18	72	350	3.062	15.751	52.610	0	0
PIAUÍ	9	93	15.194	54.201	2.990	23.510	349.984	341.270	144	4.825
All Sudoeste Piauiense	0	0	102	376	0	0	10.327	28.553	5	112
TOCANTINS	1.963	50.985	25.524	151.911	3.553	38.264	86.358	155.043	0	0
All Oriental do Tocantins	10	240	18.000	113.400	0	0	1.010	1.199	0	0
All Ocidental do Tocantins	730	17520	17	54	0	0	430	363	0	0
Total All	803	18535	26334	156963	959	8216	90587	213257	1185	67222

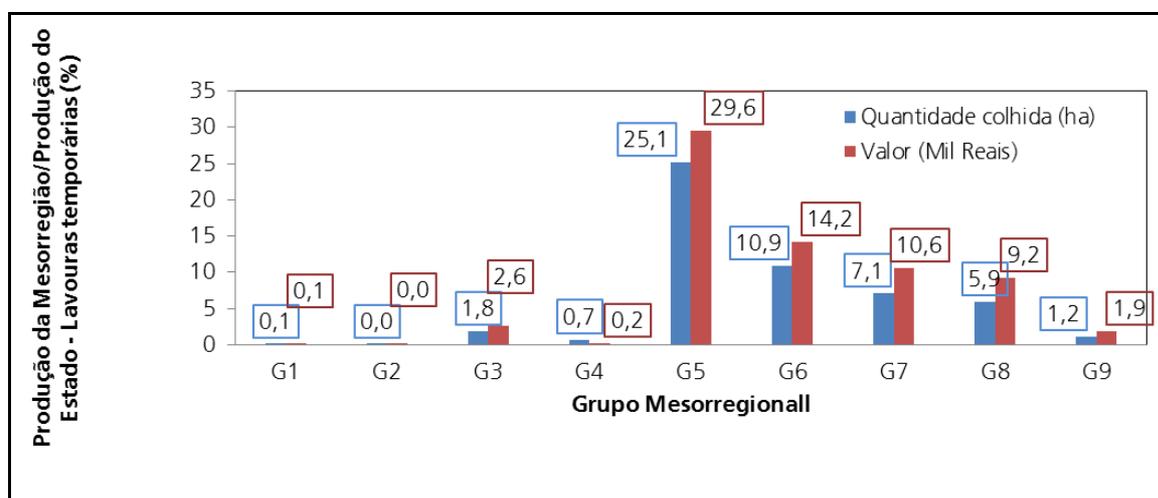
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal 2011.

Cabe observar que a Bahia, apesar de cultivar soja em larga escala, apresenta quatro grupos de mesorregiões, entre os nove analisados, que não se dedicam a esse tipo de lavoura. Feijão e mandioca, em vez de soja, são cultivados em maior escala nas seguintes All Mesorregionais baianas: All Metropolitana de Salvador, All Centro Norte Baiano, All Centro Sul Baiano e All Vale São Franciscano da Bahia. Na All Extremo Oeste Baiano, por sua vez, apenas quatro municípios se dedicam ao cultivo da soja (Riachão das Neves, Baianópolis, Barreiras e Santana). O **Anexo 6.4.2.8-3** e **Anexo 6.4.2.8-4** apresentam informações sobre quantidade colhida e valor da produção da lavoura temporária para todos os municípios da All. Vale destacar que nas mesorregiões em que há cultivo de soja, esta produção se torna preponderante em relação às demais, isto é, a quantidade colhida supera aquela apresentada pelas demais lavouras.

Com efeito, a expansão do cultivo da soja vem sendo analisada por diversos estudiosos, que discutem suas consequências sociais, econômicas e ambientais. De acordo com Brandão, Rezende e Marques (2006), a produção de soja se expandiu em todas as regiões Brasileiras na primeira metade da década de 2000, utilizando-se em boa medida de áreas de pastagens “degradadas”.

Além disso, o avanço da soja é percebido como desencadeador de um processo de enfraquecimento e, por vezes, de extinção de comunidades rurais tradicionais. É o caso, por exemplo, da denúncia feita pela ONG Repórter Brasil (Repórter Brasil, 2013) sobre o município de Balsas, na All Sul Maranhense, onde, de acordo com dados do IBGE, 87,5% das lavouras temporárias são dedicadas ao cultivo de soja. De acordo com a instituição, a expansão de grandes monoculturas é incompatível com a manutenção do modo de vida e de produção de comunidades tradicionais, o que traria grandes perdas sociais e culturais. De uma forma ou de outra, é inegável que a expansão da soja tem provocado transformações substantivas no campo.

Na **Figura 6.4.2.8.1-3** pode-se observar o percentual da produção das lavouras temporárias das All Mesorregionais no total estadual. Nota-se que a All Extremo Oeste Baiano se destaca, produzindo cerca de 25% do que é colhido na Bahia em termos de área e quase 30% do valor produzido no estado. Outras All que apresentam peso em relação aos seus estados são a All Sul Maranhense e a All Sudoeste Piauiense, com percentuais próximos dos 10% em relação ao valor produzido em reais.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Figura 6.4.2.8.1-3 - Participação da produção das lavouras temporárias das All Mesorregionais na produção do Estado.

Quando se discrimina por tipo de produção, nota-se que na All Extremo Oeste Baiano as produções de arroz e soja são as principais responsáveis pelo alto percentual de produção (em termos de área colhida e valor em reais) no conjunto do estado. Já na All Sul Maranhense, há uma forte expressão da produção de soja. Nesta região, concentra-se aproximadamente 30% de toda produção do Maranhão, o que indica uma clara situação de privilégio da monocultura no local.

Já entre os produtos da extração vegetal, destacam-se a lenha e o carvão vegetal em todos os grupos de municípios analisados. A extração de lenha, por exemplo, alcançou 3.087.994 m² na All Vale São Franciscano da Bahia em 2011. O número é bastante expressivo, sobretudo se considerado que a produção total da Bahia foi de 9.171.091 m². Isso indica que somente aquele grupo mesorregional é responsável por cerca de 1/3 da produção de lenha em todo estado da Bahia. A All Extremo Oeste Baiano, por sua vez, chegou a atingir 67.067 toneladas de carvão vegetal extraído, número elevado diante da quantidade total de carvão vegetal extraída na All, de 77.168 toneladas. É importante destacar o fato de a extração vegetal de carvão e lenha estar associada em grande parte das vezes a práticas de desmatamento que, no caso dos municípios do Vale São Franciscano da Bahia, ganha proporções alarmantes. O **Quadro 6.4.2.8-6** sintetiza estas informações e os dados sobre cada município podem ser encontrados no **Anexo 6.4.2.8-5**.

Quadro 6.4.2.8-6 - Quantidade produzida na extração vegetal (2011).

Mesorregiões e UF	Alimentícios (ton)	Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes (ton)	Borrachas (ton)	Ceras (ton)	Fibras (ton)	Gomas não elásticas (ton)	Carvão vegetal (ton)	Lenha (m³)	Oleaginosos (ton)	Tanantes (ton)
BRASIL	514.355	730	3.005	21.274	65.903	1	1.351.192	37.574.207	115.099	178
BAHIA	10.200	0	8	-	59.428	-	115.385	9.171.091	4.779	108
All Metropolitana de Salvador	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
All Centro Norte Baiano	13	0	0	0	0	0	0	13.218	45	0
All Centro Sul Baiano	1115	0	0	0	0	0	802	749.716	42	7
All Vale São Franciscano da Bahia	43	0	0	0	0	0	476	866.768	0	0
All Extremo Oeste Baiano	30	0	0	0	12	0	67.067	82.540	128	18
MARANHÃO	12.125	470	-	552	156	-	339.773	2.735.794	96.336	-
All Sul Maranhense	0	0	0	0	0	0	2.224	168.093	0	0
PIAUI	98	73	-	12.569	-	-	137.729	1.939.225	5.616	-
All Sudoeste Piauiense	1	21	0	0	0	0	6.573	81.840	0	0
TOCANTINS	3	-	-	-	-	-	9.611	1.047.564	388	2
All Oriental do Tocantins	0	0	0	0	0	0	5	9.543	0	0
All Ocidental do Tocantins	0	0	0	0	0	0	21	10.000	0	0
Total All	1206	21	0	0	12	0	77.168	1.981.718	215	25

Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2011.

Finalmente, no que diz respeito aos rebanhos existentes nos municípios que compõem a All, destaca-se a criação de rebanhos bovinos e de galos / frangos, conforme indica o **Quadro 6.4.2.8-7**. Se na maior parte das All Mesorregionais da Bahia as criações de galos/ frangos contam com rebanhos maiores (com exceção da All Vale São Franciscano da Bahia e da All Extremo Oeste Baiano), as demais regiões contam com extensos rebanhos bovinos. O **Anexo 6.4.2.8-6** apresenta a informação para todos os municípios da All.

Quadro 6.4.2.8-7 - Efetivo dos rebanhos por tipo (2011).

Brasil, UF e All mesorregional	Bovino	Equino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Galos, frangos e pintos	Galinhas
Brasil	212.815.311	5.510.601	1.278.075	974.688	1.269.403	39.307.336	9.386.316	17.668.063	1.051.989.862	216.219.543
Bahia	10.667.903	555.905	27.171	254.277	274.666	1.620.697	2.741.818	3.072.176	22.648.212	10.026.766
All Metropolitana de Salvador	34.589	2.683	0	1.170	1.100	7.395	7.692	18.549	59.941	40.441
All Centro Norte Baiano	25.850	1.382	18	1.345	1.122	5.691	17.110	43.285	45.530	25.314
All Centro Sul Baiano	373.631	30.566	7	8.430	9.141	65.774	88.072	57.559	555.641	534.845
All Vale São Franciscano da Bahia	88.563	6.442	0	6.374	2.188	25.460	13.123	11.483	79.860	62.414
All Extremo Oeste Baiano	633.849	21.210	4	6.730	4.285	66.775	15.471	36.677	526.885	679.700
Maranhão	7.264.106	173.739	82.650	102.203	100.190	1.304.193	369.450	231.348	7.202.099	2.509.730
All Sul Maranhense	101.232	1.872	16	776	1.804	5.234	2.696	3.717	76.850	35.103
Piauí	1.688.024	109.936	657	119.054	29.068	935.279	1.381.949	1.397.864	7.713.593	2.007.738
All Sudoeste Piauiense	133.698	6.291	0	1.891	1.674	13.707	8.521	14.000	104.101	55.991
Tocantins	8.025.400	190.973	8.948	16.329	52.585	266.067	23.213	113.544	2.710.781	1.435.050
All Oriental do Tocantins	51.300	1.420	0	215	542	2.290	285	1.623	12.150	8.580
All Ocidental do Tocantins	201.300	4.470	0	295	920	6.345	365	2.800	118.835	85.950
Total All	1.644.012	76.336	45	27.226	22.776	198.671	153.335	189.693	1.579.793	1.528.338

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal, 2011.

Entre as características gerais das formas de uso e ocupação do solo na All, no que diz respeito à agropecuária, vale ressaltar a maior proporção de estabelecimentos dedicados à lavoura do que à pecuária nas Alls Metropolitana de Salvador e Sul Maranhense, em contraste com a tendência nacional e dos estados incluídos no estudo. A cultura da soja é forte nesta região, com 55 mil hectares colhidos em 2011. A região que mais se destaca por sua lavoura de soja é a All Sul Maranhense, que colheu mais de 160 mil dos 530 mil hectares de soja em todo o estado. Na Bahia, por outro lado, somente na All Extremo Oeste Baiano havia produção de soja no ano de 2011. Em síntese, portanto, os municípios que compõem a All apresentam intensa atividade agropecuária, com destaque para a produção de soja concentrada na região que compreende a fronteira entre os estados de Tocantins, Maranhão, Piauí e Oeste Baiano. Nos demais municípios da All, no estado da Bahia observa-se uma produção expressiva de hortaliças na All Metropolitana de Salvador e produção de gêneros ligados à agricultura de subsistência, como milho, feijão e mandioca, nas demais áreas. A criação de rebanhos bovinos e de galos / frangos também se destaca no total da All.

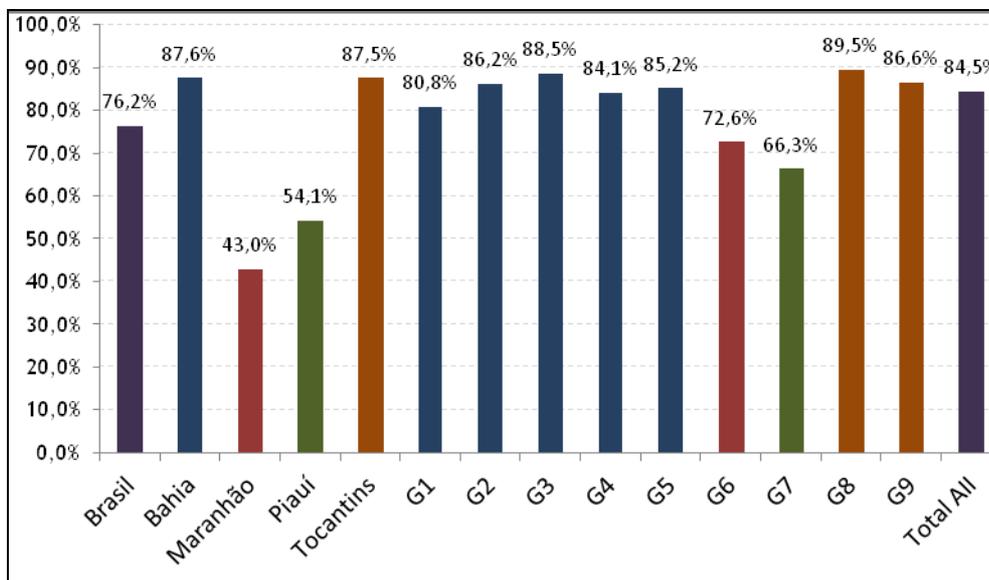
6.4.2.8.1.1 - Estrutura Fundiária na All

Esta seção apresenta dados referentes à estrutura fundiária dos municípios que compõem a All. Serão, portanto, abordados temas relacionados à concentração fundiária, assentamentos rurais e condição de titulação das terras, entre outros.

6.4.2.8.1.1.1 - Caracterização Geral da Estrutura Fundiária

Estão apresentadas neste tópico informações sobre a condição de titulação das terras e as características gerais das formas de propriedade nos municípios da área de estudo.

O tipo de propriedade por condição do produtor apresenta sensíveis diferenças quando as All Mesorregionais são comparadas. Conforme indica a **Figura 6.4.2.8.1-4**, no Brasil 76,2% dos produtores são proprietários dos estabelecimentos agropecuários. O **Anexo 6.4.2.8-7** contém informações sobre a quantidade de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor, para todos os municípios da All.

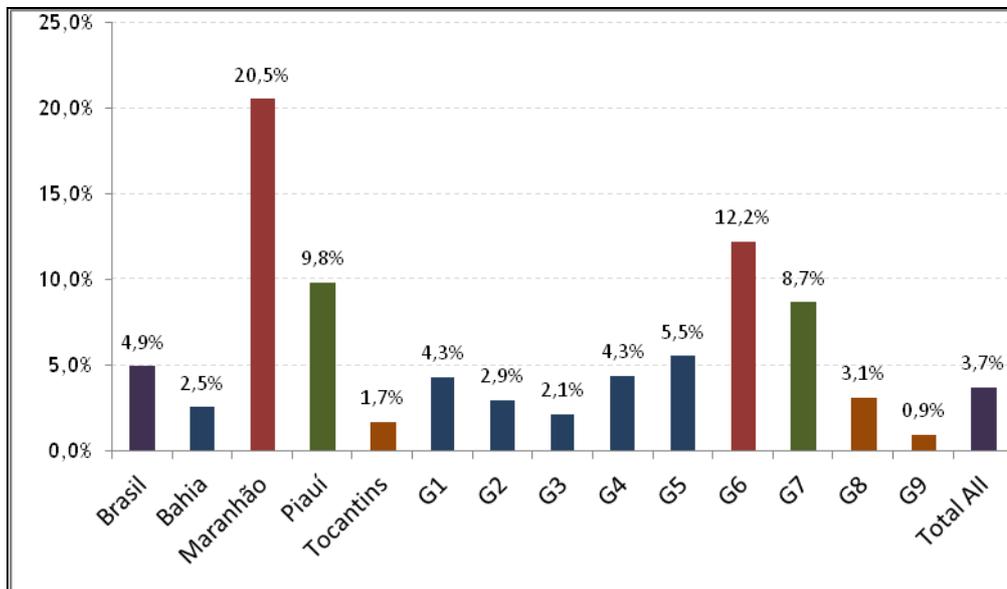


Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Figura 6.4.2.8.1-4 - Estabelecimentos agropecuários por condição do produtor - Proprietário (Percentual).

O percentual de produtores proprietários é mais alto na Bahia e no Tocantins, onde chega a atingir 87,6% e 87,5%, respectivamente. Por outro lado, apenas 43% dos produtores no Maranhão são proprietários dos estabelecimentos. Os elevados percentuais verificados na Bahia e Tocantins são compartilhados também pelo agrupamento de municípios pertencentes às mesorregiões analisadas. Na All Oriental do Tocantins, por exemplo, a propriedade do estabelecimento chega a 89,5% dos produtores. Não obstante, ainda que o percentual de produtores que são também proprietários seja relativamente baixo no Maranhão, o mesmo não ocorre na All Sul Maranhense, onde esse indicador atinge 72,6%. Esse alto percentual de proprietários em comparação com o estado pode ser motivado pela concentração da produção de soja na região, que, em geral, é produzida em larga escala, de maneira mecanizada e em grandes áreas, características mais comuns de serem encontradas em propriedades onde o dono possui o título de proprietário do que em áreas em situação legal indefinida.

Em consonância com os dados apresentados na **Figura 6.4.2.8.1-5**, o Maranhão apresenta o maior percentual de produtores sem área (20,5%), quatro vezes acima do valor nacional (4,9%), o que sugere forte concentração fundiária no estado. Esta categoria é definida pelo IBGE como relativa a produtores que obtiveram produção (vegetal ou animal), mas que não tinham área específica para esta produção.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Figura 6.4.2.8.1-5 - Estabelecimentos agropecuários por condição do produtor -Produtor sem área (Percental).

No Tocantins, por outro lado, apenas 1,7% dos produtores se classificaram como “sem área”. Percentuais baixos de produtores identificados nessa categoria são também encontrados nas All Mesorregionais Oriental e Ocidental do Tocantins, que correspondem a 3,1% e 0,9%, respectivamente.

Entre os produtores que se identificaram como proprietários dos estabelecimentos agropecuários, a maior parte indicou que a posse da terra ocorreu via compra da terra de particulares. Em âmbito nacional, esse percentual atinge 58,47% dos estabelecimentos agropecuários, ao passo que entre as All Mesorregionais analisadas ele varia entre 39,42% na All Sudoeste Piauiense e 61,51% na All Oriental do Tocantins. O **Quadro 6.4.2.8-8** sintetiza os dados.

Quadro 6.4.2.8-8 - Distribuição percentual dos estabelecimentos agropecuários com produtor proprietário por forma de obtenção das terras.

Brasil, Unidade da Federação e Município	Compra de particular	Compra via crédito fundiário (cédula da terra, Banco da terra, etc.)	Titulação via reforma agrária, programa de reassentamento ou aguardando titulação	Herança	Doação particular	Usucapião	Outra forma
Brasil	58,47	1,15	7,02	36,9	2,97	1,13	1,34
Bahia	56,51	0,52	3,67	41,22	4,74	1,15	0,88
All Metropolitana de Salvador	46,49	0,09	1,74	50,06	4,21	1,68	0,78
All Centro Norte Baiano	58,72	0,33	1,97	42,96	4,54	0,89	0,85
All Centro Sul Baiano	53,81	0,28	2,88	46,14	5,07	0,84	0,46
All Vale São Franciscano da Bahia	42,59	1,11	10,76	36,06	7,71	3,33	2,99
All Extremo Oeste Baiano	59,4	1,63	5,71	37,25	3,56	2,02	0,48
Maranhão	47,42	1,89	17,31	24,03	4,17	3,83	2,82
All Sul Maranhense	58,29	0,94	8,45	34,51	2,96	1,4	0,64
Piauí	44,43	2,12	9,5	40,49	4,12	2,55	2,4
All Sudoeste Piauiense	39,42	1,48	10,1	43,18	4,24	4,51	1,95
Tocantins	59,87	0,62	21,4	14,23	1,86	2,58	1,32
All Oriental do Tocantins	61,51	0,45	7,52	23,86	2,82	4,57	1,33
All Ocidental do Tocantins	59,08	0,7	28,02	9,64	1,4	1,63	1,32
Total All	53,26	0,78	8,57	35,96	4,06	2,32	1,20

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Já entre as UFs analisadas, apenas o Tocantins apresenta um percentual mais elevado que a média nacional de obtenção de estabelecimentos agropecuários via compra de particular (59,87%). Os percentuais de suas mesorregiões também são mais elevados que a média nacional. Já o Piauí apresenta o menor percentual de obtenção via compra de particular entre os estados analisados, alcançando apenas 44,43%.

Tais diferenças percentuais podem ser melhor compreendidas ao se observar as variações das outras formas de obtenção. Analisado o quadro anterior, é possível perceber que as principais variações ocorrem entre os percentuais de proprietários que obtiveram seus estabelecimentos via herança e aqueles que obtiveram o título de propriedade via reforma agrária ou programa de reassentamento.

Em âmbito nacional, esses percentuais correspondem a 36,9% e 7,02%, respectivamente. Há, contudo, grandes diferenças regionais - tanto entre UFs, quanto entre as All Mesorregionais. A Bahia, por exemplo, é o estado que apresenta o mais alto percentual de aquisição de estabelecimentos agropecuários via herança (41,22%), indicando uma ocupação das terras pelos mesmos atores sociais ao longo das gerações. Suas mesorregiões também apresentam percentuais acima da média nacional, chegando a 50,06% na All Metropolitana de Salvador. A exceção é a All Vale São Franciscano da Bahia, cujo percentual é muito próximo ao valor nacional (36,06%).

Os altos percentuais de estabelecimentos cuja posse ocorreu via herança ou compra, por sua vez, são acompanhados pelos baixos percentuais de propriedades obtidas via reforma agrária ou programas de reassentamento, sugerindo baixo dinamismo em relação às formas de obtenção de terras. A All Metropolitana de Salvador apresenta o menor percentual de obtenção de propriedade via reassentamento / reforma agrária, correspondendo a apenas 1,74% dos estabelecimentos. Baixos percentuais dessa forma de obtenção são encontrados nos demais grupos de municípios da Bahia, mais uma vez com exceção da All Vale São Franciscano da Bahia, cujo percentual de propriedades obtidas via reforma agrária ou programas de reassentamento (10,71%) é superior às médias nacional e estadual.

O Tocantins, assim como suas mesorregiões analisadas, também apresenta quadro bastante específico. Trata-se da UF com maior percentual de titulação obtida via reforma agrária e programas de reassentamento (21,4%) e de compra de particular (59,87%). O mesmo ocorre com a All Ocidental do Tocantins, onde 28,02% dos estabelecimentos próprios foram obtidos via reforma agrária ou programas de reassentamento, ao passo que apenas 9,64% foram resultado de herança - o menor percentual verificado.

Os municípios da Área de Influência que compõem essa mesorregião, contudo, apresentam características bastante heterogêneas, indicando a peculiaridade da All Ocidental do Tocantins. Em Miranorte, por exemplo, 87,55% das propriedades foram obtidas por meio de compra de particular, ao passo que apenas 0,41% delas são resultado de reforma agrária ou reassentamentos. Já em Rio dos Bois, 48,11% das propriedades são provenientes de compra de particular e 43,4% resultaram de reforma agrária ou programa de reassentamento.

Marcionílio Souza (All Centro Sul Baiano), Lizarda (All Oriental do Tocantins) e Miracema do Tocantins (All Ocidental do Tocantins) também apresentam alto percentual de propriedades obtidas por meio de reforma agrária ou reassentamento: 43,55%, 31,11% e 25,22%, respectivamente. Desses, apenas em Lizarda não houve projetos de Reforma Agrária com a instalação de assentamentos, como mostra o **Quadro 6.4.2.8-9** na seção "Assentamentos rurais". O **Anexo 6.4.2.8-8** informa a distribuição percentual dos estabelecimentos agropecuários com produtor proprietário por forma de obtenção, com dados para todos os municípios da All.

6.4.2.8.1.1.2 - Assentamentos Rurais

Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2012) indicam que nos municípios que compõem a All 7.159 famílias foram reassentadas desde 1986. A maior quantidade de programas de reassentamento e de famílias reassentadas está nos municípios da Bahia. São 45 programas, distribuídos por 12 municípios, que resultaram em 6.410 famílias reassentadas. A partir da pesquisa de campo realizada nestes municípios, entre os meses de maio a julho de 2013, foi possível reunir informações atualizadas com os gestores locais que apontam a ampliação dos números de assentamentos rurais e de famílias beneficiadas. Diante dessas informações somam-se aos 12 municípios inicialmente identificados pela existência de Projetos de Assentamento Rural mais quatro (Nova Itarana, Brejões, Livramento de Nossa Senhora e Angical). O

número de assentamentos foi ampliado de 45 para aproximadamente 57. O número de famílias reassentadas, segundo os informantes locais, também é maior que o inicialmente mapeado, passando de 7.159 para mais de 7.601 somente no estado da Bahia. Já no Tocantins, que apresenta maior percentual de estabelecimentos obtidos por meio de programas de reassentamento ou reforma agrária, foram oito projetos e 479 famílias reassentadas. O **Quadro 6.4.2.8-9** sistematiza as informações sobre os projetos de reforma agrária, sinalizando os municípios em que houve reassentamento, a área e quantidade de famílias assentadas em cada um deles, data de criação e forma de obtenção da propriedade.

Quadro 6.4.2.8-9 - Projetos de reforma agrária por unidade de referência.

All Mesorregional	Município	Nome do Projeto de Assentamento (PA)	Área (ha)	Número de famílias assentadas	Data de criação	Forma de obtenção
Tocantins						
All Ocidental do Tocantins	Miracema do Tocantins	PA Irmã Adelaide	5344,791	106	22/05/1998	Desapropriação
		PA Brejinho	1685,09	71	31/01/2000	Desapropriação
		PA Universo	1205	34	18/05/2005	Desapropriação
		PA Mundo Novo	310,2814	13	22/09/2005	Reconhecimento
		PA Nossa Senhora de Fátima	1002,9	26	13/02/1996	Desapropriação
	Rio dos Bois	PA Paulo Freire I e II	4622,125	156	20/11/2002	Desapropriação
	Miranorte	PA Padre Expedito	1483,597	30	04/08/2005	Desapropriação
All Oriental do Tocantins	Pedro Afonso	PA Agrovila Bom Tempo	7628,455	43	23/09/1992	Reconhecimento
Maranhão						
All Sul Maranhense	Balsas	PE Maravilha Vale do Jenipapo	521,2268	43	11/12/1997	Reconhecimento
		PE Vale do Rio do Peixe/Ferreira	20554,14	28	11/12/1997	Reconhecimento
		PE Águas Claras	11942,31	26	13/12/2004	Reconhecimento
		PE Ferreira	3904,207	23	13/12/2004	Reconhecimento
		PE Caracol	5567,528	14	13/12/2004	Reconhecimento
		PE Félix	5564,455	20	13/12/2004	Reconhecimento
		PE São Francisco	7880,972	26	13/12/2004	Reconhecimento
		PE Buritirana I	5490,646	23	13/12/2004	Reconhecimento
		PE São José	1125	42	01/08/2005	Desapropriação
Piauí						
All Sudoeste Piauiense	Riacho Frio	PE Sítio/Descoberta	3.501	25	21/08/2005	Reconhecimento

Coordenador:

Técnico:

All Mesorregional	Município	Nome do Projeto de Assentamento (PA)	Área (ha)	Número de famílias assentadas	Data de criação	Forma de obtenção
Bahia						
All Extremo Oeste Baiano	Santa Rita de Cássia	PA Senhor do Bonfim	21700	200	03/12/1987	Desapropriação
		PA Antônio Conselheiro II	13217	297	30/03/2000	Desapropriação
		PA Arco Verde	3755,606	59	02/08/2004	Desapropriação
		PA Fazendas Reunidas Esplanada	4297,48	60	23/08/2006	Desapropriação
		PA Primavera Capefe	9198,024	117	18/03/2005	Desapropriação
		PA Beira Rio	9877,01	126	15/12/2005	Desapropriação
	Riachão das Neves	PA Rio Branco	7952,132	248	20/11/2000	Desapropriação
		PA Carlota	2449,963	75	02/08/2004	Desapropriação
		PA Castelo	3899,339	58	28/12/2000	Desapropriação
		PA Dom Ricardo	12681,49	181	14/09/2010	Desapropriação
	Angical	PA Angical I / Gameleira	Sem informação	150	Sem informação	Sem informação
	Santana	PA Jacarandá	8175	246	30/12/1998	Desapropriação
All Vale São-Franciscano da Bahia	Sítio do Mato	PA Riacho dos Cavalos	2104	57	31/12/1997	Desapropriação
		PA Reunidas José Rosa	2730	48	30/12/1997	Desapropriação
		PA Mangal I	3000	57	15/10/1998	Desapropriação
		PA Mangal II	8179,058	94	31/12/1997	Desapropriação
		PA Nova Esperança	6500	103	23/12/1998	Desapropriação
		PA Vale Verde	26912,79	440	11/03/1998	Desapropriação
		PA Quilombola Barro Vermelho	7000	106	29/05/1998	Desapropriação
		PA Conceição	2026,61	44	30/10/2001	Desapropriação
PA São Caetano II	2281,119	56	14/11/2001	Desapropriação		

All Mesorregional	Município	Nome do Projeto de Assentamento (PA)	Área (ha)	Número de famílias assentadas	Data de criação	Forma de obtenção
All Vale São-Franciscano da Bahia	Sítio do Mato	PA São Felipe	2079,801	34	17/09/2002	Desapropriação
		PA Marolândia	909,04	21	27/12/2002	Desapropriação
		PA Talismã	1285,769	38	20/01/2003	Desapropriação
		PA Imborés, Bela Vista	3237,87	83	16/12/2008	Desapropriação
		PA Santa Rosa	1084,048	28	11/12/2008	Desapropriação
	Bom Jesus da Lapa	PA Proj. Esp. Quilombola Rio das Rãs	30190,71	671	30/12/1996	Desapropriação
		PA Rio das Rãs II	2317,911	66	30/12/1998	Desapropriação
		PA Santa Rita	8593,896	243	20/11/2000	Desapropriação
		PA Boa Esperança	1125,174	27	20/11/2000	Desapropriação
		PA Campo Grande I	4368,672	118	20/06/2000	Desapropriação
		PA São José/Campo Grande II	7000	201	20/11/2000	Desapropriação
		PA Nova Volta	9241,324	162	20/06/2000	Desapropriação
		PA Proj. Esp. Quilombola Pitombeira	4984,127	79	20/04/2004	Desapropriação
		PA Batalha	14946,74	442	08/05/2003	Desapropriação
PA Curral das Vargens	9213,391	152	20/09/2004	Desapropriação		
All Centro Sul Baiano	Maracás	PA Khaeta	2035,673	63	26/04/2004	Desapropriação
		PA Pitombeira	Sem informação	40	2004*	Sem informação
	Riacho de Santana	PA Brejo de São José	3722,25	96	25/07/1996	Desapropriação
	Marcionílio Souza	PA Cachá	11383	469	11/11/1986	Desapropriação
		PA Fazenda Conjunto Rancho Nevado	3319,957	74	30/12/1997	Desapropriação

Coordenador:

Técnico:

All Mesorregional	Município	Nome do Projeto de Assentamento (PA)	Área (ha)	Número de famílias assentadas	Data de criação	Forma de obtenção
All Centro Sul Baiano	Marcionílio Souza	PA Segredo e Riachuelo	1453,192	49	20/01/2004	Desapropriação
		PA Santa Fé	913	30	15/12/2000	Desapropriação
		PA Anativa	2.095,54	20	2010*	Sem informação
	Irajuba	PA Pedrão	1273,774	26	13/01/2005	Desapropriação
		PA Ipauaté	1.300	66	2004*	Sem informação
	Ibicoara	PA Paraguaçuzinho	396,8782	32	23/12/2002	Desapropriação
		PA Pai Inácio	100	35	2002*	Sem informação
		Acampamento São Roque	100	30	2006*	Sem informação
	Iramaia	PA Dandara	1219,613	49	26/12/2002	Desapropriação
		PA Boa Sorte Uma	17387,85	446	25/07/2006	Desapropriação
	Nova Itarana	Acampamento Fazenda Trombas	20	20	2008*	Sem informação
	Planaltino	PA Faz Lagoa da Onça	740,7206	39	01/04/2004	Desapropriação
		PA São Diogo	Sem informação	185	Sem informação	Sem informação
		PA Santa Luzia	Sem informação	175	Sem informação	Sem informação
		Acampamento Campinhos	Sem informação	210	Sem informação	Sem informação
	Brejões	PA Mingau	Sem informação	20	2003*	Sem informação
	Livramento de Nossa Senhora	Distrito de Irrigação Brumado	700	240	sem informação	Sem informação

Fonte: INCRA, 2012 e Trabalho de Campo Ecology Brasil, maio e junho de 2013.

* Os campos de data de criação preenchidos apenas com o ano tiveram informação originada em entrevistas com os gestores municipais que não dispunham de dado mais preciso.

Ainda segundo as informações dos gestores municipais, a grande maioria dos assentamentos e acampamentos identificados nestes municípios desenvolve a agropecuária de subsistência, cujas culturas mais presentes são frutas (abacaxi, maracujá, manga, tomate e café), hortaliças e tubérculos (principalmente mandioca e batata), grãos (feijão, arroz, milho) e cana-de-açúcar, além da pecuária (bovinos, caprinos, ovinos e galináceos). O Distrito de Irrigação Brumado, localizado no município de Livramento de Nossa Senhora/BA, se destaca pela infraestrutura de produção irrigada.

O **Mapa de Assentamentos (2619-00-EIA-MP-4001)**, no **Caderno de Mapas** apresenta a localização dos assentamentos rurais na All.

6.4.2.8.1.1.3 - Concentração Fundiária

De acordo com dados do IBGE, há no Brasil 5.175.636 estabelecimentos agropecuários. Desses, pouco mais de 1,4% (74.017) estão localizados nos municípios que compõem a All. A All Centro Sul Baiano é aquela que contém maior quantidade de propriedades na área de estudo, alcançando 33.158 unidades, seguido pela All Extremo Oeste Baiano, com 20.622. O **Quadro 6.4.2.8-10** ilustra os dados.

Quadro 6.4.2.8-10 - Número de estabelecimentos agropecuários por unidade de referência.

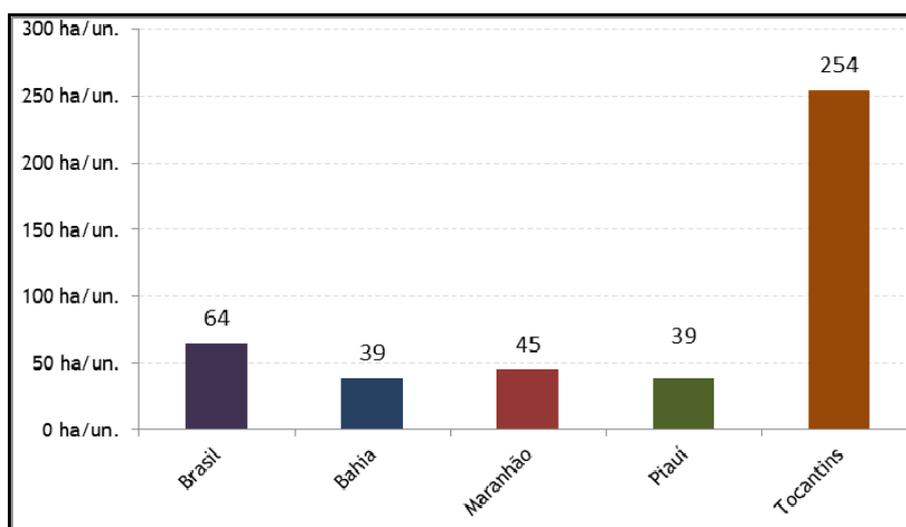
Brasil, Unidade da Federação e Município	Quantidade (N)
Brasil	5.175.636
Bahia	761.558
All Metropolitana de Salvador	2.764
All Centro Norte Baiano	1.673
All Centro Sul Baiano	33.158
All Vale São- Franciscano da Bahia	4.770
All Extremo Oeste Baiano	20.622
Maranhão	287.039
All Sul Maranhense	2.486
Piauí	245.378
All Sudoeste Piauiense	6.490
Tocantins	56.567
All Oriental do Tocantins	950
All Ocidental do Tocantins	1.104
Total All	74.017

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

É interessante notar que, entre os municípios da All Centro Sul Baiano, são encontradas situações bastante diversas no que diz respeito à quantidade de propriedades rurais, variando entre 81 (Milagres) e 4.998 (Livramento de Nossa Senhora), como apresentado no **Anexo 6.4.2.8-9**. Isso indica grande diferença intrarregional no que diz respeito ao modo como a propriedade é distribuída. O número de estabelecimentos por unidade de referência é um indício da concentração de terras, sugerindo uma maior concentração das propriedades naqueles municípios onde o número de estabelecimentos é menor. É necessária, no entanto, a observação de outros indicadores, apresentados adiante, para um diagnóstico mais acurado a respeito da concentração fundiária.

Outro índice relevante para analisar a concentração de terras é a área média dos estabelecimentos, que também experimenta variações consideráveis no universo estudado, conforme indica a **Figura 6.4.2.8.1-6**. Os estabelecimentos rurais no Brasil têm, em média, 64 hectares/unidade. O valor é próximo daquele encontrado entre os municípios que compõem a All, que corresponde a 60 ha/un, como indica a **Figura 6.4.2.8.1-7**.

Os números observados nas diversas regiões que compõem a All, entretanto, apresentam grande disparidade. Entre as UF analisadas, o Tocantins caracteriza-se por propriedades bastante extensas, com uma média de 254 ha, um total quatro vezes maior que o nacional. No outro extremo está a Bahia, com estabelecimentos de, em média, 39 ha. Nota-se também que, com a exceção do Tocantins, todos os estados analisados possuem uma média menor que a nacional.

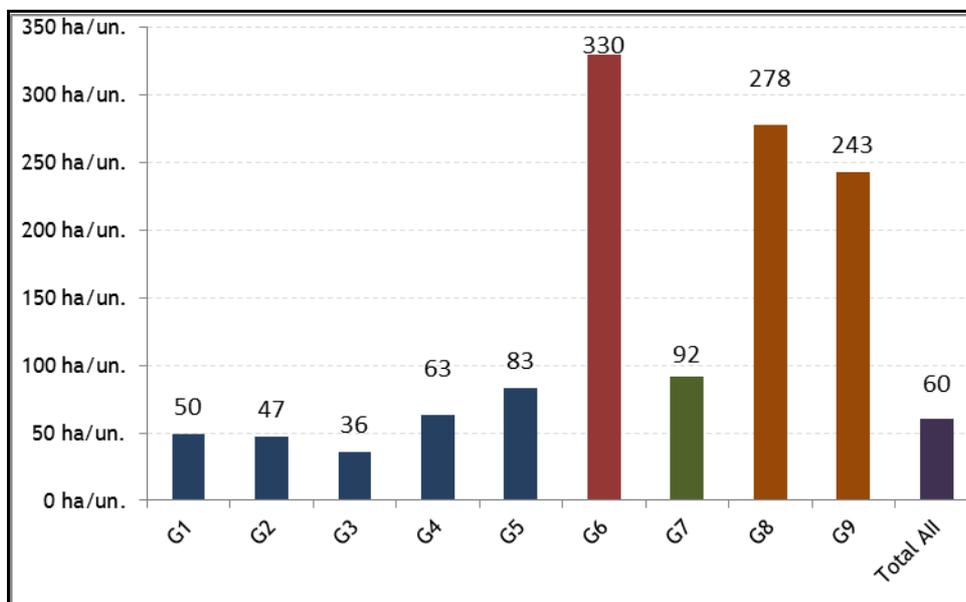


Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Figura 6.4.2.8.1-6 - Tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários por estado e Brasil (ha).

Já no que diz respeito às All Mesorregionais, verifica-se a mesma tendência encontrada em relação aos estados: estabelecimentos mais extensos e menos numerosos nas regiões do Tocantins. As All Oriental Tocantins e Ocidental do Tocantins possuem uma proporção de 278 e 243 hectares por empreendimento agrário, próximos, portanto, da média estadual, e um número proporcionalmente menor de estabelecimentos - 950 e 1.104, respectivamente. Entretanto, a All do Sul Maranhense é a que mais se destaca, por possuir a maior média de hectare por estabelecimento agropecuário, em um total de 330 ha/un.

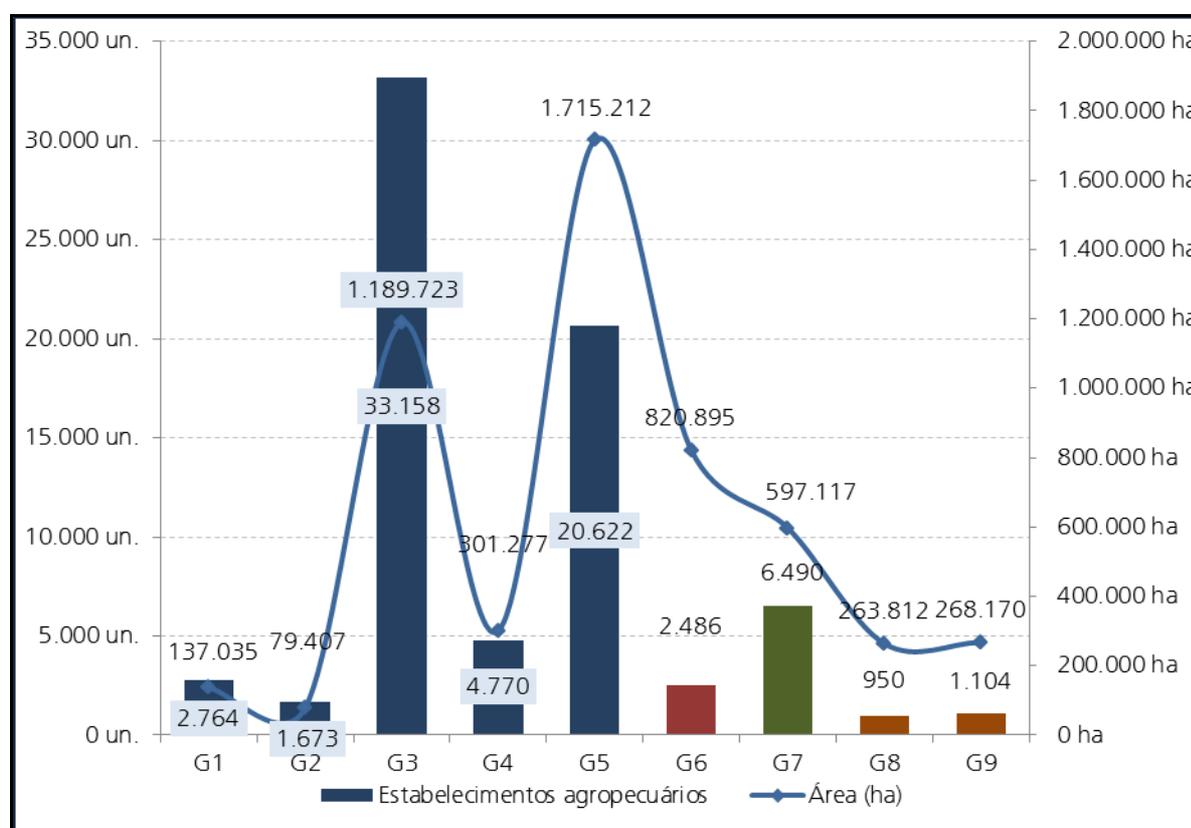
No outro extremo estão as All Metropolitana de Salvador, Centro Norte Baiano e Centro Sul Baiano, todas próximas dos 50 hectares por propriedade, apesar de ainda estarem acima da média estadual, que é de 39 ha/un. Os casos desses dois grupos são distintos, no entanto, quando se compara o tamanho médio das propriedades com o número de estabelecimentos. Enquanto a All Metropolitana de Salvador possui 2.764 estabelecimentos rurais, o que pode apontar para a existência de municípios ou regiões com propriedades mais extensas, a All Centro Sul Baiano conta com 33.158, indicando ser esta uma área caracterizada por um número muito grande de pequenas propriedades. A **Figura 6.4.2.8.1-7** ilustra os dados.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Figura 6.4.2.8.1-7 - Tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários por All Mesorregional (ha).

Outra forma de visualizar a concentração fundiária na região encontra-se na **Figura 6.4.2.8.1-8 e Figura 6.4.2.8.1-9**. Na primeira encontram-se o total de empreendimentos agropecuários e a sua respectiva área ocupada. A primeira informação já foi apresentada anteriormente. Entretanto, ao apresentá-las conjuntamente, facilita-se a visualização das discrepâncias entre as regiões no que tange a concentração de terras. A informação sobre o número de estabelecimentos agropecuários por faixa de tamanho para todos os municípios da All encontra-se no **Anexo 6.4.2.8-10**.

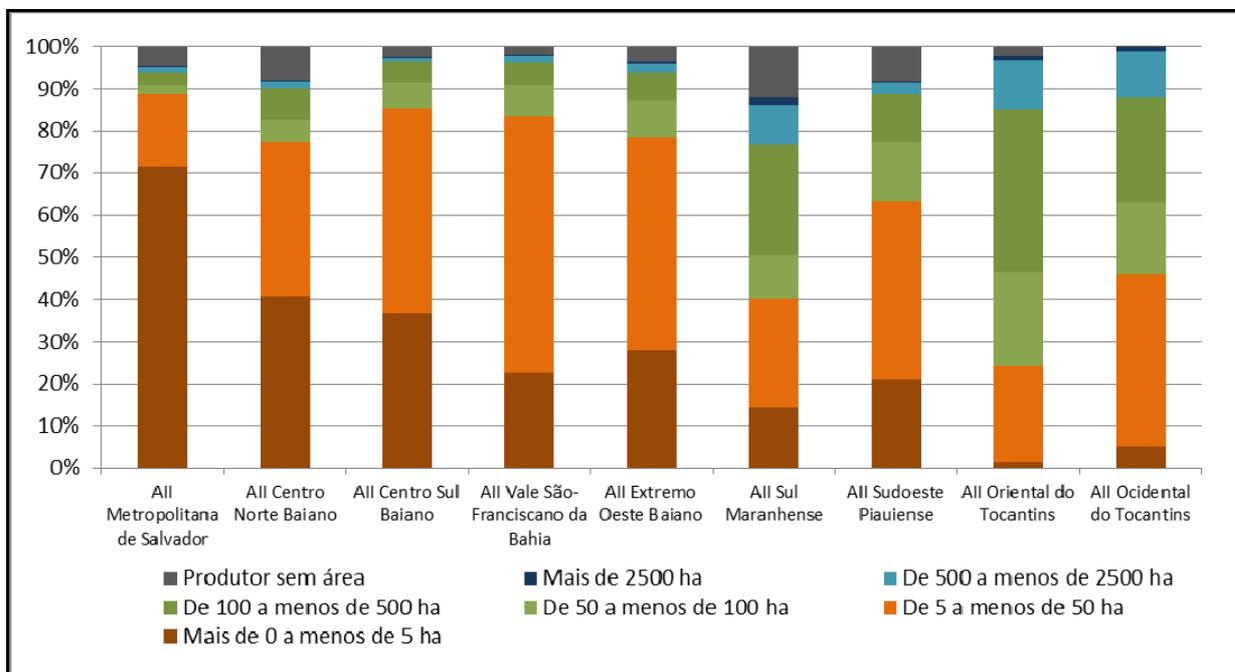


Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Figura 6.4.2.8.1-8 - Número de estabelecimentos e área por município – 2006.

A All Centro Sul Baiano e Extremo Oeste Baiano são aquelas com maior número de empreendimentos, mais de três vezes superior à terceira colocada, a All Sudoeste Piauiense. Porém, como se observa na **Figura 6.4.2.8.1-8**, a All Centro Sul Baiano possui uma área total destinada às atividades agropecuárias menor que a All Extremo Oeste Baiano, não obstante ter quase 13 mil empreendimentos a mais. Esta diferença indica uma maior concentração de empreendimentos muito pequenos, de até 5 hectares, como se observa na **Figura 6.4.2.8.1-9**.

Muito embora possua no total poucos estabelecimentos agropecuários, a All Metropolitana de Salvador é a que apresenta o maior percentual de pequenas propriedades, de até 50 ha, com quase 90% do total. No outro lado, estão as All do Tocantins e Maranhão, que possuem, em sua maioria, empreendimentos de grande porte, acima de 100 ha. Como se vê na **Figura 6.4.2.8.1-9**, a All Oriental do Tocantins possui o maior percentual de estabelecimentos com mais de 2.500 hectares, que configuram grandes latifúndios. A All Sul Maranhense também possui elevado percentual de estabelecimentos nesta situação, contrastando com o seu também alto percentual de produtores sem área. Como se vê na **Figura 6.4.2.8.1-8**, esta All possui um número relativamente pequeno de empreendimentos, 2.486, mas que ocupam uma área total de cerca de 820 mil hectares. Nota-se, por fim, que estas áreas, onde há maior concentração de terras, são justamente aquelas onde há maior produção de soja, indicando como este tipo de cultura está relacionado ao grande latifúndio. As informações da **Figura 6.4.2.8.1-9** foram elaboradas a partir dos dados do **Anexo 6.4.2.8-11**, que apresenta a área ocupada por estabelecimentos agropecuários, segundo a faixa de tamanho.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Figura 6.4.2.8.1-9 - Percentual de estabelecimentos por faixa de tamanho.

6.4.2.8.1.2 - Conflitos na AI

Na região onde se situa a Área de Influência da Linha de Transmissão 500 kV Miracema-Sapeaçu e Subestações Associadas, predominam os conflitos socioambientais e fundiários.

Os conflitos socioambientais mais significativos estão relacionados à instalação e à operação de grandes empreendimentos, tanto públicos quanto privados. Com relação aos conflitos fundiários, relacionam-se à expansão do agronegócio.

Grande parte da área em estudo se situa na região que é considerada a nova fronteira agrícola do Brasil, chamada de “Mapitoba” (Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia)¹. De acordo com o Banco Mundial, no Brasil, a expansão da produção agrícola e, em consequência, das transações relacionadas à posse da terra, ocorre devido ao deslocamento da produção de *commodities* agrícolas para regiões com abundância de terras, mais baratas e com boas possibilidades de crescimento da produtividade (BANCO MUNDIAL 2010 *apud* ALBINO, VICTORIA, SILVA & BATISTELLA 2013: 704).

De acordo com Mota (2010), o novo padrão da agropecuária brasileira, fundamentado na maximização dos lucros e na intervenção direta dos atores políticos e econômicos do sistema produtivo internacional, tem originado vários conflitos. Para este autor, a produção em larga escala de soja legitimou a concentração fundiária no sul do Maranhão, a exemplo do que ocorreu no sul do país e nas terras do centro-oeste, nordeste (principalmente áreas da Bahia, Piauí e Maranhão) e norte (em especial áreas do Mato Grosso, Tocantins, Amazonas, Pará e Maranhão). Este cenário se repete em boa parte da área em estudo, desde os municípios tocantinenses, passando pelo sul do Maranhão, pelo cerrado piauiense até o oeste baiano, sendo Barreiras uma cidade polo da produção agroindustrial no estado da Bahia.

No estado do Tocantins, o município de Pedro Afonso, juntamente com Campos Lindos, é hoje uma das principais áreas de cultivo de soja². Os conflitos nesta região do Tocantins giram em torno da expulsão de posseiros – agricultores familiares – em benefício dos produtores de soja, como revela matéria sobre Audiência Pública realizada em fevereiro de 2013 em Campos Lindos, por convocação do Ministério Público Federal do Tocantins,

¹ <http://www.abrapa.com.br/noticias/Paginas/Tocantins-lidera-avanco-da-nova-fronteira-agricola-do-Pais.aspx>

² http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revista_sbg/carlos%20a%20f%20silva.html

denunciando impactos sociais e ambientais da agroindústria da soja, e da qual participaram camponeses, representantes de ONGs e da Comissão Pastoral da Terra³. O relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT 2012) sobre os conflitos no campo aponta a ocorrência de conflito relacionado ao trabalho escravo na Fazenda São Paulo, no município de Pedro Afonso, envolvendo dez trabalhadores, entre eles um menor de idade, em atividades de pecuária e carvoaria.

No trecho do Tocantins, na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento no município de Pedro Afonso, destaca-se o conflito na comunidade de Macabinha, onde vivem 9 (nove) famílias, ameaçadas de expropriação pela expansão do cultivo de soja. Na Fazenda Macabinha, vivem o proprietário e as famílias de seus nove filhos, em área que está em disputa pelos produtores de soja da região, que já tentaram inúmeras vezes comprar e, segundo ele, "tomar na marra" sua propriedade. O proprietário é um dos 40 fazendeiros que foram retirados da região do Rio Sono, também no município de Pedro Afonso, onde hoje está situada a usina de cana-de-açúcar da Bunge, uma multinacional do ramo de alimentos⁴.

No sul do Maranhão, segundo Mota, a introdução da agroindústria moderna, em particular na cidade de Balsas, tem sido gerada pela implantação de várias empresas de porte multinacional, como a Cargil, Bunge (compra e comercialização dos grãos) e mais recentemente o grupo Algar, tornando a cidade um polo da produção de soja nacional. O autor analisa a expansão das áreas mecanizadas de Balsas exclusivamente com o plantio de soja, que é o foco desse projeto modernizador, e uma não valorização das culturas primárias locais, como a mandioca, o feijão, o milho e até mesmo o arroz, que por muitas décadas foi a principal riqueza agrícola da região. Além disso, foram observadas grandes transformações na economia da cidade, que passou "de uma pacata cidade a um centro atrativo de investimentos em torno da agricultura moderna" (MOTA, 2010: 11).

Segundo Andrade (2008 *apud* MIRANDA 2011: 95), os impactos da agricultura industrial sobre a agricultura familiar no sul do Maranhão são expressos pela incorporação das chapadas ao mercado de terras, a expropriação de terras e a atuação dos poderes públicos no favorecimento do médio produtor sulista. O desenvolvimento de um novo

³ <http://cptnacional.org.br/index.php/noticias/12-conflitos/1460-campos-lindos-to-audiencia-publica-desvenda-graves-vicios-no-projeto-de-soja-da-serra-do-centro>

⁴ <http://www.bunge.com.br/Negocios/Perfil.aspx>

modelo de agricultura em Balsas e região afetou agregados, vaqueiros, proprietários e trabalhadores rurais. Nas chapadas, eram coletados o pequi, o bacuri, outras frutas nativas e o mel de abelha e eram caçados vários animais. “A implantação de projetos agropecuários ocasionou um desordenamento territorial e social no sul do Maranhão. Muitos proprietários venderam parte (as chapadas) ou a totalidade de suas terras. Quem não tinha terra passou a ser assalariado ou migrou para a cidade e a profissão de vaqueiro, paulatinamente, foi sendo extinta.” (ANDRADE 2008 *apud* MIRANDA 2011: 95)

Para Miranda (2011: 139), a defesa da sojicultura como principal atividade econômica do sul do Maranhão, a partir dos anos de 1990, feita pelos sojicultores, empresas agrícolas, órgãos oficiais de crédito e de pesquisa e, principalmente, pelo Estado, expressas nos discursos e falas, constituem-se em uma fonte material de subordinação da agricultura familiar à agricultura empresarial orientada pela concentração fundiária. Ainda de acordo com este autor, a “atividade sojícola no sul do Maranhão, a partir dos anos de 1990, é marcada pela ação de grileiros e especuladores com força para mobilizar recursos institucionais suficientes para regularizar terras devolutas e não tituladas de agricultores familiares dos Gerais de Balsas e pela atuação de órgãos públicos de inspeção e fiscalização ambiental e da produção vegetal. (...) Os sojicultores priorizaram as chapadas, ao passo que os agricultores familiares foram pressionados a ir para os baixões, morar e cultivar a terra.” (MIRANDA, 2011: 140).

No município de Balsas, no ano de 2012, o relatório sobre conflitos no campo da CPT apontou a ocorrência de dois conflitos. Um deles foi um conflito por terra, na Gleba Bebedouro / Jardim Iracema / Data Bacaba, envolvendo agricultores Sem Terra. O outro conflito identificado está relacionado à denúncia de trabalho escravo, na Fazenda Sol Nascente / Fapcen, que resultou na libertação de 15 trabalhadores, que trabalhavam na pecuária.

No estado do Piauí, na área em estudo, o relatório sobre Conflitos no Campo (2012) elaborado pela CPT identificou dois conflitos relacionados a denúncias de trabalho escravo no município de Monte Alegre do Piauí. O primeiro deles resultou na libertação de 15 trabalhadores da Fazenda Boa Esperança/Curralim, que desempenhavam atividades de extração de madeira e carvoaria. Na Fazenda Mineiros, que cultiva soja, foram libertados seis trabalhadores.

No município baiano de Riachão das Neves, em 2012, a CPT apontou a ocorrência de denúncia de trabalho escravo envolvendo 80 trabalhadores da Fazenda São Francisco, que cultiva algodão. O **Quadro 6.4.2.8-11** apresenta as informações sobre conflitos relacionados ao trabalho escravo na All.

Quadro 6.4.2.8-11 - Conflitos por Trabalho Escravo – AII – 2012.

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Nº de trabalhadores na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Bahia	Riachão das Neves	Fazenda São Francisco	15/09/2012	80			Cultivo de algodão
Maranhão	Balsas	Fazenda Sol Nascente/Fapcen	06/09/2012	12			Pecuária
Piauí	Monte Alegre do Piauí	Faz. Boa Esperança/Curralim	15/04/2012	15	15		Extração de madeira e carvoaria
Piauí	Monte Alegre do Piauí	Fazenda Mineiros	24/07/2012	6	6		Cultivo de soja
Tocantins	Pedro Afonso	Fazenda São Paulo	11/02/2012	9		1	Pecuária e carvoaria

Fonte: CPT 2012.

Coordenador:

Técnico:

Na região do Médio São Francisco, onde estão localizados os municípios baianos de Sítio do Mato e Bom Jesus da Lapa, a partir das últimas décadas do século XX, com a disponibilidade de energia elétrica, houve expansão dos cultivos irrigados. As culturas de ciclos médio e longo passaram a ter pouca expressão territorial, enquanto cresceu a produção de frutas e grãos em áreas irrigadas. Na pecuária, houve substituição dos rebanhos por raças indianas, pela sua maior rentabilidade (IPHAN 2010: 10).

Na área em estudo, a uma distância 3.747 metros do traçado previsto para o empreendimento, no município de Bom Jesus da Lapa, foi identificado um acampamento organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Agrícolas (MTA), localizado à margem da rodovia estadual BA-160. Há cerca de dois anos, 40 (quarenta) famílias reivindicam a posse de uma propriedade em desuso, atualmente coberta por vegetação nativa. Segundo um entrevistado do Projeto de Assentamento (PA) Boa Esperança pela equipe de campo que percorreu a AID do empreendimento, já houve registro de atrito verbal entre os acampados e um funcionário da propriedade. O relatório de conflitos no campo, elaborado pela CPT (2012), aponta também para a ocorrência de conflito por terra em Bom Jesus da Lapa, na Fazenda Bonança Nova Dhelli Genética Ltda / Acamp. 17 de Abril, com o envolvimento de 74 famílias de agricultores Sem Terra.

Outra questão importante na região do Médio São Francisco é a presença de comunidades quilombolas, cujo reconhecimento e titulação sempre é fruto de um processo de lutas. Macêdo (2011) relata a luta travada contra fazendeiros, durante a década de 90, por parte dos moradores da comunidade Araçá/Cariacá, situada no município de Bom Jesus da Lapa, pelo direito de permanecer em sua terra e produzir seu sustento. A autora chama a atenção para o exemplo e o estímulo constituído pelas conquistas anteriores das comunidades de Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa, e Mangal / Barro Vermelho, no município de Sítio do Mato (MACÊDO 2011).

No município de Bom Jesus da Lapa, o relatório CPT de 2012 identificou a ocorrência de três conflitos envolvendo comunidades quilombolas. Um deles ocorreu no Quilombo Lagoa das Piranhas, em torno da destruição ou poluição de mananciais hídricos, envolvendo 98 famílias desta comunidade. Os outros dois foram conflitos pela terra. Na comunidade de Barrinha, o conflito pela terra envolveu 69 famílias de quilombolas, enquanto que, na comunidade quilombola de Bebedouro, o conflito pela terra atinge 56 famílias.

Já no centro-sul da Bahia, há tanto conflitos relacionados à expansão do agronegócio, principalmente sob a forma de fruticultura irrigada, quanto conflitos relacionados à instalação de grandes empreendimentos, públicos ou privados. Merece destaque o município de Caetité, onde coexistem tensões relacionadas a atividades de mineração, de geração de energia eólica e de construção da ferrovia Oeste-Leste, ou Transnordestina.

O município de Caetité conta com ricas jazidas de urânio, ametista, manganês e ferro (esta última descoberta no começo do século XXI). As comunidades rurais sofrem com a exploração de minérios em Caetité, uma vez que são feitas remoções para possibilitar a exploração.

Cabe destacar o conflito gerado pela instalação da empresa Bahia Mineração (Bamin), para exploração de minério de ferro, com um sistema de captação de água industrial e linhas de transmissão de energia. Já em 2009, uma reportagem destacava a contradição entre a outorga para o uso da água, concedida pela Agência Nacional de Águas (ANA) para a empresa, em uma região onde moradores já sofrem com a falta d'água⁵. No relatório da CPT de 2012, no município de Caetité, foi identificado conflito pelo uso da água entre a Comunidade Manoel Vicente contra a empresa Bamin e a Ferrovia Oeste-Leste (FIOL) – a Transnordestina, envolvendo 22 famílias. O conflito estaria relacionado ao impedimento do acesso à água. O **Quadro 6.4.2.8-12** apresenta as informações de conflitos por uso da água na All.

Quadro 6.4.2.8-12 - Conflitos por Água – All – 2012.

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo de conflito	Situação
Bahia	Bom Jesus da Lapa	Quilombo Lagoa das Piranhas	05/11/2012	98	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Bahia	Caetité	Com. Manoel Vicente / Fiol / Bamin	19/12/2012	22	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água

Fonte: CPT 2012.

⁵ <http://www.ecodebate.com.br/2009/06/15/mineracao-ferro-no-sudoeste-da-bahia-causa-conflito-de-agua/>

Caetité possui uma das únicas minas de urânio da América Latina que está apta para a exploração. No Brasil, a reserva de Lagoa Real / Caetité é a única que está produzindo, com capacidade de 400 t/ano de concentrado de urânio, com previsão de duplicação desta capacidade nos próximos anos. A quantidade de urânio existente nessa reserva é suficiente para abastecer as usinas nucleares de Angra I, II e III por 100 anos⁶.

A mina de urânio fica entre os municípios de Caetité e Lagoa Real, na microrregião econômica de Guanambi, na Serra Geral, integrando as Bacias Hidrográficas do Rio de Contas e do São Francisco. Segundo o relatório "Ciclo do Perigo", organizado pelo Greenpeace, em 2008, foi verificada a contaminação de poços de água de consumo humano localizados a 20 km da área de mineração, o que denotaria um dos mais graves impactos da exploração de urânio na localidade. "Considerada de alto risco, esta mineração impõe às comunidades que vivem no entorno da Unidade de Concentrado de Urânio (URA), um grande risco à saúde, devido à possibilidade de contaminação do solo e das águas por resíduos do mineral, responsáveis por diversas enfermidades, como doenças ósseas, renais, diferentes tipos de câncer, além de se constituir como fator mutagênico e com possíveis consequências hereditárias na descendência da espécie humana, entre outros seres vivos."

De acordo com o "Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil", elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz, o "fato de as entidades encarregadas do empreendimento e da respectiva fiscalização estarem vinculadas ao mesmo órgão e ente público, compromete a transparência do controle ambiental e sanitário da atividade, e o nível de governabilidade sobre situações potencialmente danosas para a saúde e a qualidade de vida das populações situadas na área de influência ou alcance da atividade. A sociedade fica, desta forma, fora do controle sobre a eventual negligência na atuação da empresa e de ocupantes de cargos dirigentes, ambos blindados pela cultura de pouca transparência e controle externo da atividade (LIS / ICICT / FIOCRUZ 2009)."⁷

O conflito em torno dos riscos e impactos associados à exploração de urânio em Caetité envolve organizações ligadas à luta pelos direitos humanos, meio ambiente e justiça

⁶ <http://www.slideshare.net/mariosilvaf/energia-meio-ambiente>

⁷ No Brasil, a exploração e o beneficiamento de metais nucleares são atividades circunscritas ao monopólio estatal, por intermédio da empresa Indústrias Nucleares do Brasil, ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), e sujeita à fiscalização da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), que apesar do termo "Comissão" é na realidade uma autarquia do MCT.
<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=29>

ambiental – destacando-se a Comissão Paroquial de Meio Ambiente de Caetité (BA), a Comissão Pastoral da Terra, a Cáritas e do Movimento Paulo Jackson (Ética, Justiça, Cidadania), institutos de pesquisa e universidades, e organizações internacionais como o Greenpeace, uma vez que se situa no debate mundial acerca do uso da energia nuclear. As instituições governamentais envolvidas, em posições até mesmo antagônicas em determinadas circunstâncias, incluem o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), ao qual é vinculada a empresa Indústrias Nucleares do Brasil, sujeita à fiscalização da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); o IBAMA, como responsável pelo licenciamento; já tendo sido acionados a Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia (SRH, atual Ingá), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Trabalho⁸.

Cabe mencionar que este conflito não ocorre na Área de Influência Direta (AID) do presente empreendimento, mas é relevante para a compreensão do contexto político e do panorama das organizações locais e suas redes de relações.

Da mesma maneira, cabe tratar dos conflitos relacionados à instalação de um complexo para geração de energia eólica da empresa Renova Energia, empresa com participação da Light e da Cemig, considerado o maior complexo eólico da América Latina⁹. Trata-se de 184 aerogeradores de 14 parques eólicos construídos na região de Caetité, inaugurados no dia 9 de julho de 2013, mas ainda fora de operação em virtude de atrasos na construção do sistema de transmissão, a cargo da estatal Chesf, do Grupo Eletrobrás.¹⁰

O relatório da CPT de 2012 identifica três conflitos pela terra no município de Caetité, todos relacionados à presença de parques eólicos, dois deles envolvendo comunidades quilombolas – comunidades de Malhada e Lago do Mato. Ao todo, os conflitos associados ao complexo eólico em Caetité envolveram 180 famílias em 2012, entre posseiros e quilombolas. O **Quadro 6.4.2.8-13** apresenta as informações sobre conflitos por terra nos municípios da All.

⁸ <http://www.observatoriodopresal.com.br/?p=936>; <http://www.observatoriodopresal.com.br/?p=1331>;
<http://www.observatoriodopresal.com.br/?p=1390>

⁹ <http://www.renovaenergia.com.br/pt-br/nossos-negocios/eolica/paginas/operacao.aspx>

¹⁰ <http://www.bahianoticias.com.br/principal/noticia/123627-caetite-maior-parque-eolico-da-america-latina-ja-foi-inaugurado-mas-ainda-nao-produz-um-megawatt-de.html>

Quadro 6.4.2.8-13 - Conflitos por Terra – All – 2012.

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Bahia	Bom Jesus da Lapa	Comunidade Quilombola Barrinha	11/12/2012	69	Quilombolas
Bahia	Bom Jesus da Lapa	Comunidade Quilombola Bebedouro	17/02/2012	56	Quilombolas
Bahia	Bom Jesus da Lapa	Faz. Bonança Nova Dhelli Genética Ltda / Acamp. 17 de Abril	30/07/2012	74	Sem Terra
Bahia	Caetitê	Comunidade Angicos/Energia Eólica	19/12/2012	60	Posseiros
Bahia	Caetitê	Comunidade de Malhada / EPP Energia Eólica	09/09/2012	60	Quilombolas
Bahia	Caetitê	Comunidade Lago do Mato / Parque Eólico	19/12/2012	60	Quilombolas
Bahia	Barreiras	Fazenda Santa Fé	11/04/2012	200	MST
Maranhão	Balsas	Gleba Bebedouro / Jd. Iracema / Data Bacaba	31/12/2012	Sem informação	Sem Terra

Fonte: CPT 2012

A instalação de parques eólicos também está relacionada a conflitos de fronteiras entre municípios. Em abaixo-assinado, organizações do município de Macaúbas se mobilizaram contra a perda de território municipal e de população definida pela Lei Estadual nº 12.631, sancionada no dia 7 de Janeiro de 2011, realizando uma atualização dos limites municipais. Além da perda de receita associada ao contingente populacional, considerando os critérios de repasses federais e estaduais em diversas áreas, o pronunciamento de um vereador na Câmara Municipal em junho de 2013 faz referência à perda de uma área onde serão construídas “muitas torres de energia eólica”¹¹.

A fruticultura irrigada se destaca no município de Livramento de Nossa Senhora, segundo maior produtor e exportador de manga do Estado, como objeto de conflito ligado à concentração de terras. De acordo com Dourado (2010), os projetos de irrigação acabaram se transformando em territórios do agronegócio. Os principais municípios produtores de manga são também aqueles contemplados por projetos de irrigação implantados por órgão estatais – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). “Nessa perspectiva, a agricultura camponesa tem sofrido com as investidas

¹¹ <http://correiomacaubense.wordpress.com/2013/06/18/perda-de-territorio-macaubense-para-cidades-vizinhas-traz-prejuizos-afirma-vereador/>

do grande capital que se apropria de áreas providas de uma boa infraestrutura colocada à disposição pelo Estado, que assume o papel de interlocutor desse processo, de modo a conciliar os interesses da elite agrária local e o poder central.” (DOURADO, 2010: 2) Ainda segundo este autor, a implantação do projeto de irrigação em Livramento de Nossa Senhora, no vale do Rio Brumado, ocasionou a expropriação de centenas de famílias de camponeses que viviam em regime de arrendamento, mearia, parceria, ou ainda como agregados, produzindo muitos dos produtos necessários à reprodução de suas famílias, o que possibilitava sua permanência no campo, preservando tradições, costumes e laços de parentesco e amizade. Com a expansão do agronegócio e a consequente substituição da policultura praticada pelos camponeses, muitos destes mudaram para a periferia da cidade, indo engrossar a massa de desempregados ou subempregados, ou ainda, passaram a vender sua força de trabalho no campo, como assalariados, ficando totalmente alheios ao produto produzido pelo trabalho.

Outro conflito decorrente da barragem do Rio Brumado foi a desagregação da comunidade quilombola de Riacho das Pedras, que se situava próxima às comunidades quilombolas de Barra e Bananal, no município de Rio de Contas. Embora a obra tenha sido concluída em 1984, as memórias e o sofrimento associados a esta transformação por parte dos membros da comunidade que foi deslocada e que teve seu território inundado permanecem vivos em seus relatos e trajetórias. De acordo com Capinan (2009), apesar da transferência da comunidade de Riacho das Pedras, os moradores das comunidades quilombolas de Barra e Bananal continuaram mantendo “estreita relação de afinidade e de parentesco” com as pessoas daquela comunidade. “A comunhão das três comunidades é alicerçada nas relações de parentesco, nos vínculos territoriais e na organização das mesmas em uma comunidade política. Sendo que esta organização política foi inflada pelo evento da inundação de suas terras pela Barragem Luís Vieira” (CAPINAN 2009: 117). Algumas pessoas das comunidades foram indenizadas pelas benfeitorias na terra, como, por exemplo, as roças e as casas de moradia. Nenhum dos moradores foi indenizado pela terra inundada, uma vez que, para o DNOCS, tratava-se de terras devolutas, não cabendo ao Estado comprá-las dos posseiros. Por outro lado, a organização política das comunidades para combater a barragem e, posteriormente, lutar pelas indenizações, contribuiu para que fosse atingido o nível de organização necessário para a conquista do título quilombola, conquistado definitivamente pelas comunidades de Barra e Bananal, em 1999.

Na região sul da Chapada Diamantina, que compreende municípios atravessados pelo traçado previsto para a Linha de Transmissão 500 kV Miracema-Sapeaçu e Subestações Associadas, destaca-se como fonte de conflitos a expansão do Polo Agrícola Mucugê-Ibicoara, na microbacia do rio Capãozinho, a partir da construção da barragem do rio Apertado, no município de Ibicoara, associada à acelerada concentração de terra nos municípios de Ibicoara e Mucugê, ocasionando expropriação e migração do trabalhador rural familiar (MIRANDA & ALENCAR, 2012: 9).

Finalmente, em Sapeaçu, identificam-se conflitos associados à instalação de três usinas termelétricas na área rural do município, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. De acordo com o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), "as usinas Itapebi, Monte Pascoal e Sapeaçu são, atualmente, o centro de uma polêmica que envolve, de um lado, parte da população contrária à instalação das mesmas - organizada em torno do Movimento Termoelétricas Jamais (MTJ) e, de outro, munícipes que vêem na construção das usinas oportunidades de emprego, renda e crescimento para a cidade. A controvérsia entre aqueles que se posicionam contra o potencial poluidor dos empreendimentos e aqueles que defendem sua necessidade ultrapassou os limites de Sapeaçu. Por um lado, universitários e moradores de outras cidades da região se aliaram aos sapeaçuanos na construção do MTJ, a fim de barrar o projeto e evitar que a ameaça dos impactos sobre a saúde e meio ambiente da região se concretize. Entretanto, as empresas responsáveis pelos projetos - Multiner S/A, através de suas subsidiárias - Termelétricas Itapebi S.A e Termelétrica Monte Pascoal S.A; e UTE MC2 Sapeaçu S.A - angariam o apoio de autoridades federais - Ministério de Minas e Energia e Agência Nacional de Energia Elétrica -, e estaduais - Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEPRAM)." ¹²

¹² <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=343>

6.4.2.8.1.3 - Tendências de Expansão Territorial na All, Áreas Urbanas e Rurais

O presente item traz um mapeamento das áreas urbanas e rurais na All, destacando as áreas de expansão da ocupação territorial próximas ao empreendimento.

Para atingir este objetivo, foram utilizados dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, relativos aos setores censitários de cada município da All, bem como dados levantados em campo e junto às prefeituras municipais, como planos diretores e zoneamentos.

A partir das entrevistas realizadas com os gestores locais, buscou-se identificar as áreas de expansão urbana e rural de cada município, bem como a identificação das principais localidades que poderiam ser diretamente influenciadas pelo empreendimento. Desta forma, neste item do relatório será apresentada a síntese dessas percepções buscando compreender padrões de semelhanças e diferenças entre as nove All Mesorregionais já definidas.

Em relação aos setores censitários, importa notar previamente que são unidades geográficas determinadas pelo IBGE para a realização de pesquisas censitárias. Estes setores são separados por situações, as quais são identificadas numericamente, a saber:

- **Código 1:** Área urbanizada de cidade ou vila
- **Código 2:** Área não urbanizada de cidade ou vila
- **Código 3:** Área urbana isolada
- **Código 4:** Aglomerado rural de extensão urbana
- **Código 5:** Aglomerado rural isolado - povoado
- **Código 6:** Aglomerado rural isolado - núcleo
- **Código 7:** Aglomerado rural isolado - outros aglomerados
- **Código 8:** Zona rural, exclusive aglomerado rural

Estes códigos serão expostos nas figuras a seguir de modo a identificarem as áreas rurais e urbanas de cada município da All.

Bahia

All Extremo Oeste Baiano

A All Extremo Oeste Baiano tem como principal característica a expansão urbana, sendo que apenas os municípios de Catolândia e Tabocas do Brejo Velho não registram esse fenômeno. O **Quadro 6.4.2.8-14** sintetiza essas informações.

Quadro 6.4.2.8-14 - Áreas de expansão urbana e rural - All Extremo Oeste Baiano.

Município	Área de Expansão Urbana	Área de Expansão Rural	Marcos Regulatórios
All Extremo Oeste Baiano			
Santa Rita de Cássia	Nossa Senhora de Fátima, Cidade Alta, São Gabriel	Não registrado	Plano Diretor Código de Posturas Política Municipal do Meio Ambiente Lei do Perímetro Urbano Lei de Zoneamento
Riachão das Neves	Sudoeste e nordeste em relação à sede	Não registrado	Plano Diretor Código de Posturas
Barreiras	Leste em relação à sede	Não registrado	Plano Diretor Código de Posturas Lei de Perímetro Urbano Lei de Zoneamento Lei de Uso e Ocupação do Solo Lei Municipal do Meio Ambiente
Angical	Novo Angical, Elpídio Pereira	Não registrado	Não informado
Catolândia	Ausente	Não registrado	Não informado
Tabocas do Brejo Velho	Ausente	Não registrado	Não informado
Brejolândia	Novo Jacarezinho	Não registrado	Não informado
Baianópolis	Sudoeste em relação à sede	Não registrado	Lei da Política Municipal de Meio Ambiente
Serra Dourada	Serra Dourada, São Gonçalo	Não registrado	Não informado
Santana	Leste em relação à sede	Não registrado	Código de Posturas

Fonte: Trabalho de campo Ecology Brasil, 2013.

Nesta All Mesorregional o traçado passa em Santa Rita de Cássia, onde há 46 setores censitários, sendo 25 rurais e 21 urbanos. É importante notar que a quase totalidade da área municipal é contemplada por áreas rurais, já que cada setor rural ocupa grande extensão territorial.

O traçado da LT, neste município, passa por 04 (quatro) setores rurais e não há áreas urbanas próximas a este. A sede municipal se encontra a aproximadamente 43 km do traçado.

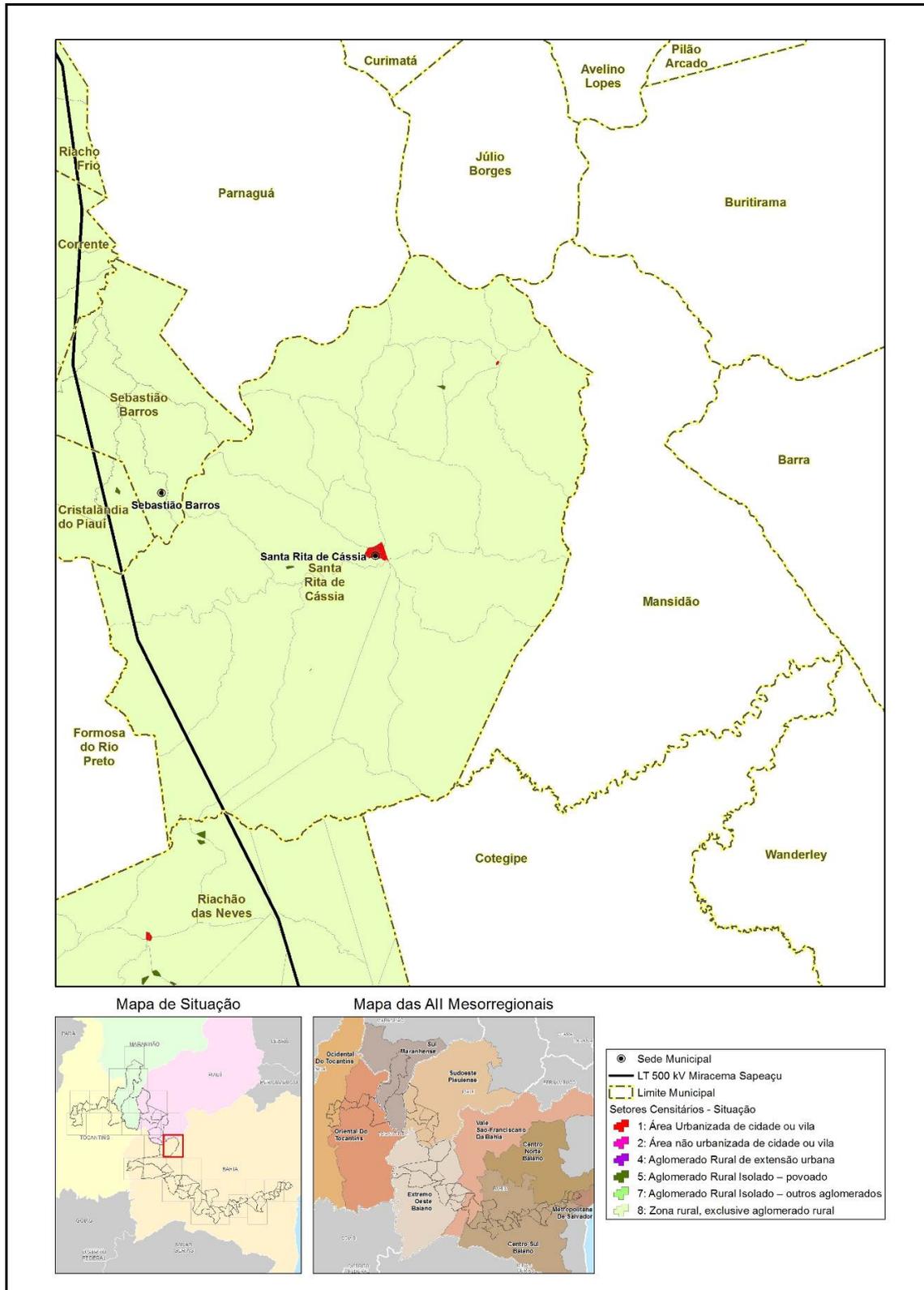


Figura 6.4.2.8.1-10 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Santa Rita de Cássia.

Coordenador:

Técnico:

Em Riachão das Neves, o traçado do empreendimento passa em 06 (seis) setores censitários rurais, sendo que no município há 34 setores rurais e 15 urbanos. A sede do município dista pouco menos de 8 km do traçado, sendo esta a área urbana mais próxima ao mesmo.

Não foram identificadas incompatibilidades com o empreendimento, uma vez que o Plano Diretor local focaliza nas áreas urbanas. A área de expansão urbana do município ocorre a partir de sua sede municipal.

Após Riachão das Neves, o traçado atravessa um pequeno trecho da porção oeste do município de Angical, cujo território se divide em 10 setores censitários urbanos e 21 rurais. O traçado da LT passa em 01 (um) setor censitário rural. A área urbana mais próxima é a sede municipal, que se encontra a aproximadamente 20 km de distância da LT.

Em seguida observa-se o município de Barreiras, cujo amplo território municipal está dividido em 157 setores, dos quais apenas 26 são rurais, embora ocupem a maior parte da área do município.

Em Barreiras, o traçado da LT passa por 02 (dois) setores censitários rurais, sendo que a área urbana mais próxima a este é a sede municipal, que dista cerca de 8,5 km do traçado. Os principais vetores de expansão urbana se configuram no sentido leste a partir da sede do município, ao longo da BR-242, conforme a **Figura 6.4.2.8.1-11**.

O município conta com Zoneamento e Plano Diretor para sua área urbana, não sendo identificada incompatibilidade com o empreendimento.

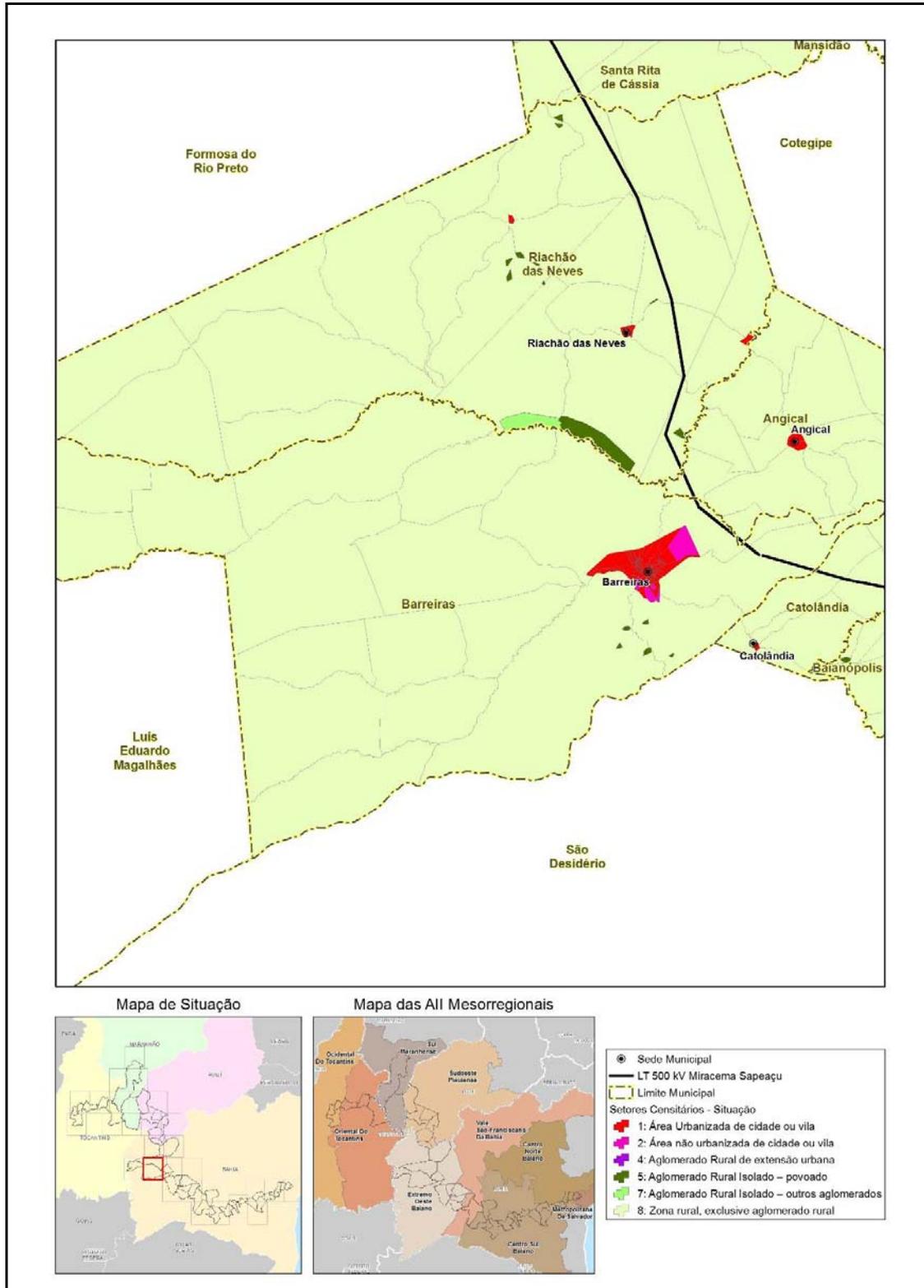


Figura 6.4.2.8.1-11 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Riachão das Neves, Angical e Barreiras.

Em Catolândia, o traçado passa por 02 (dois) setores censitários rurais, sendo que o território municipal conta com 12 setores censitários, sendo 03 (três) urbanos e 09 (nove) rurais. A sede municipal está a cerca de 17 km de distância do empreendimento e não foram identificadas tendências de expansão urbana.

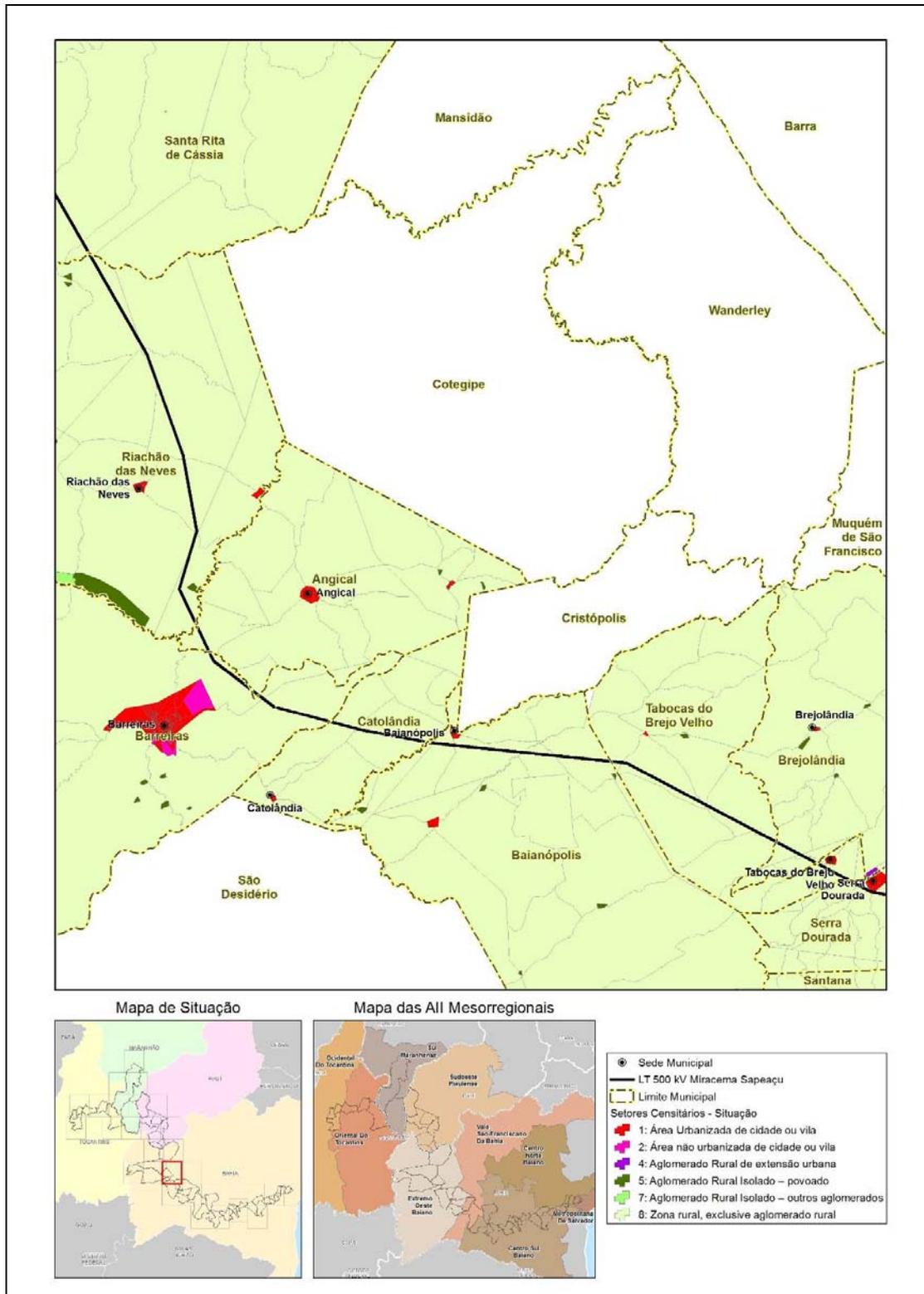


Figura 6.4.2.8.1-12 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Catolândia e Baianópolis.

No município de Baianópolis, o traçado passa por uma área na porção norte do território municipal, passando em 05 (cinco) setores censitários rurais. A sede do município se encontra a aproximadamente 1,4 km do traçado, sendo então contemplada na AID do empreendimento.

Em seu território existem somente 03 (três) setores censitários urbanos, enquanto há 39 rurais. De maneira geral, a expansão urbana tende de maneira branda à ocupação no sentido sudoeste em relação à sede do município, nas proximidades da AID conforme a **Figura 6.4.2.8.1-13**.



Fonte: Trabalho de campo, Ecology Brasil, 2013.

Figura 6.4.2.8.1-13 - Tendência de Expansão Urbana em Baianópolis.

Em seguida, o traçado da LT passa no município de Tabocas do Brejo Velho, município com grande extensão territorial, contando com, no entanto, apenas 27 setores censitários, uma vez que os 21 setores rurais do município são bastante extensos, abarcando a maior parte do território municipal, que conta com apenas 06 (seis) setores urbanos. O traçado da LT passa por 07 (sete) setores rurais do município.

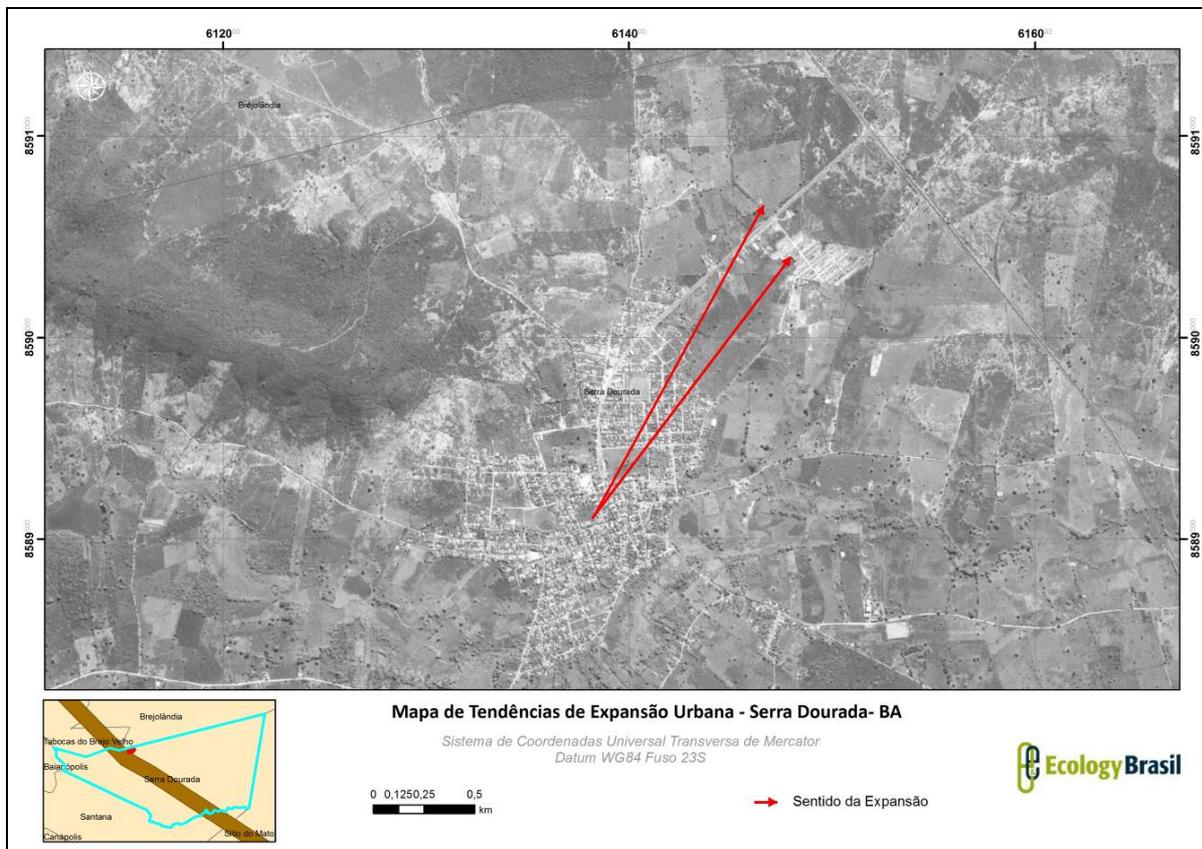
A sede municipal se encontra na AID do empreendimento, a pouco mais de 1 km de distância do traçado. Não foram identificadas tendências de expansão no município.

Prosseguindo, o traçado corta pequena porção do município de Brejolândia, antes de entrar novamente em Tabocas do Brejo Velho. Em Brejolândia, a LT passa por 04 (quatro) setores censitários rurais, dentre o total de 42 setores do município.

A sede municipal está a pouco mais de 21 km de distância do traçado, não havendo outras áreas urbanas próximas ao mesmo.

O município seguinte é Serra Dourada, o qual tem 08 (oito) setores censitários rurais cortados pelo empreendimento. Seu território tem 42 setores censitários, dos quais 36 são rurais e apenas 06 (seis) urbanos. A sede do município dista cerca de 1 km do empreendimento, o que a coloca na AID do mesmo.

As tendências de expansão urbana do município estão na direção oposta ao empreendimento, conforme observado na **Figura 6.4.2.8.1-14**.

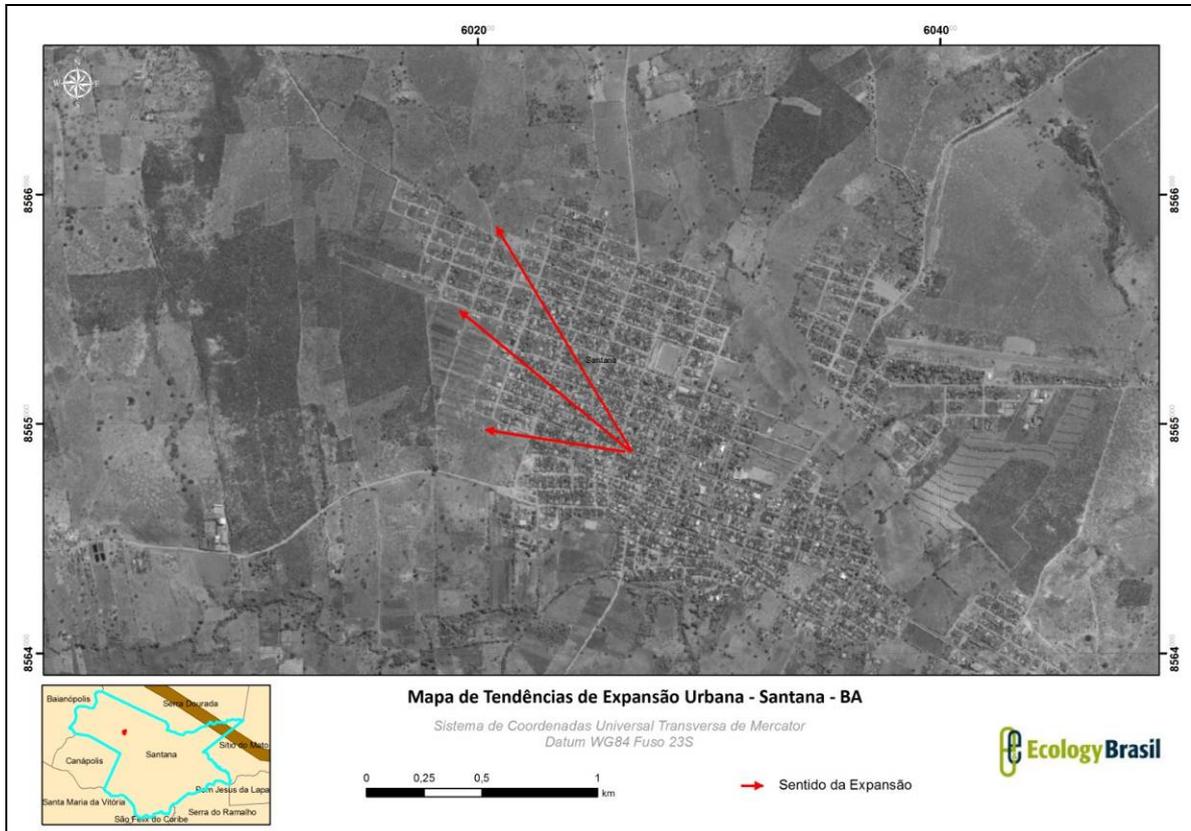


Fonte: Trabalho de campo, Ecology Brasil, 2013.

Figura 6.4.2.8.1-14 - Tendência de expansão urbana em Serra Dourada.

Depois, o traçado passa por pequeno trecho na porção nordeste do município de Santana. Dos 57 setores censitários no qual o território municipal é dividido, 23 são urbanos e 34 rurais, sendo que o traçado do empreendimento passa por 01 (um) setor rural. A sede do município se encontra a pouco menos de 40 km de distância da LT, e não há áreas urbanas próximas ao traçado.

A expansão urbana de Santana se dá a partir da sede do município, conforme **Figura 6.4.2.8.1-15**. Tendo em vista que o Plano Diretor municipal foca nas áreas urbanas do município, não foi possível identificar incompatibilidades frente ao empreendimento.



Fonte: Trabalho de campo, Ecology Brasil, 2013.

Figura 6.4.2.8.1-15 - Tendência de expansão urbana em Santana.

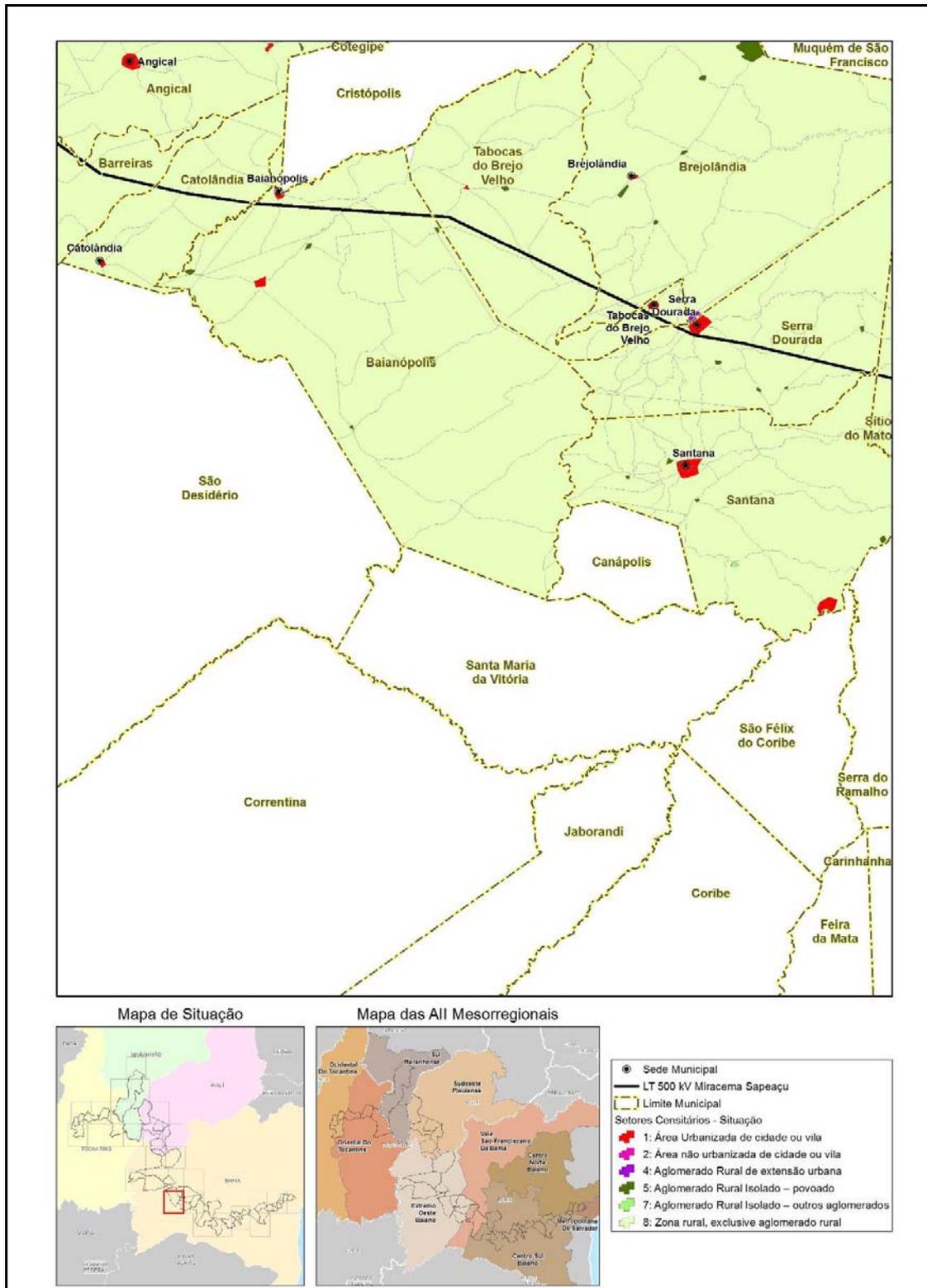


Figura 6.4.2.8.1-16 - Setores censitários urbanos e rurais – Taboas do Brejo Velho, Brejolândia, Serra Dourada e Santana.

All Vale São Franciscano da Bahia

A All Vale São Franciscano da Bahia, representada pelos municípios de Sítio do Mato e Bom Jesus da Lapa, demonstra maiores disparidades. No primeiro foi observado um processo de retração de seu desenvolvimento, já no segundo, foi observada a forte expansão urbana, sobretudo nos bairros de Lagoa Grande, Shangrilá, Mirante do Sol, Vila Nova e Jurema. Esse processo de expansão urbana em Bom Jesus da Lapa tem relação com sua configuração de polo regional para os municípios do entorno para acesso a serviços de comércio, saúde e educação. Outro fator que colabora com o desenvolvimento econômico do município, que se traduz também na expansão da ocupação urbana de seu território, é o forte apelo do turismo religioso.

Cabe destacar que a área urbana de Sítio do Mato é situada dentro da AID do empreendimento. Em relação aos marcos legais, Sítio do Mato possui apenas a Lei da Política Municipal do Meio Ambiente, enquanto Bom Jesus da Lapa conta com Plano Diretor Municipal.

Quadro 6.4.2.8-15 - Áreas de expansão urbana e rural - All Vale São Franciscano da Bahia.

Município	Área de Expansão Urbana	Área de Expansão Rural	Marcos Regulatórios
All Vale São Franciscano da Bahia			
Sítio do Mato	Ausente	Ausente	Lei da Política Municipal de Meio Ambiente
Bom Jesus da Lapa	Lagoa Grande, Shangrilá, Mirante do Sol, Vila Nova e Jurema.	Ausente	Plano Diretor Política Municipal de Meio Ambiente

Fonte: Trabalho de campo Ecology Brasil, 2013.

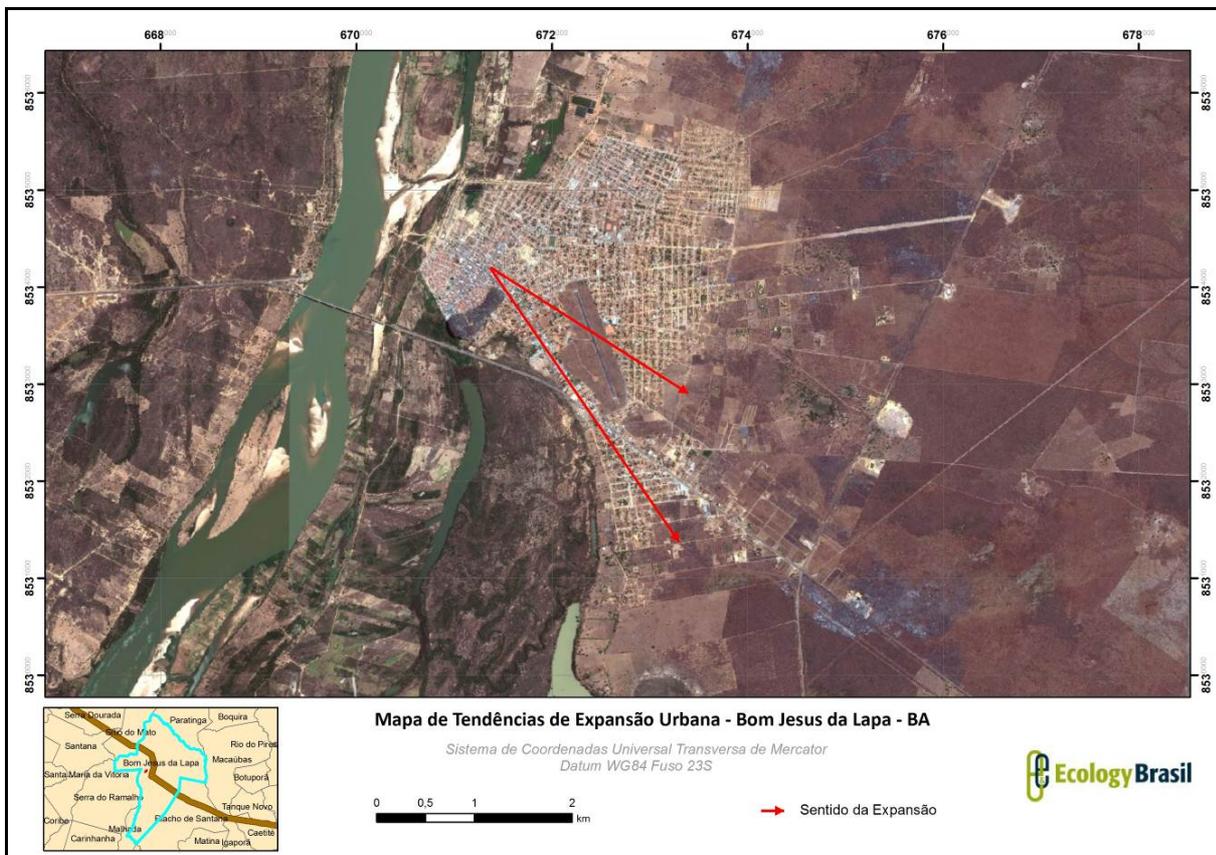
O traçado passa pelo município de Sítio do Mato, cuja sede localiza-se a cerca de 1 km do traçado. Seu território é composto por 09 (nove) setores censitários urbanos e 19 rurais, dentre os quais 04 (quatro) rurais são atravessados pelo empreendimento. Conforme visto anteriormente, não há áreas de expansão urbana no município.

Bom Jesus da Lapa é um município com extenso território dividido em 110 setores censitários, dentre os quais 59 são urbanos e 51 rurais. O traçado da LT passa por 06 (seis) setores rurais.

Aqui o traçado atravessa a rodovia BA-160 nas proximidades com a sede municipal e, após da saída da SE Bom Jesus da Lapa II, segue paralelo à BR-430 e a uma Linha de

Transmissão já existente. O zoneamento territorial contemplado no Plano Diretor do município abrange a área urbana da sede do município, não sendo possível identificar incompatibilidades com o empreendimento previsto.

A sede municipal se encontra a pouco menos de 5 km de distância do empreendimento, sendo que esta apresenta tendência de expansão urbana em direção ao traçado, embora não atinja diretamente o mesmo. Esta tendência é exposta na **Figura 6.4.2.8.1-17**.



Fonte: Trabalho de campo, Ecology Brasil, 2013.

Figura 6.4.2.8.1-17 - Tendência de Expansão Urbana em Bom Jesus da Lapa.

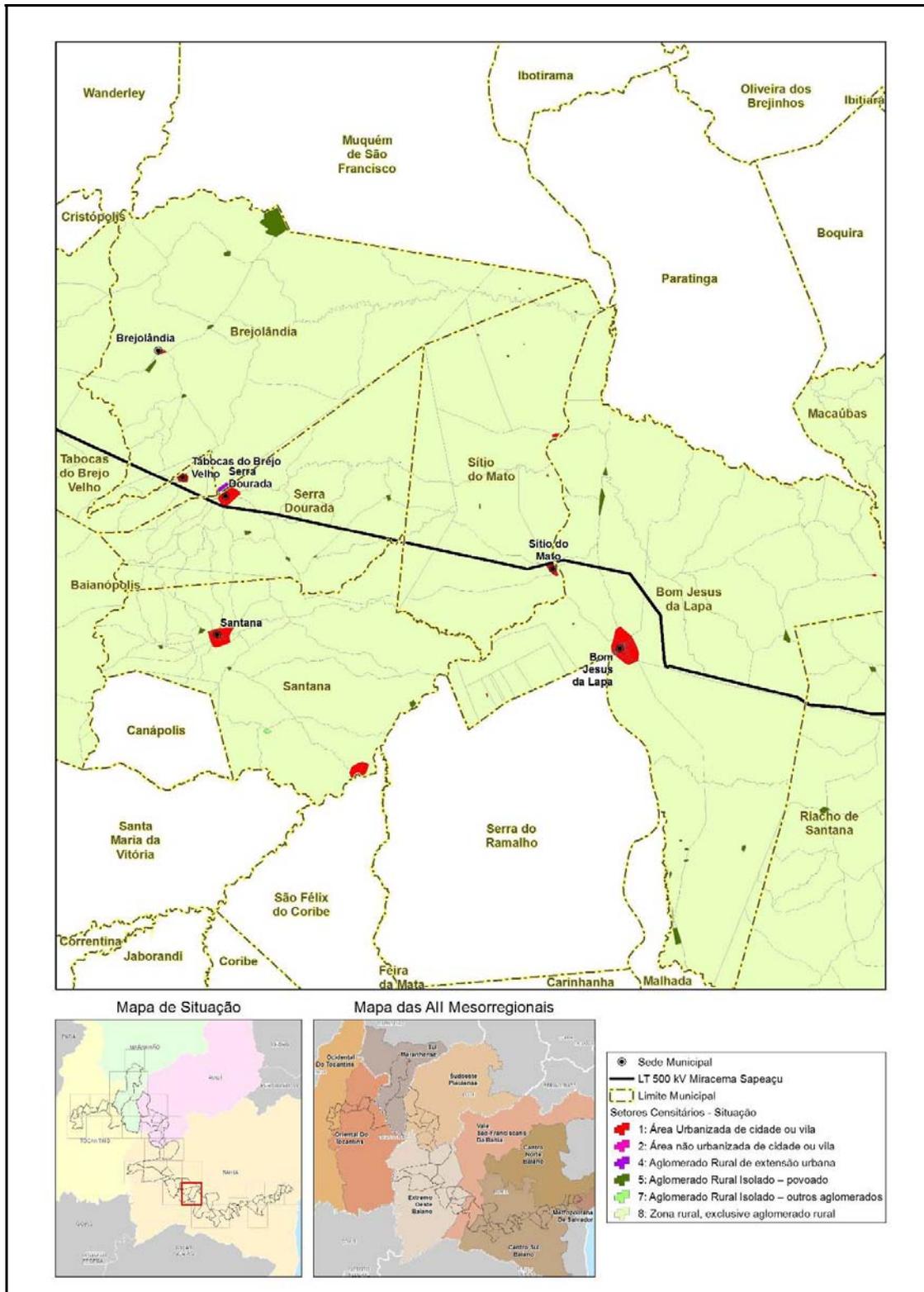


Figura 6.4.2.8.1-18 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Sítio do Mato e Bom Jesus da Lapa.

All Centro Sul Baiano

A All Centro Sul Baiano tem como características comuns entre seus municípios a maior presença da expansão urbana, o que foi registrado inclusive nas cidades onde foi apontado o processo de retração, como em Planaltino e Nova Itarana. Em especial nestas cidades a expansão urbana se deve a programas sociais como o 'Minha Casa Minha Vida' que possibilitou a abertura de novos loteamentos. A expansão das áreas rurais também foi muito presente, como mostra o **Quadro 6.4.2.8-16** a seguir. Cabe destacar a situação de 04 (quatro) municípios (Brejões, Marcionílio Souza, Jussiape e Livramento de Nossa Senhora), onde a expansão urbana ou rural ocorre na direção da AID. Em relação aos marcos legais sobre o uso e ocupação do solo, a maior parte dos municípios registrou leis e códigos a esse respeito.

Quadro 6.4.2.8-16 - Áreas de expansão urbana e rural - All Bahia - Centro Sul Baiano.

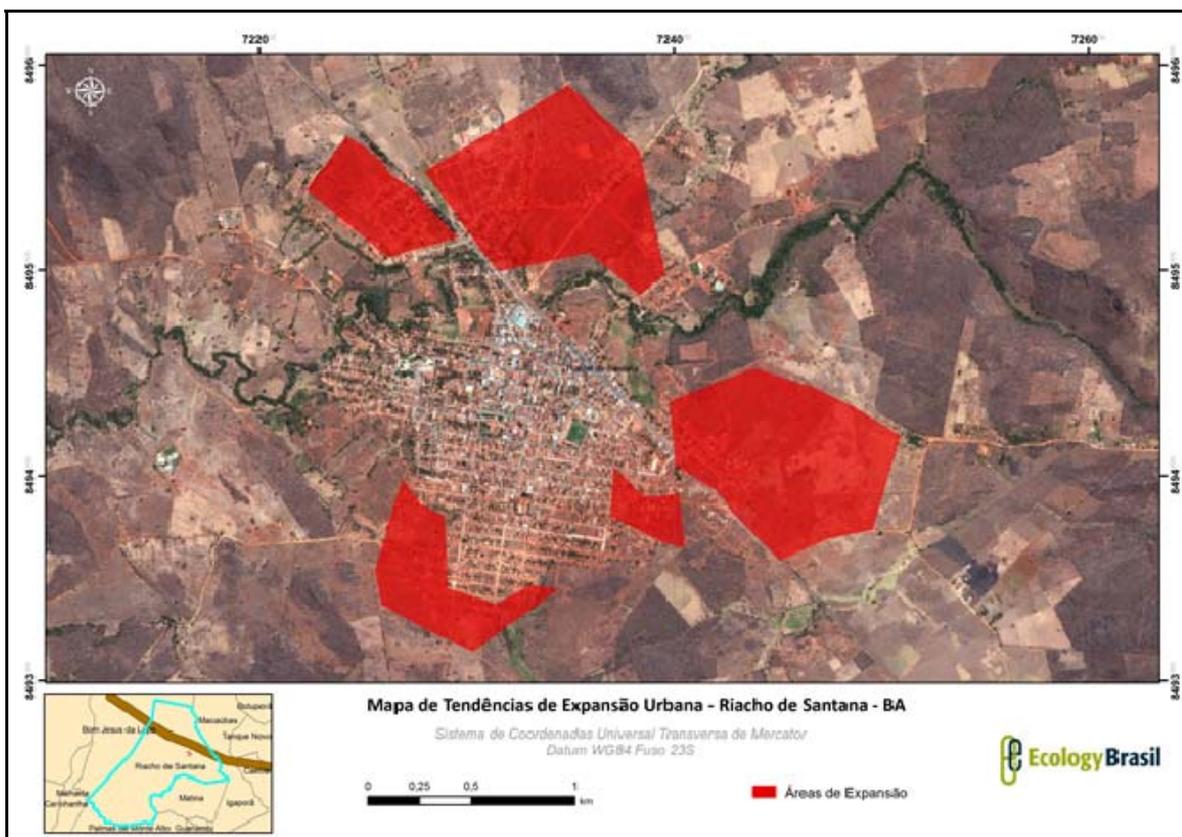
Município	Área de Expansão Urbana	Área de Expansão Rural	Marcos Regulatórios
All Centro Sul Baiano			
Riacho de Santana	Várias áreas	Ausente	Plano Diretor Lei de Uso e Ocupação do Solo Lei da Política Municipal de Meio Ambiente
Macaúbas	A partir da sede, no sentido oeste em direção à rodovia BA-156	Ausente	Lei Orgânica Lei da Política Municipal de Meio Ambiente Código de Posturas Conselho Municipal de Meio Ambiente Fundo Municipal de Meio Ambiente Lei de Perímetro Urbano Lei de Zoneamento Plano Diretor Código de Obras do Município Código Ambiental
Igaporã	Regiões Sul, Sudeste e Sudoeste	Ausente	Código do Meio Ambiente
Caetité	Várias áreas	Ausente	Plano Diretor Lei da Política Municipal de Meio Ambiente
Livramento de Nossa Senhora	Leste (Recreio, Rua do Fogo, Beira Rio), Oeste (Estocada, Barriguda, Taquari, Matinho), Benito Gama, Piçarrão	São Lourenço, Iguatemi, Rio Abaixo Monte Oliveira, Barrinha	Código de Posturas
Rio de Contas	Sossego, Olaria, Bela Vista, Pirulito	Marcolino, Jilo, Brumadinho, Boa Sentença, João Vaz, Riacho do Brejo	Código de Posturas Lei da Política Municipal de Meio Ambiente
Jussiape	Sede, Caraguataí, Espinho	São José	Não informado

Município	Área de Expansão Urbana	Área de Expansão Rural	Marcos Regulatórios
Ibicoara	Sede, Cascavel, Fazenda Canjerana	Campo Redondo	Plano Diretor Lei de Uso e Ocupação do Solo Código de Posturas Lei da Política Municipal de Meio Ambiente
Iramaia	Pista da Argolinha, Olaria, Alagadiço, Cruzlândia, Novo Acre	Novo Acre	Não informado
Marcionílio de Souza	Área industrial sentido laçu	Ausente	Código de Posturas Lei da política Municipal de Meio Ambiente
Maracás	Maracaizinho, Morumbi, Maria da Paixão, Irmã Dulce	Porto Alegre	Plano Diretor Código de Polícia Administrativa
Planaltino	Valdomiro Borges (Minha casa minha vida)	Ausente	Não informado
Irajuba	BR116	Ramalho, Ipauaté, Manuel Raimundo	Código de Posturas
Nova Itarana	Matadouro, Japão, Campo, Barro, km 100	Ausente	Código de Polícia Administrativa Lei da Política Municipal de Meio Ambiente
Brejões	km 100	Pau Ferro, Lagoa da Roça	Ausente
Milagres	Não informado	Não informado	Código de Posturas Plano Municipal Lei de Uso e Ocupação do Solo

Fonte: Trabalho de campo Ecology Brasil, 2013.

O próximo município a ser interceptado pelo traçado da LT é Riacho de Santana, cujo território está dividido entre 61 setores censitários, sendo 38 rurais e 23 urbanos. O traçado previsto para o empreendimento atravessa 05 (cinco) setores rurais ao norte do município, enquanto a área urbana mais próxima - sede municipal - está a cerca de 4 km de distância. Não foram identificadas incompatibilidades entre as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor municipal e a área prevista para o empreendimento, diante do foco deste na zona urbana do território de Riacho de Santana.

Conforme pode ser observado na **Figura 6.4.2.8.1-19** a expansão urbana do município se dá a partir da sede municipal, de acordo com informações de representantes públicos locais.



Fonte: Trabalho de campo Ecology Brasil, 2013.

Figura 6.4.2.8.1-19 - Tendências de Expansão Urbana em Riacho de Santana.

Em Macaúbas a LT atravessa uma pequena parcela ao sul do território municipal, referente a apenas 01 (um) setor censitário rural. A área urbana mais próxima, referente à sede do distrito de Lagoa Clara, dista aproximadamente 11 km do traçado. O território de Macaúbas se divide em 52 setores censitários, dos quais 23 são urbanos e 29 rurais.

O Plano Diretor de Desenvolvimento de Macaúbas traz zoneamento apenas de sua área urbana, não sendo identificada, portanto, inviabilidade deste com o empreendimento em tela.

O município seguinte atravessado pela LT é Igaporã, onde o traçado passa em um pequeno trecho ao norte do território, abarcando apenas áreas rurais, equivalentes a 01 (um) setor censitário rural. Igaporã tem seu território parcelado em 30 setores censitários, dos quais 10 são urbanos. A sede municipal se encontra a aproximadamente 13 km do traçado.

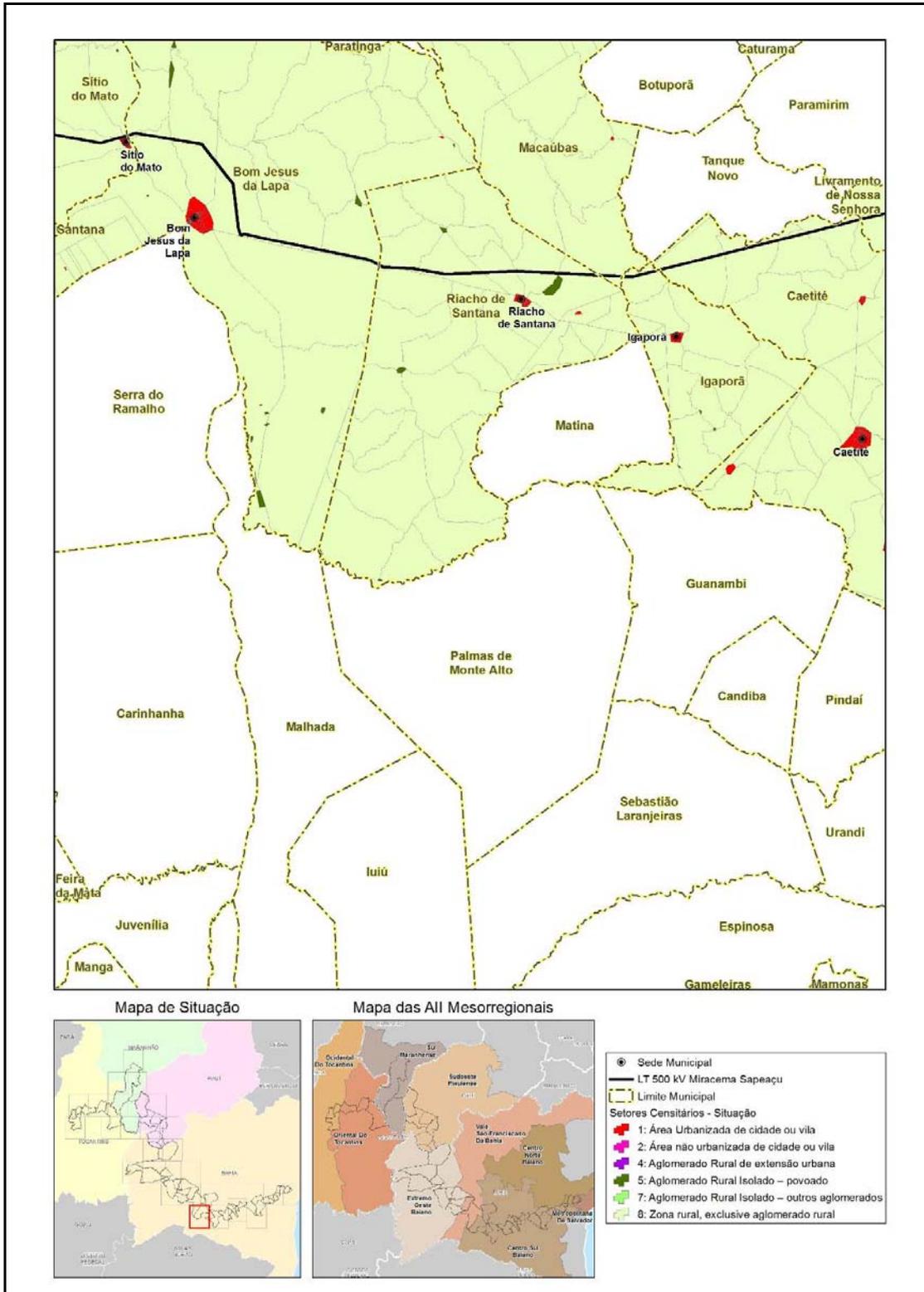


Figura 6.4.2.8.1-20 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Riacho de Santana, Macaúbas e Igaporã.

No município de Caetité a LT passa na porção mais ao norte do território, cortando 05 (cinco) setores censitários rurais. Dos 91 setores censitários de Caetité, 50 são rurais, enquanto 41 são setores urbanos. Não há áreas urbanas nas proximidades do empreendimento, sendo que a sede municipal se encontra a cerca de 40 km do traçado. As áreas de expansão do município ocorrem a partir da sede, portanto, distante do empreendimento.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do município de Caetité, ficam definidas 02 (duas) macro zonas: urbana e rural. O traçado do empreendimento se situa em zona rural, para a qual o plano define, em seu artigo 8º, que nesta zona não é permitida a aprovação de loteamentos ou condomínios urbanos, sendo que parcelamentos ou desmembramentos devem equivaler, no mínimo, ao módulo rural estabelecido pelo INCRA. No artigo seguinte, ficam permitidas na zona rural atividades ligadas à exploração agrícola, pecuária, extrativismo, agroindústria e ecoturismo. Assim, não se identifica incompatibilidade com o empreendimento em tela.

Em Livramento de Nossa Senhora o empreendimento passa na porção norte do município, cortando 11 setores censitários rurais. O território do município é composto por 54 setores censitários, dos quais 27 urbanos e 27 rurais. A maior área urbana do município, a sede municipal, está na AID do empreendimento.

O Plano Diretor municipal estabelece que no distrito de Iguatemi, que engloba diversos setores censitários, dos quais 01 (um) tem pequeno trecho interceptado pelo empreendimento, deve-se privilegiar usos relacionados a comércios e serviços, enquanto não recomenda o uso residencial.

O distrito de Itanagé e São Timóteo são também parcialmente atravessados pelo empreendimento. Segundo o Plano Diretor, os usos recomendados são os mesmos para o distrito anterior. Importa ressaltar que, o traçado passa totalmente em áreas rurais, não havendo, então incompatibilidade com o Plano Diretor Municipal de Livramento de Nossa Senhora.

No município de Rio de Contas o traçado também corta 04 (quatro) setores censitários rurais. O município é composto por 27 setores, sendo 10 urbanos e 17 rurais. Rio de Contas tem 03 (três) áreas urbanas: A sede municipal, a localidade Marcolino, próxima ao empreendimento, e Arapiranga, na porção norte de seu território.

A localidade urbanizada de Marcolino Moura, localizada a cerca de 2,2 km do empreendimento, foi mencionada por representantes públicos locais como área de expansão. A sede do município dista aproximadamente 10 km do traçado da LT.

Em Jussiape o traçado do empreendimento corta 04 (quatro) setores censitários rurais, sendo que o território municipal está dividido em 22 setores, dos quais 6 urbanos e 16 rurais. A única área urbana do município é a sede municipal, que se encontra a cerca de 4,5 km de distância da LT.

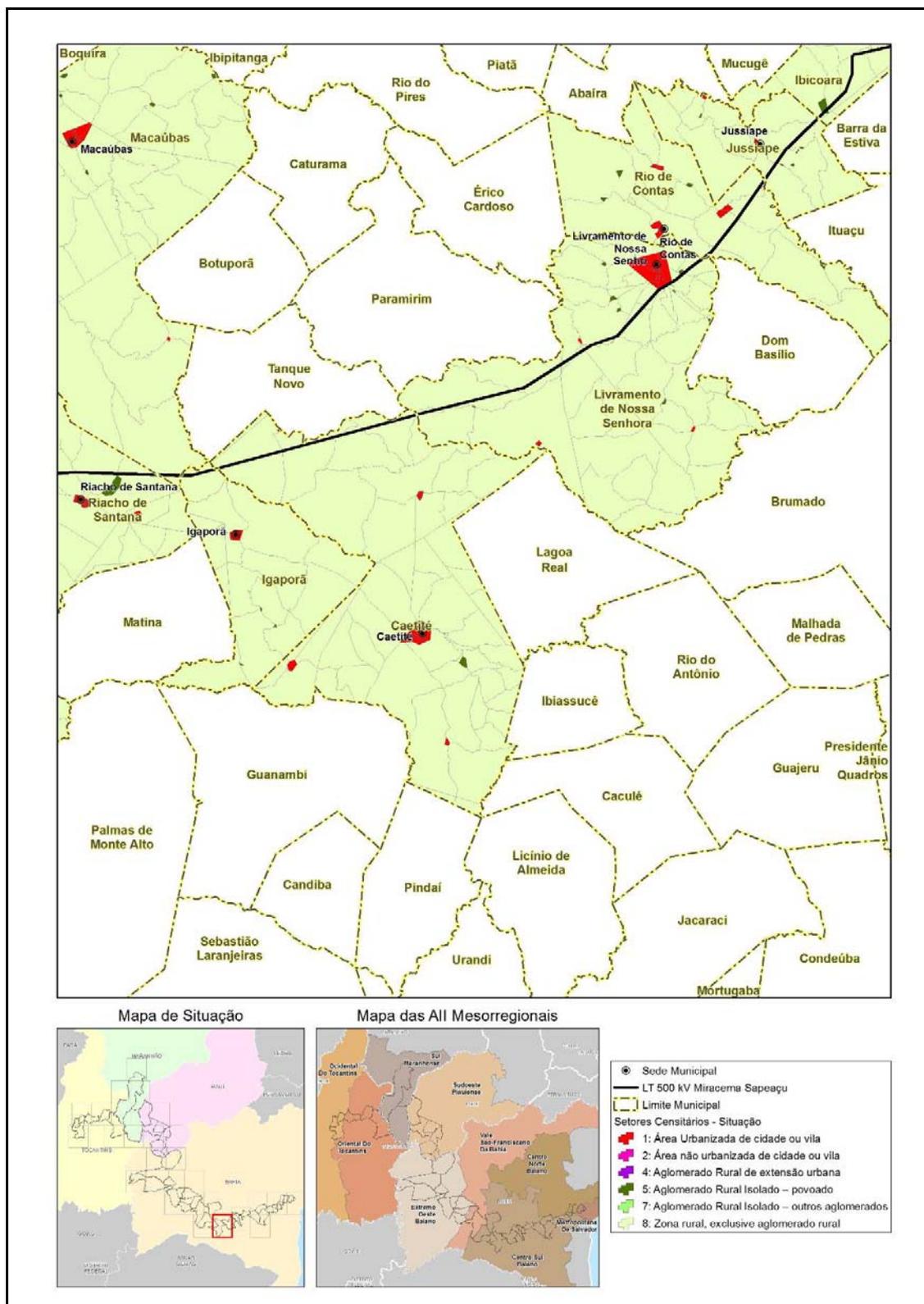


Figura 6.4.2.8.1-21 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Caetité, Livramento de Nossa Senhora, Rio de Contas e Jussiape.

O município seguinte, Ibicoara, apresenta seu território dividido em 34 setores censitários, com 13 setores urbanos e 21 rurais. O traçado passa em 07 (sete) setores rurais e não atravessa nenhuma área urbana. No entanto, há 05 (cinco) setores censitários urbanos, referentes à sede do município, bastante próximos ao empreendimento. Aqui torna-se importante uma ressalva: a delimitação geográfica do setor censitário que contempla a sede do município se estende até a AID do empreendimento, no entanto, a ocupação urbana consolidada dentro destes setores não chega à AID, estando a distância pouco superior aos 2,5 km considerados. Apesar disso, trata-se de um ponto de atenção, especialmente em virtude da expansão urbana da sede municipal.

O Plano Diretor do município traz algumas propostas, dentre as quais a divisão do município em 05 (cinco) polos, dos quais 02 (dois) abarcariam o traçado do empreendimento, o polo Ibicoara, que inclui a sede municipal, e o polo Capão da Volta, na porção sudoeste do município. Não foi identificada qualquer incompatibilidade com o traçado do empreendimento.

No município de Iramaia o traçado passa pela porção norte do território, cortando 07 (sete) setores censitários rurais. Dentre os 27 setores censitários que compõem o território municipal, 09 (nove) são urbanos e 18 rurais. A sede municipal, que abarca 07 (sete) setores urbanos, se encontra a aproximadamente 6 km do traçado. A sede do distrito de Novo Acre, ainda no município de Iramaia, que é uma área urbana composta por 02 (dois) setores censitários, se encontra a cerca de 2,8 km do traçado. As áreas de expansão do município estão próximas à sede municipal.

Também é bastante pequena a extensão da LT no município de Marcionílio Souza, passando na região sudoeste do seu território. 03 (três) setores censitários rurais são atravessados pelo traçado do empreendimento, enquanto o município é composto por 29 setores censitários, dos quais apenas 06 (seis) são urbanos, e 05 (cinco) dentre estes estão na sede do município. A sede municipal dista cerca de 30 km do traçado.

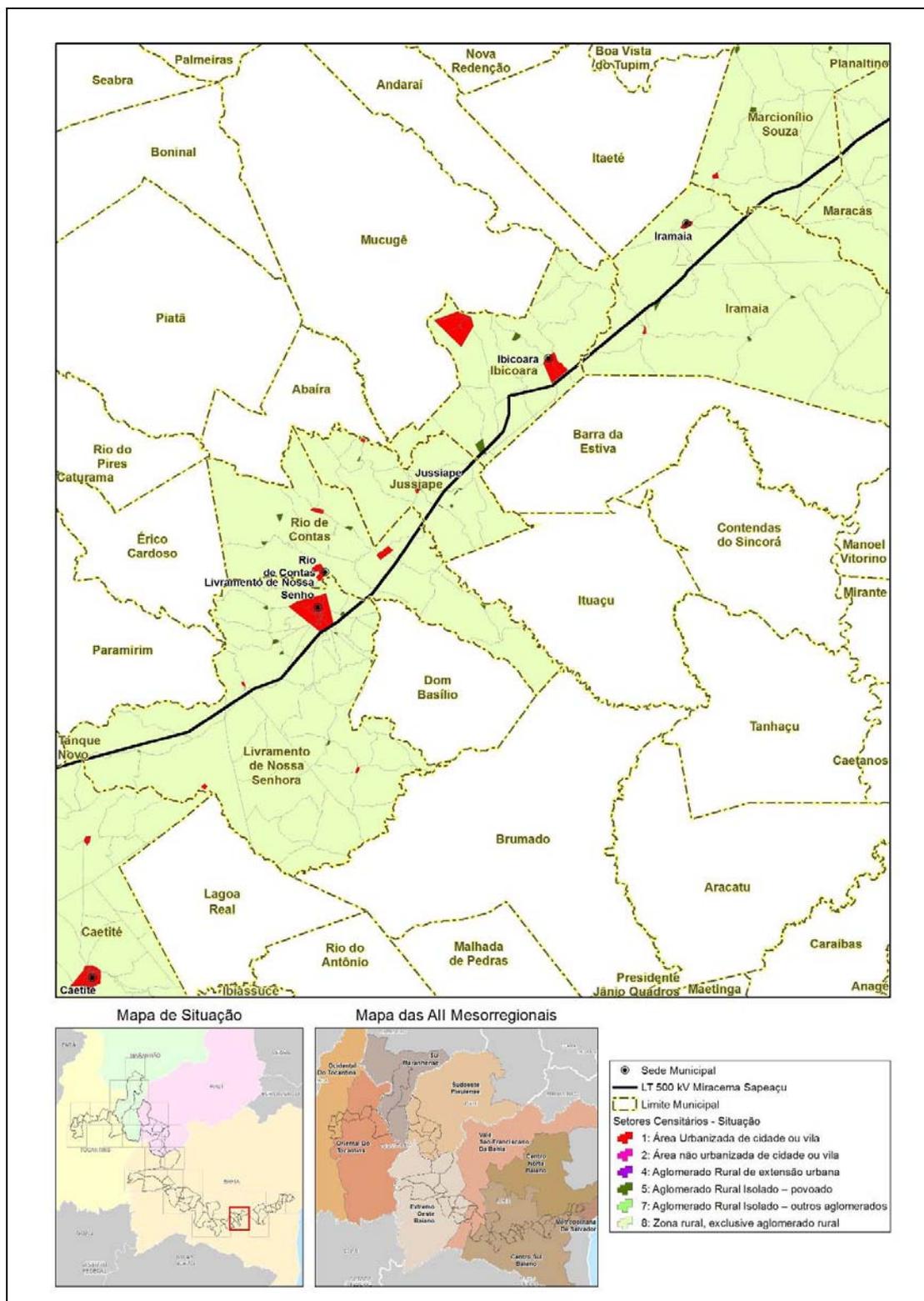


Figura 6.4.2.8.1-22 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Ibicoara, Iramaia, Marcionílio Souza.

Em Maracás, o traçado da LT passa ao norte do território municipal, cortando parte de 04 (quatro) setores censitários rurais. A divisão geográfica do município contempla 27 setores urbanos e 31 rurais, somando 58 setores censitários. A sede municipal concentra os setores urbanos do município, sendo que não há áreas urbanas, consolidadas ou em expansão, na direção do empreendimento. Ao analisar o Plano Diretor do município, a única referência encontrada à AID é uma diretriz referente à promoção de oferta de água na zona rural, incluindo as localidades contempladas na AID, não sendo identificada, portanto, incompatibilidade com o empreendimento.

Já em Planaltino, a divisão territorial abarca 23 setores censitários, sendo que a maior parte deste território é composto por áreas rurais. Dentre os setores, 17 são rurais e 06 (seis) urbanos. Importa destacar que a sede municipal, que contempla 04 (seis) setores urbanos, está na AID do empreendimento. Atravessados pelo traçado neste município são 07 (seis) setores rurais.

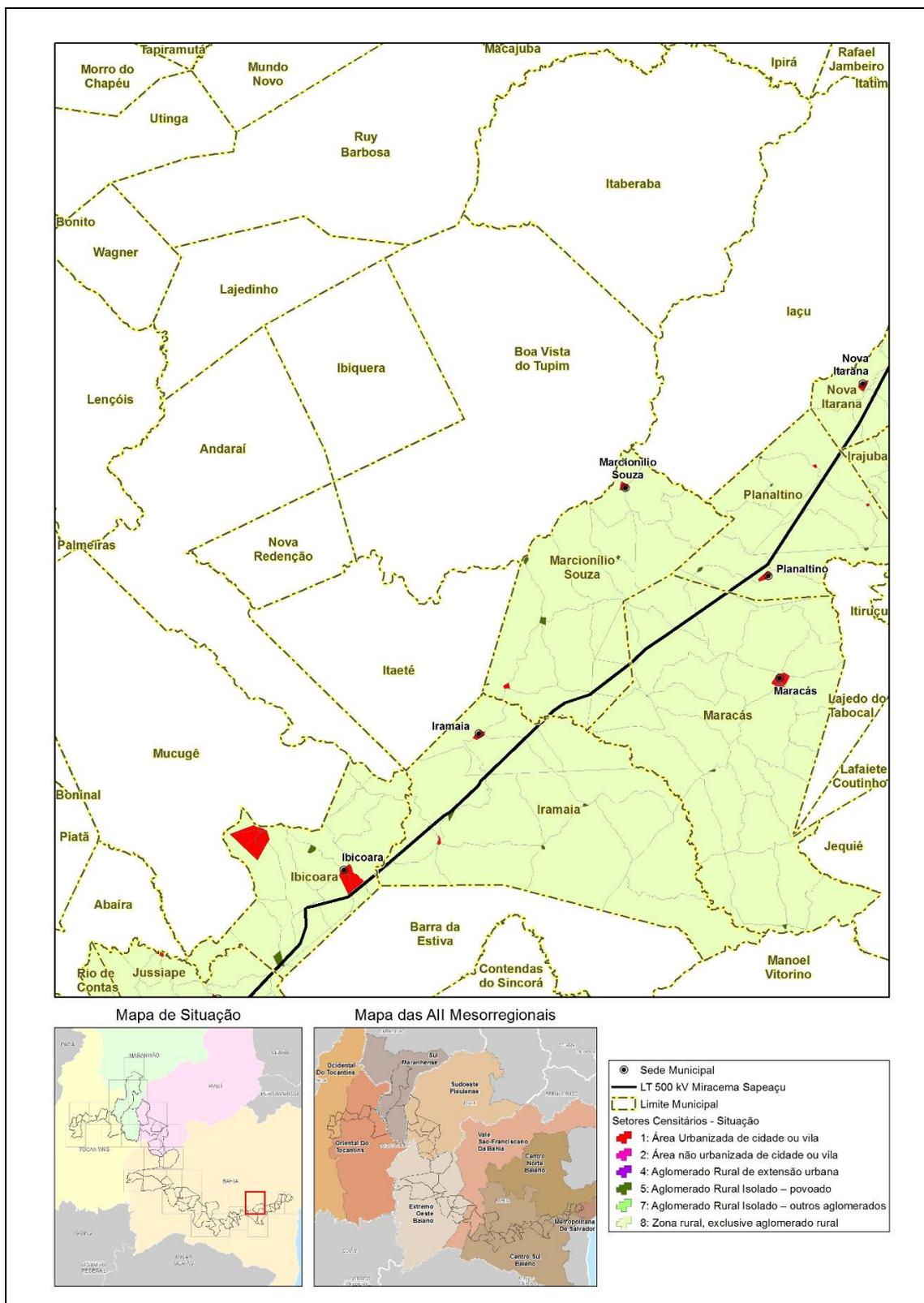


Figura 6.4.2.8.1-23 - Mapeamento de Setores Sensíveis Urbanos e Rurais - Maracás e Planaltino.

Em Irajuba, o traçado do empreendimento atravessa apenas um pequeno trecho no extremo noroeste do território municipal, contemplando parte diminuta de um setor censitário rural. Neste município, a única área urbana é a sede municipal, que aglutina 05 (cinco) setores censitários urbanos, enquanto há 14 setores rurais.

O município de Nova Itarana está dividido em 15 setores censitários, dos quais 04 (quatro) são urbanos e 11 rurais. Aqui, o traçado do empreendimento passa em 06 (seis) setores rurais, enquanto a área urbana mais próxima - a sede do município - está a pouco menos de 5 km da LT.

A extensão da LT em Brejões é bastante pequena. Aqui, o empreendimento passa por 01 (um) setor censitário rural, sendo que o município é composto por 36 setores censitários, divididos entre 28 rurais e 08 (oito) urbanos. A sede do município se encontra a cerca de 20 km do traçado do empreendimento.

No território do município de Milagres, o qual está dividido em 14 setores censitários urbanos e 06 (seis) rurais, o traçado do empreendimento passa por 03 (três) setores rurais. A sede municipal de Milagres se encontra a aproximadamente 4,5 km da LT.

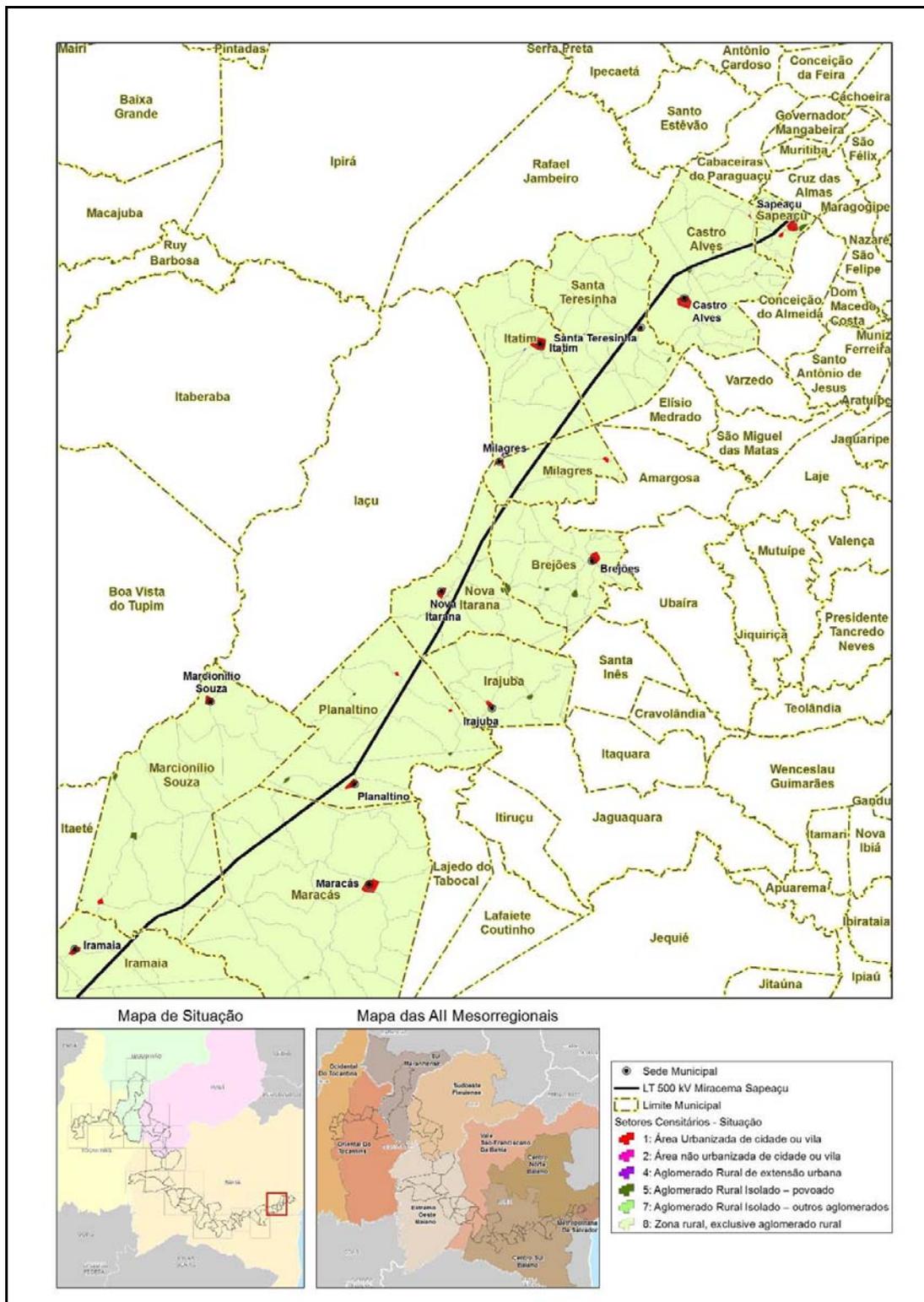


Figura 6.4.2.8.1-24 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Irajuba, Nova Itarana, Brejões e Milagres.

All Centro Norte Baiano

A All Centro Norte Baiano é representada pelos municípios de Santa Teresinha e Itatim. Apenas neste último foi registrado o processo de expansão urbana na sede municipal e no entorno da BR-116, onde será instalada uma indústria de calçados. Também apenas em Itatim foi apresentada legislação específica como a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Código de Posturas.

Quadro 6.4.2.8-17 - Áreas de expansão urbana e rural - All Centro Norte Baiano.

Município	Área de Expansão Urbana	Área de Expansão Rural	Marcos Regulatórios
All Centro Norte Baiano			
Santa Teresinha	Ausente	Ausente	-
Itatim	Sede Municipal e entorno da BR - 116	Ausente	Lei de Uso e Ocupação do Solo Código de Posturas

Fonte: Trabalho de campo, Ecology Brasil, 2013.

O território do município de Itatim é composto por 14 setores urbanos e 12 rurais, o que foge à regra encontrada na All do empreendimento. No entanto, isto não significa grandes áreas de ocupação urbana, ao contrário, a quase totalidade do território do município está contemplada em setores rurais de tamanhos expressivos, enquanto a sede municipal abarca todos os setores urbanos do município. O traçado do empreendimento neste município passa por 03 (três) setores rurais, enquanto as áreas urbanas mais próximas estão no entorno da sede, que está a aproximadamente 10 km de distância.

Em Santa Teresinha o traçado da LT corta 05 (cinco) setores censitários rurais, sendo que o município está disposto entre 27 setores censitários, dos quais apenas 04 (quatro) são urbanos, referentes à sede municipal. Esta, aliás, está na AID do empreendimento, distando cerca de 1,5 km do traçado.

All Metropolitana de Salvador

A All Metropolitana de Salvador compreende os municípios de Castro Alves e Sapeaçu, que apresentam poucas semelhanças em relação ao uso e ocupação do solo. Sapeaçu tem vivenciado um processo de expansão da área urbana focalizada na região de Água Branca. Já em Castro Alves, os processos de expansão ocorrem fundamentalmente na área rural envolvendo as regiões do Morro, próxima a Fazenda Palmeira, e a região próxima a BR-242. Em relação aos marcos legais, ambos os municípios têm o Código de

Posturas, mas só Sapeaçu possui Plano Municipal e Lei de Uso e Ocupação do Solo. Castro Alves ainda se destaca por possuir povoados na AID do empreendimento, são eles: Candial, Petim, Riacho da Légua e Jenipapo.

Quadro 6.4.2.8-18 - Áreas de expansão urbana e rural - All Metropolitana de Salvador.

Município	Área de Expansão Urbana	Área de Expansão Rural	Marcos Regulatórios
All Metropolitana de Salvador			
Castro Alves	Ausente	Morro Entorno da BR - 242	Código de Posturas Lei da Política Municipal de Meio Ambiente
Sapeaçu	Ausente	Ausente	Código de Posturas Plano Municipal Lei de Uso e Ocupação do Solo

Fonte: Trabalho de campo, Ecology Brasil, 2013.

O município de Castro Alves está dividido em 54 setores censitários, sendo 29 rurais 25 urbanos. A sede municipal, que dista aproximadamente 3,8 km do traçado da LT, concentra a quase totalidade da área urbana do município. Nenhum dos setores urbanos do município está na AID do empreendimento, o qual atravessa 06 (seis) setores censitários rurais.

Em Sapeaçu há 12 setores censitários urbanos, estando todos na AID do empreendimento, inclusive a sede do município se encontra a cerca de 500 m do traçado. A área de expansão urbana em Sapeaçu cresce na direção oposta à do empreendimento. Além dos 12 setores urbanos, o município conta com outros 19 setores rurais, dos quais 04 (quatro) são atravessados pela LT.

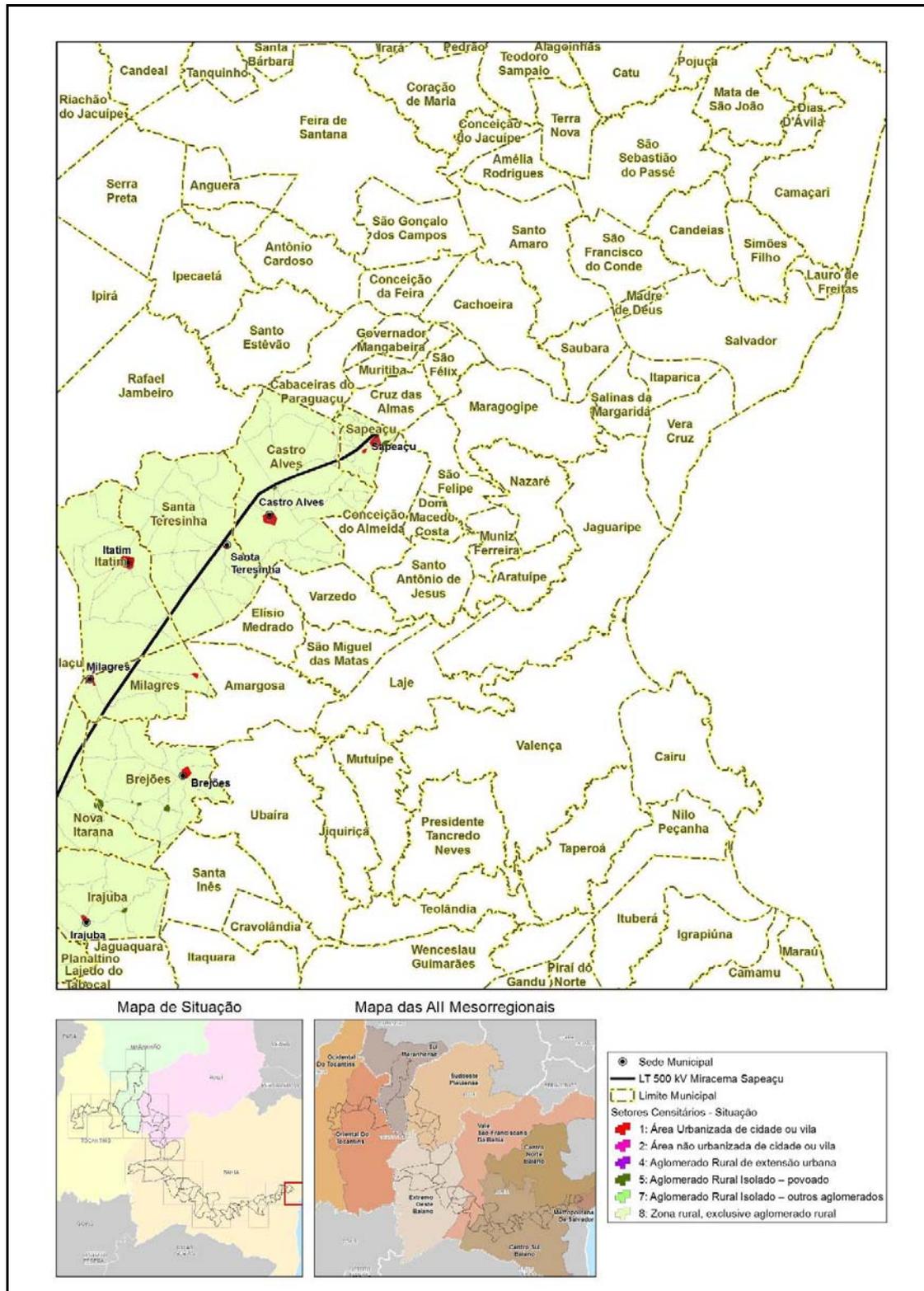


Figura 6.4.2.8.1-25 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Itatim, Santa Teresinha, Castro Alves e Sapeaçu.

Maranhão

All Sul Maranhense

A All Sul Maranhense representada pelos municípios de Balsas e Alto Parnaíba tem como características semelhantes novamente a expansão da fronteira agrícola na área rural e a expansão urbana. Cabe destacar a delicada situação de Alto Parnaíba, cuja área territorial está cercada pelo Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba e seus marcos legais restringem-se ao Código de Posturas, situação oposta ao observado em Balsas.

Quadro 6.4.2.8-19 - Áreas de expansão urbana e rural - All Sul Maranhense.

Município	Área de Expansão Urbana	Área de Expansão Rural	Marcos Regulatórios
All Sul Maranhense			
Alto Parnaíba	Ausente	Ausente	Código de Posturas
Balsas	Região Sul	Região Sul	Plano Diretor Zoneamento

Fonte: Trabalho de campo Ecology Brasil, 2013.

No município de Balsas a LT corta 03 (três) setores censitários rurais no extremo sul de seu território, sendo que este se encontra dividido em 106 setores, dos quais 32 são rurais e os outros 74 são urbanos. Não há áreas urbanas, consolidadas ou em expansão, próximas ao traçado da LT.

A Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo municipal estabelece 7 (sete) zonas de expansão urbana, todas contíguas ao perímetro urbano do município, onde está a sede municipal. Esta área se encontra a cerca de 176 km do traçado do empreendimento. As 03 (três) Zonas Industriais previstas na referida lei também se encontram na área próxima ao perímetro urbano do município. Nesta lei não há previsão ou diretrizes de uso para a área extremo sul do município, para onde está previsto o traçado do empreendimento.

Em Alto Parnaíba há 07 (sete) setores censitários urbanos, nenhum dos quais é atravessado pelo traçado do empreendimento. Este passa por 04 (quatro) setores rurais, sendo que a sede do município, que aglutina os setores urbanos, se encontra a cerca de 13 km do traçado. De acordo com informações de representantes municipais, não há perspectiva de expansão urbana para a região onde está inserido o traçado.

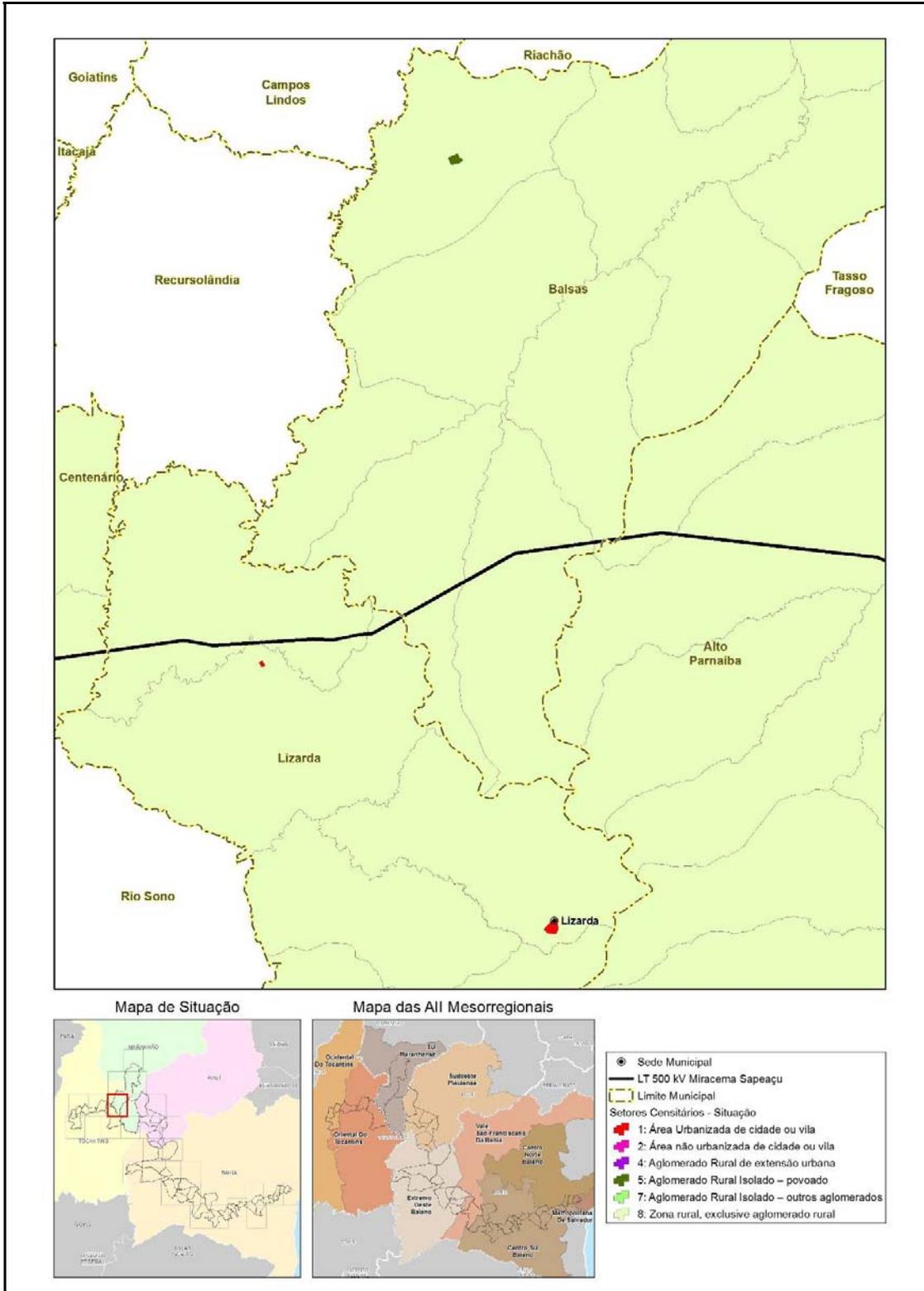


Figura 6.4.2.8.1-26 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Balsas e Alto Parnaíba.

Piauí

All Sudoeste Piauiense

A All Sudoeste Piauiense observa como característica comum entre seus municípios a expansão da fronteira agrícola marcada pelo desmatamento, inclusive em áreas de preservação permanente, e a pouca regulamentação do uso e ocupação do solo. Outra semelhança entre a maioria destes municípios é a presença de processos de expansão urbana, como mostra o **Quadro 6.4.2.8-20**.

Quadro 6.4.2.8-20 - Áreas de expansão urbana e rural - All Sudoeste Piauiense.

Município	Área de Expansão Urbana	Área de Expansão Rural	Marcos Regulatórios
All Sudoeste Piauiense			
Santa Filomena	Região Sul	Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	Código de Posturas
Gilbués	Todas as direções em torno da sede	Reserva Legal de Preservação Permanente	Não localizado
Monte Alegre do Piauí	Ausente	Área rural	Não informado
Riacho Frio	Ausente	Reserva Legal de Preservação Permanente	Não informado
Corrente	Região Sul	Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	Plano Diretor Código de Posturas
Cristalândia do Piauí	Todas as direções em torno da sede	Reserva Legal de Preservação Permanente	Não informado
Sebastião Barros	Todas as direções em torno da sede	Ausente	Não informado

Fonte: Trabalho de campo Ecology Brasil, 2013.

No estado do Piauí, o traçado da LT passa inicialmente por Santa Filomena, onde existem 04 (quatro) setores censitários rurais, sendo apenas 01 (um) deles atravessado pelo empreendimento. A única área urbana do município - a sede municipal - está a aproximadamente 6 km do traçado.

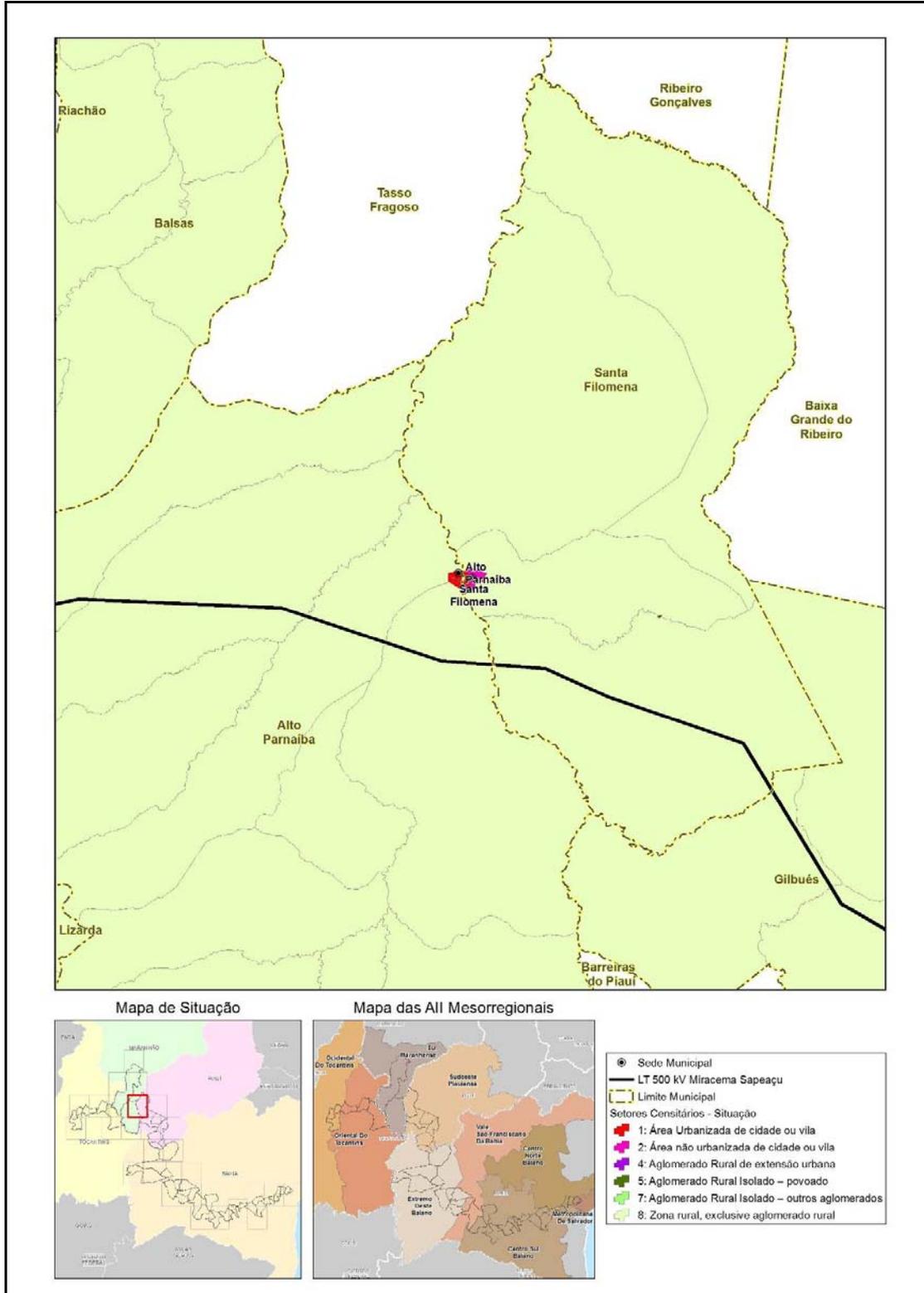


Figura 6.4.2.8.1-27 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Santa Filomena.

Em Gilbués, o traçado da LT passa por 05 (cinco) setores censitários rurais, sendo que no município há 07 (sete) setores rurais e 06 (seis) urbanos, todos estes referentes à sede do município, que está a cerca de 6 km do traçado da LT. Não há previsão de crescimento urbano em direção ao traçado do empreendimento.

Monte Alegre do Piauí tem seu território dividido em 20 setores censitários, dos quais apenas 05 (cinco) são urbanos. Neste município a LT passa por 09 setores censitários, sendo 04 rurais e 05 urbanos. Estes 05 (cinco) setores urbanos são referentes à sede municipal, que se encontra na AID do Meio Socioeconômico do empreendimento (corredor de 5 km).

Em Riacho Frio, o empreendimento passa por 04 (quatro) dos 06 (seis) setores rurais e em 03 (três) setores urbanos do município, estes últimos referentes à sede municipal. A área urbana mais próxima do empreendimento, a sede municipal, está a aproximadamente 15 km de distância.

O traçado do empreendimento atravessa uma área na porção leste do município de Corrente. O território deste município se encontra parcelado em uma área urbana no centro do município, que é a sede municipal, representada por 19 setores censitários urbanos, e a área ao redor deste centro, que é composta por 16 setores rurais. A LT passa por 05 (cinco) dos setores rurais do município, enquanto a área urbana mais próxima deste se encontra a cerca de 30 km de distância.

Corrente apresenta expansão urbana a partir da sede municipal em direção ao sul, portanto, em direção distinta à prevista para a passagem da LT.

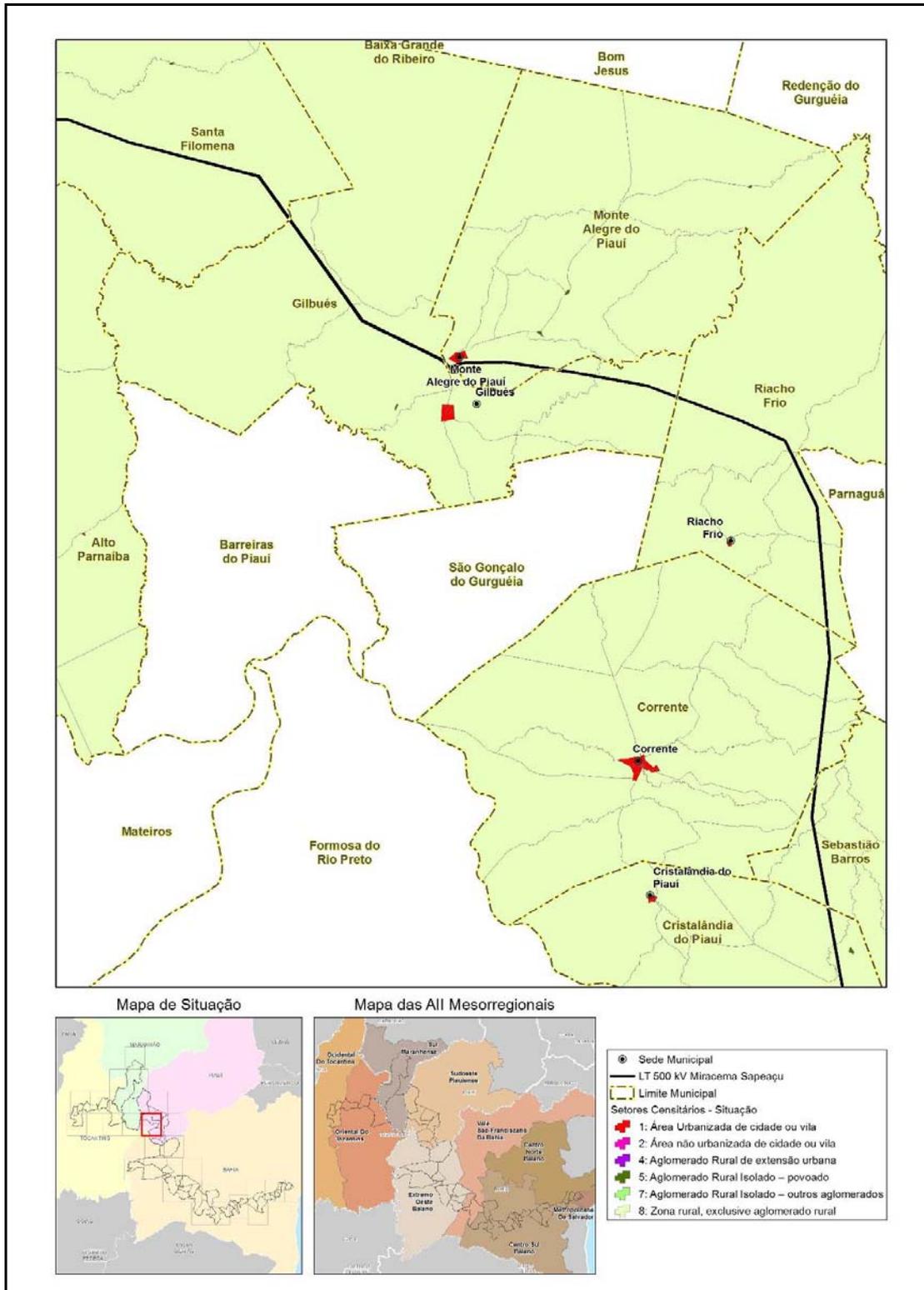


Figura 6.4.2.8.1-28 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Riacho Frio e Corrente.

No município de Sebastião de Barros, a linha passa por 03 (três) setores censitários rurais, enquanto a única área urbana do município é a sede municipal e está a aproximadamente 10 km de distância. Este município contempla 07 (sete) setores censitários, dos quais 06 (seis) rurais e apenas 01 (um) urbano.

Cristalândia do Piauí é um município predominantemente rural, realidade compartilhada com os demais da All Sudoeste Piauiense. Em Cristalândia há 12 setores censitários, dos quais 08 (oito) são rurais e 04 (quatro) urbanos. O traçado passa por 03 (três) setores, todos rurais, na porção leste do município, enquanto a sede municipal, que abarca todos os setores urbanos municipais, está em sua porção noroeste, a cerca de 29 km de distância do empreendimento.

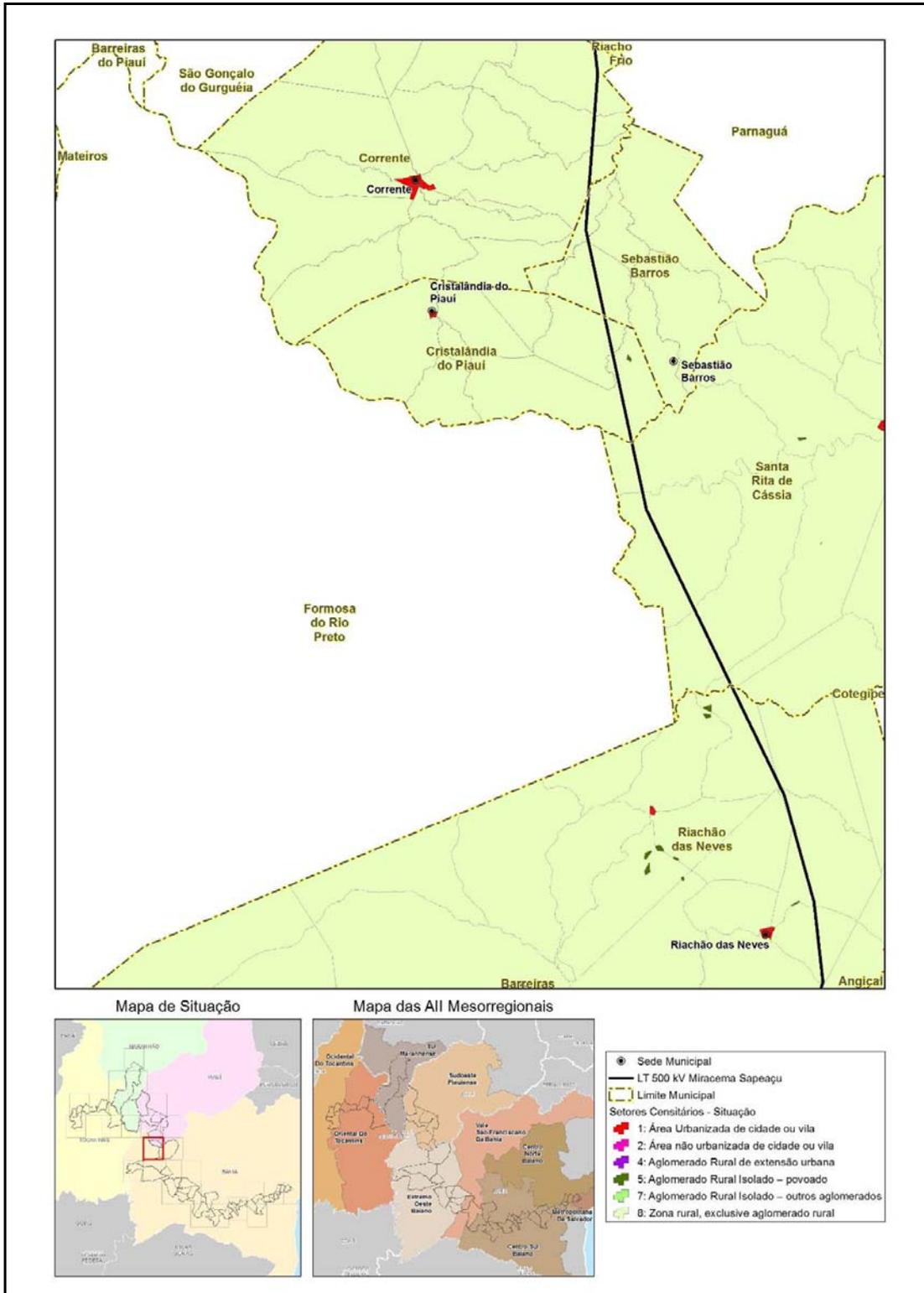


Figura 6.4.2.8.1-29 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Sebastião de Barros e Cristalândia do Piauí.

Tocantins

A análise dessas tendências de uso e ocupação do solo sugere fortes semelhanças entre os municípios situados nas All Oriental e Ocidental do Tocantins. Estas semelhanças apontam para a forte presença do agronegócio da soja na região, sendo este o foco de expansão rural, principalmente em Miranorte e Centenário. Por outro lado, também se destaca o cenário de estagnação da expansão urbana apenas não registrado em Miranorte e em Pedro Afonso. No que diz respeito aos marcos legais sobre o uso e ocupação do solo, apenas em Centenário e Rio dos Bois estavam vigentes os Planos Diretores. O **Quadro 6.4.2.8-21** apresenta a síntese dessas informações.

Quadro 6.4.2.8-21 - Áreas de expansão urbana e rural - All Ocidental do Tocantins e All Oriental do Tocantins.

Município	Área de Expansão Urbana	Área de Expansão Rural	Marcos Regulatórios
All Ocidental do Tocantins			
Miracema do Tocantins	Ausente	Ausente	Código de Posturas
Miranorte	Região Sul	Região Sul	Código de Posturas Política Municipal do Meio Ambiente
Rio dos Bois	Ausente	Ausente	Plano Diretor Lei do Perímetro Urbano Lei Municipal do Meio Ambiente
All Oriental do Tocantins			
Centenário	Ausente	Toda a área rural	Plano Diretor Lei do Perímetro Urbano Lei de Usos e Ocupação do Solo
Pedro Afonso	Ausente	Ausente	Lei da Política Municipal de Meio Ambiente Lei do Perímetro Urbano
Lizarda	Ausente	Ausente	-

Fonte: Trabalho de campo Ecology Brasil, 2013.

All Ocidental do Tocantins

No município de Miracema do Tocantins, o traçado passa apenas em um setor censitário, uma área rural que está relativamente próxima à única área urbana do município, que é a sede municipal. Na sede está mais de 85% da população do município, enquanto as áreas rurais que predominam no território de Miracema do Tocantins abarcam apenas pouco menos de 15% de sua população.

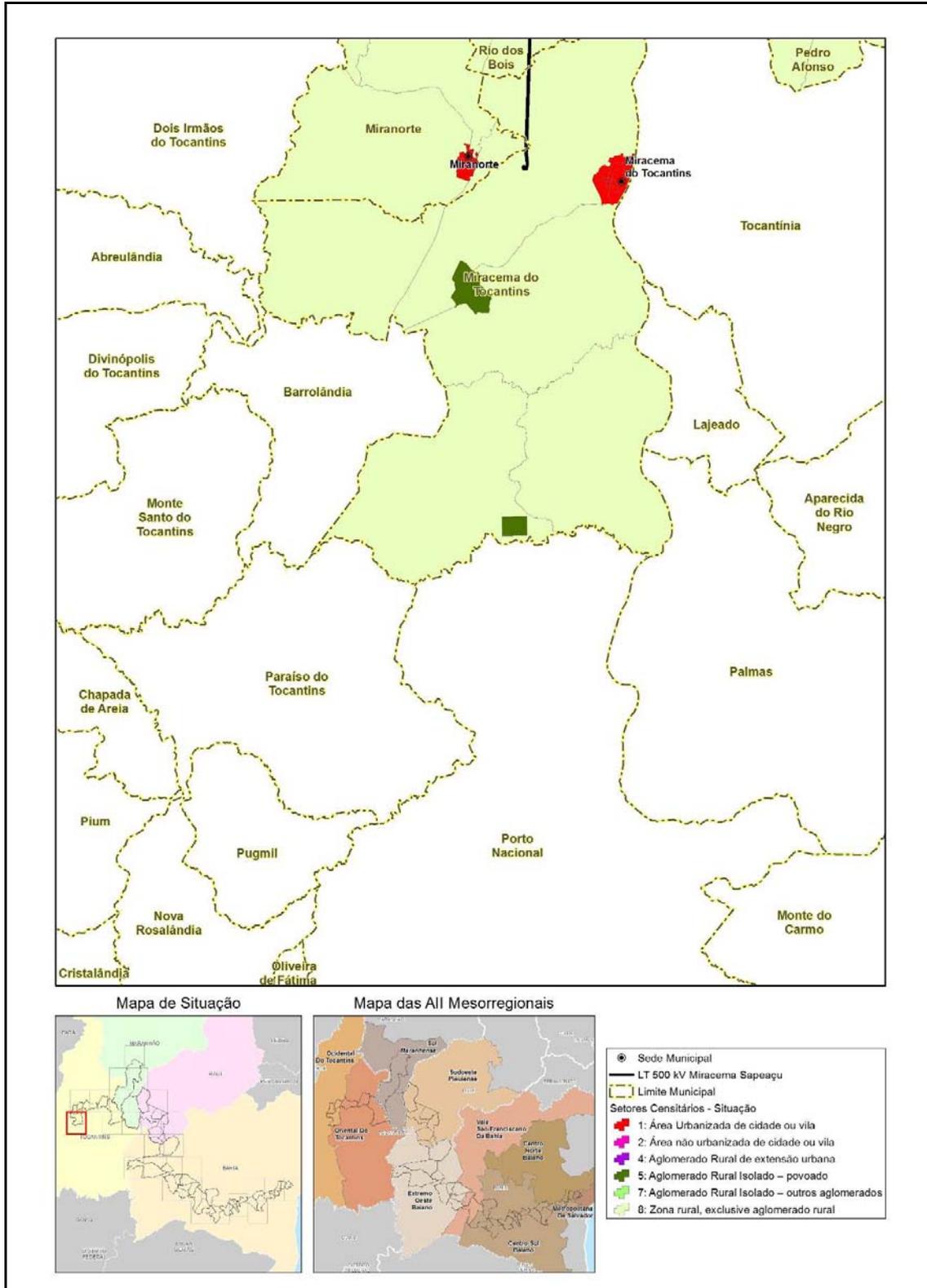


Figura 6.4.2.8.1-30 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Miracema do Tocantins.

O traçado do empreendimento atravessa uma área muito pequena do município de Miranorte, em um setor censitário rural próximo à sede do município. Miranorte conta com 3 setores rurais amplos e diversos pequenos setores urbanos que compõem a sede municipal, onde vive mais de 85% da população municipal.

No município de Rio dos Bois existem apenas 06 (seis) setores censitários, sendo 05 (cinco) rurais que ocupam a quase totalidade de sua área e um pequeno setor urbano relativo à sede municipal. Aqui, o traçado da LT passa em 03 (três) setores rurais, sendo que a sede do município está a cerca de 2,6 km de distância do traçado.

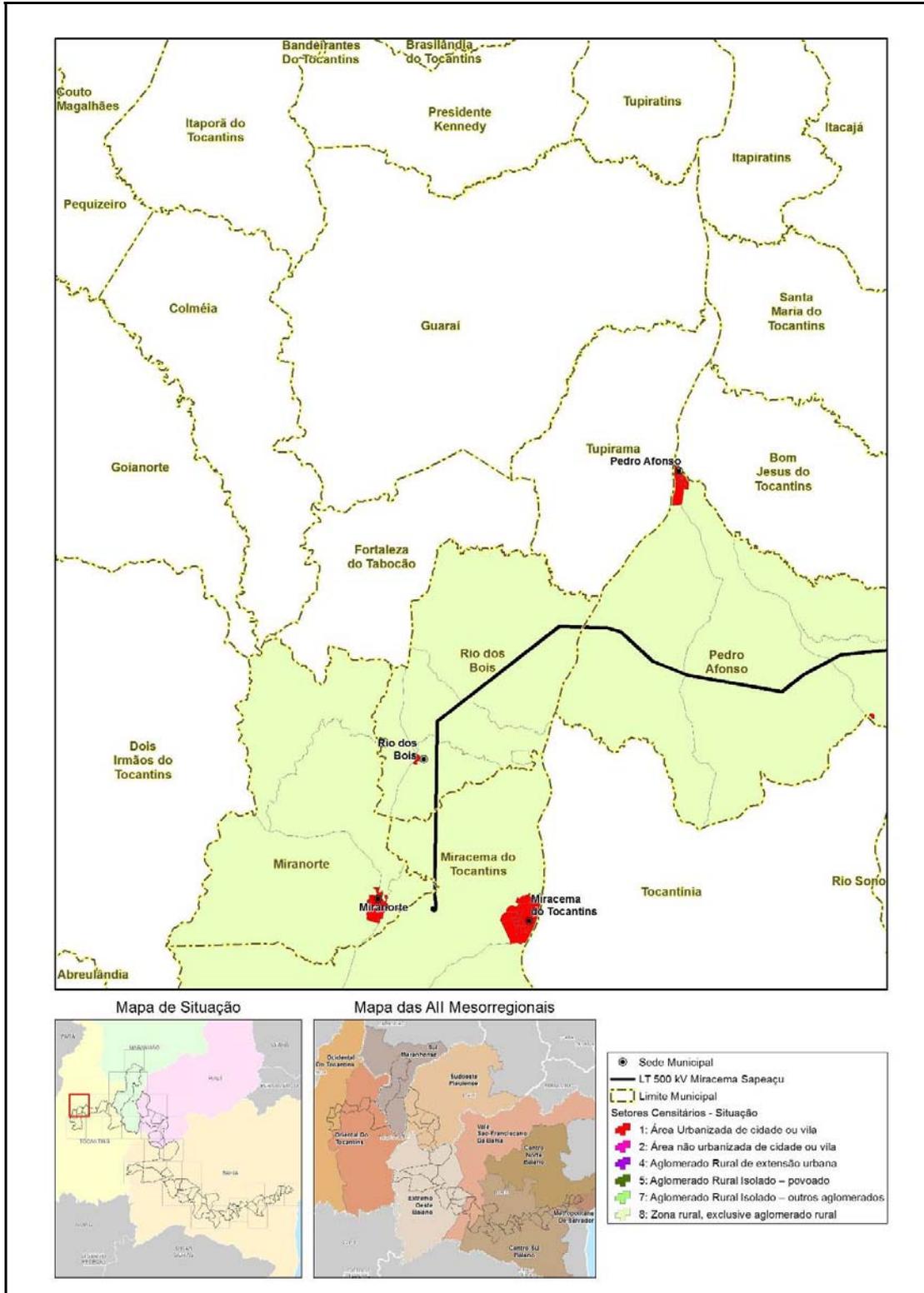


Figura 6.4.2.8.1-31 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Miranorte e Rio dos Bois.

All Oriental do Tocantins

Na All Oriental do Tocantins, o traçado do empreendimento passa por municípios com áreas urbanas diminutas, as quais, no entanto, concentram a maior parte da população destes municípios.

Em Pedro Afonso a Linha passa por 03 (três) dos 04 (quatro) setores rurais existentes no município, enquanto a sede municipal, situada a cerca de 23,5 km da LT, está dividida em diversos setores censitários urbanos, os quais concentram 86% da população municipal.

No município de Centenário, existem 03 (três) grandes setores rurais que ocupam quase todo o seu território, os quais abrigam cerca de 40% da população do município. A sede do município está dividida em apenas dois setores urbanos, a cerca de 23 km da LT.

Em Lizarda, a LT passa por 02 (dois) dos 06 (seis) setores censitários rurais do município. A sede do município se encontra a aproximadamente 52 km do traçado do empreendimento. No entanto, a pouco menos de 3 km do traçado se encontra um setor urbano referente ao Distrito de Alto Bonito, onde vivem 276 pessoas em área urbana, segundo dados do Censo de 2010, do IBGE.

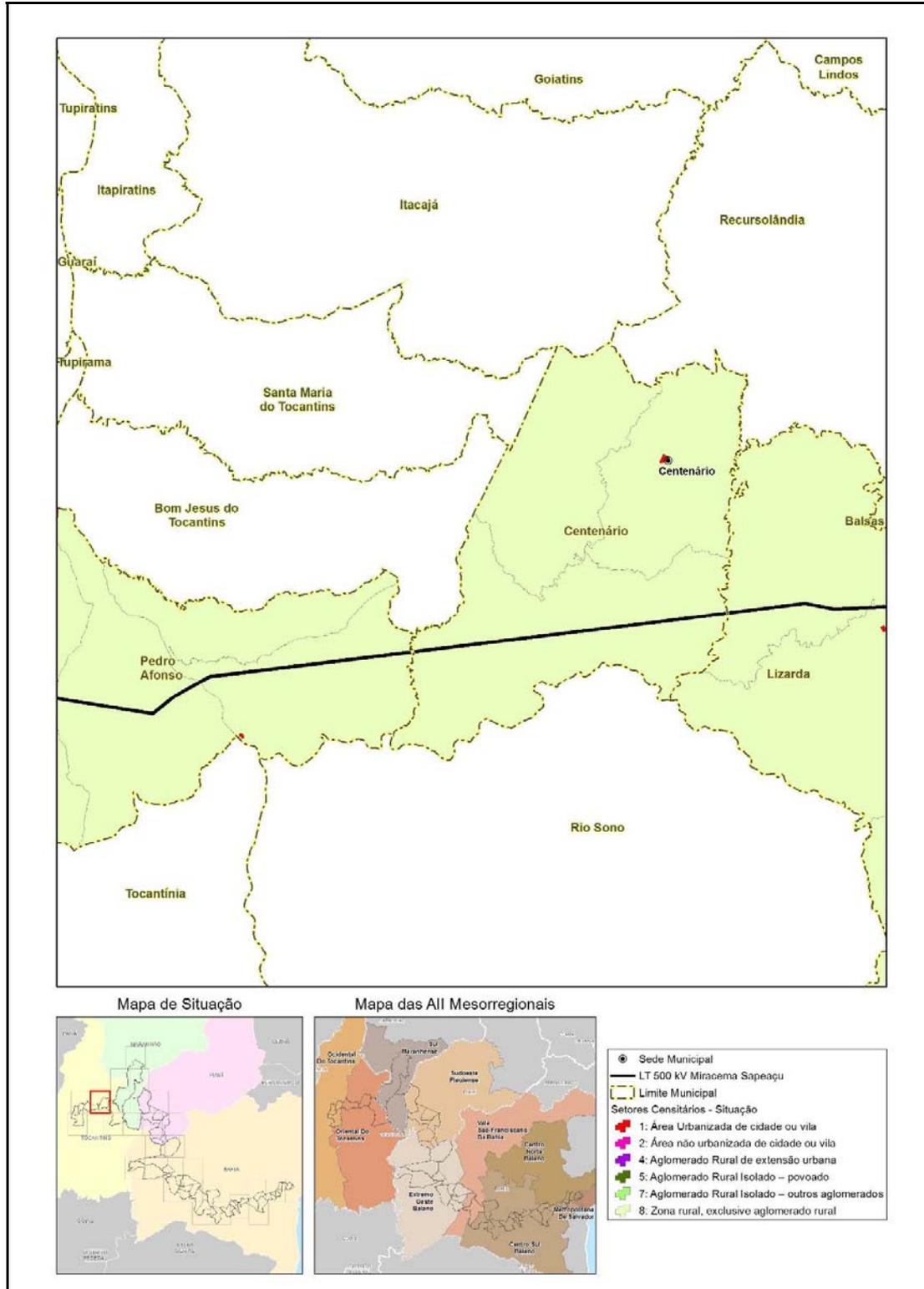


Figura 6.4.2.8.1-32 - Mapeamento de Setores Censitários Urbanos e Rurais - Pedro Afonso, Centenário e Lizarda.

6.4.2.8.1.4 - Considerações Finais sobre Uso do Solo na All

Analisando um perfil geral de uso do solo na região de análise pode-se afirmar que os municípios que integram a All do empreendimento possuem forte atividade agropecuária. Os estabelecimentos dedicados à pecuária ocupam em geral maiores áreas, se comparado à atividade agrícola, considerando que as médias nacionais e estaduais giram em torno de 70% da utilização das terras agrícolas para este tipo de atividade. Na região do empreendimento, a proporção de áreas ocupadas por pastagem é ainda superior na maioria das All Mesorregionais, com percentuais muitas vezes acima de 80%.

Em relação à produção das lavouras temporárias nas All Mesorregionais analisadas, o cultivo da soja é o que apresenta maior quantidade colhida na maioria dos grupos.

Passando à análise do percentual da produção agrícola das All Mesorregionais no total estadual, nota-se que a All Oriental do Tocantins se destaca, produzindo quase 20% do que é colhido no Tocantins em termos de área. Outras All que apresentam peso em relação aos seus estados são a All Extremo Oeste Baiano e a All Sul Maranhense, com percentuais próximos dos 10% em relação ao total colhido em hectares e valor produzido em reais.

A grande maioria dos assentamentos e acampamentos identificados nestes municípios desenvolve a agropecuária de subsistência, cujas culturas mais presentes são frutas (abacaxi, maracujá, manga, tomate e café), hortaliças e tubérculos (principalmente mandioca e batata), grãos (feijão, arroz, milho) e cana-de-açúcar, além da pecuária (bovinos, caprinos, ovinos e galináceos). O Distrito de Irrigação Brumado, localizado no município de Livramento de Nossa Senhora/BA, se destaca pela infraestrutura de produção irrigada.

No que diz respeito à estrutura fundiária na All, nota-se que nos municípios que compõem a All os estabelecimentos rurais têm, em média, 60 ha, valor próximo daquele encontrado no Brasil de 64 hectares/unidade.

Os números observados nas diversas regiões que compõem a All, entretanto, apresentam grande disparidade. Estabelecimentos mais extensos e menos numerosos concentram-se nas regiões da All no Tocantins, acompanhando a tendência estadual.

A All Sul Maranhense é a que mais se destaca, por possuir a maior média de hectare por estabelecimento agropecuário, indicando forte concentração de terras. No outro extremo estão as All Metropolitana de Salvador, Centro Norte Baiano e Centro Sul Baiano, esta última caracterizada por um número muito grande de pequenas propriedades.

All Oriental do Tocantins possui o maior percentual de estabelecimentos com mais de 2.500 hectares, que configuram grandes latifúndios.

Nota-se, por fim, que estas áreas, onde há maior concentração de terras, são justamente aquelas onde há maior produção de soja, indicando como este tipo de cultura está relacionado ao grande latifúndio.

